

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

SANTO DE CASA OBRA MILAGRE ?

O Caso da Invasão do Cruzeiro

MARIA DO ROSÁRIO NASCIMENTO ARAUJO

Campina Grande
1999

MARIA DO ROSÁRIO NASCIMENTO ARAUJO

Santo de Casa Obra Milagre?

O Caso da Invasão do Cruzeiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Maria Cristina de Melo Marin

Campina Grande
1999



A663s Araújo, Maria do Rosário Nascimento.
Santo de casa obra milagre? : o caso da invasão do
Cruzeiro / Maria do Rosário Nascimento Araújo. - Campina
Grande, 1999.
124 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1999
"Orientação : Profa. Maria Cristina de Melo Marin".
Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Invasores - Bairro Cruzeiro -
Campina Grande - PB. 3. Socialização. 4. Dissertação -
Sociologia. I. Marin, Maria Cristina de Melo. II.
Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III.
Título

CDU 316.334.55(043)

MARIA DO ROSÁRIO NASCIMENTO ARAUJO

Santo de Casa Obra Milagre? – O Caso da Invasão do Cruzeiro

Dissertação apresentada em: ____/____/____

Comissão examinadora:

Profa. Maria Cristina de Melo Marin
Orientadora

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes
Examinador(a)

Prof. Dr. Paul Healey
Examinador(a)

Profa. Dra. Neide Miele
Examinador(a)

Campina Grande
1999

SANTO DE CASA OBRA MILAGRE ?

O CASO da INVASÃO do CRUZEIRO.

“O homem foi desarraigado da natureza, da terra. Ele tem de pagar a dinheiro de sangue os seus metros quadrados de chão. E é preferível que ele pague até à morte em forma de aluguel.

(...)

A propriedade particular da terra, independente da função social da terra, é das maiores aberrações da nossa cultura. É como obrigar o peixe a pagar a água em que vive. Nesse ambiente, dançar passou a ser privilégio, só muito duramente reconquistado pelo povo”.

(Fontanella. F. Cock. O Corpo no Limiar da Subjetividade/ Ed. UNIMEP 1995. p. 106.)

Dedicatória

“Se um dia
Já homem feito e realizado
Sentires que a terra cede a teus pés
Que tuas obras se desmoronaram
Que não há ninguém à tua volta para te estender a mão
Esquece a tua maturidade,
Passa pela tua mocidade,
Volta à tua infância
E balbucia entre lágrimas e esperanças
As últimas palavras que sempre te restarão na alma
Minha mãe, meu pai”.

(Rui Barbosa)

À minha mãe, **Eunice Nascimento de Araujo** e
Ao meu pai, **José Felinto de Araujo**, pelos braços
abertos sempre a me acolherem, que me facilitam o
encaminhamento da vida, de forma a prescindir da
volta, justamente por nunca me sentir ausente.

“Meu amor, acredite
Que se pode crescer assim prá nós
Uma flor sem limite (...)”

“(...) Porque nós dois somos um time campeão”

(Caetano Veloso)

A **Rostand**, meu esposo, com quem tenho o
privilegio de compartilhar a vida.

Às minhas filhas, **Talitta e Priscylla**, frutos desta
relação, as quais trazem em si sementes capazes
de fazer brotar a continuidade do processo infinito
de construção dos seus seres, com o qual me honra
colaborar.

Agradecimentos

Há quem compare o processo de uma dissertação à gestação de um filho. No meu caso, tal comparação se torna impertinente. Constam registrados em meu curriculum, dois partos em um só ano, 25 de janeiro e 25 de dezembro de 1985. Apesar de todas as dificuldades que enfrentei nos períodos de gravidez, devido a constantes ameaças de aborto, a produção se completou em dezenove meses.

Prefiro, pois, comparar esse processo com a criação dos filhos, por ser um trabalho que nunca damos por concluído. Fica a sensação de que sempre falta alguma coisa ou que erramos em algum aspecto. Detectar a dúvida, a incerteza, nos faz desejar retomar a trajetória, na tentativa de encontrar o momento do erro.

No entanto, ao invés de apagarmos tudo e começarmos do zero, tentamos, ao longo da trajetória, dar novo aspecto ao que já foi elaborado, somando experiências e nos empenhando para que tudo saia a contento no final.

O problema é que, nos dois casos, nunca consideramos este momento final. Apenas passamos de um estágio a outro, que supomos mais elevado, embora ainda nos ronde a incerteza e a vontade de continuar a caminhada em busca do aprimoramento. É assim que me sinto em relação às minhas filhas e é assim que me sinto, também, em relação a esta dissertação, considerando-as tarefas as quais agradeço a Deus ter-me dado a honra de executar, posto que são tão difíceis e prazerosas ao mesmo tempo, portanto impossível de realizá-las na solidão.

Aqui exponho meus sinceros agradecimentos a quem compartilha do “processo de maternagem” do meu mais novo rebento.

— A Rostand, o qual me incentiva em todos os sentidos, principalmente pelo exemplo de batalhador que me passa dia-a-dia.

— A Talitta e Priscylla pela torcida constante.

— A minha família (pai, mãe irmãos e irmãs) pelo apoio moral em todos os momentos. Em especial a Nena, pela colaboração na correção do texto e apoio incondicional.

— A minha orientadora, professora Cristina Marin, que me acompanha desde a iniciação científica.

— À professora Eronides Donato (Nilda), cuja coorientação foi de extrema relevância na construção deste trabalho, me despertando novos olhares e novas formas de fazer.

Aos colegas do mestrado, turma 96, com quem compartilhei muitas experiências: Célia, Clodoaldo, Iolanda, João, Jomar, Jussara, Nerize, Rilma e Vandilo. Especialmente a Jussara pelo companheirismo durante esta jornada, a Vandilo pelos longos diálogos que travamos e a Célia que se dispôs a ler este trabalho e fazer observações importantes.

— A Nênia, com quem sempre mantive boa convivência, cuja sensibilidade me foi revelada em um dos momentos mais difíceis desta caminhada. Principalmente em relação ao apoio moral e intelectual a mim dispensado.

— Aos queridos amigos, sempre presentes nos momentos especiais da minha vida acadêmica, os quais me concedem a honra de estender a amizade pela vida afora: Ballo, Charlinho, Enedina, Francimar, Gustinho e Mara.

— Aos professores do mestrado os quais deixaram marcas indeléveis na minha maneira de praticar as ciências sociais. Dos quais destaco: Cristina, Lenyra, Bira e, em especial, Durval, por quem desenvolvi uma admiração incomensurável.

Aos funcionários: Joãozinho, Verinha e Rinaldo (da coordenação do mestrado) e Rosicler (da biblioteca da pós-graduação), pelo atendimento carinhoso que sempre me ofereceram.

— À CAPES pela concessão da bolsa, que possibilitou a realização deste trabalho.

— Aos protagonistas do caso da invasão do cruzeiro, eixo principal desta dissertação, especialmente: Dona Maria José, Rinaldo, Dona Rita Félix, Sr. Pedro Félix, Dona Arlete, Dona Josefa, Dona Josefa Celina e Sr. José.

Sumário

RESUMO

RESUMÉ

INTRODUÇÃO

	1
A Pesquisa	3
O Caso da Invasão do Cruzeiro	22
Da Zona Rural à Periferia da Cidade	28
1 - EM ALGUM LUGAR DO PASSADO: TUDO COMEÇA NA INFÂNCIA	35
1 - Brincadeiras de Criança	39
2 - Trabalho X Estudo: "Escola de Pobre é a Enxada".	42
3 - Trabalhos Domésticos: "É de Pequeno que se Torce o Pepino".	48
4 - Trabalho Fora de Casa	58
2 - NAMORANDO PRA CASAR E COISAS DO GÊNERO	64
1 - A Família	64
2 - Namoro e Casamento	69
3 - Resignação e Luta: "Fé em Deus que é Santo Velho"	73
4 - Iniciativa de Participar - "Costume de Casa Vai à Praça".	82
3 - DESEJO E POSSIBILIDADE: "QUERER É PODER".	89
1 - Enfrentamentos e Estratégias	95
1-1 A Polícia	98
1-2 A Vizinhança: "Me Chamam de Ladrão, de Bicha, Maconheiro..."	101
3 - Da Participação: "Lar Doce Lar"	105
4 - Santo de Casa Obra Milagres?	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

Resumo

Este trabalho busca perceber as representações construídas por alguns indivíduos envolvidos em um movimento de ocupação de terreno para construção de moradias, na periferia de Campina Grande/PB. O objeto de estudo advém de uma pesquisa realizada em nível de graduação em Ciências Sociais, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), através da qual constatou-se que a maioria dos participantes eram do sexo feminino. Neste sentido, direcionou-se o foco de interesse de modo a entender como se deram as socializações desses indivíduos, tentando buscar nas mesmas o respaldo para sua atuação no movimento, a partir de suas histórias de vida. Com base na noção de mundos privado e público que, em geral, norteiam os trabalhos que contemplam as relações de gênero, tentou-se compreender como se deram as participações de homens e mulheres no referido movimento. Optou-se, portanto, por uma pesquisa qualitativa, que possibilitasse a utilização da técnica entrevista do tipo história de vida, bem como da memória, enquanto instrumentos de análise. Assim, foram realizadas oito (8) entrevistas nesta nova fase, sem desconsiderar, no entanto, as quarenta (40) realizadas na pesquisa anterior (PIBIC). Os capítulos e sub-capítulos que compõem a dissertação partem de temas recorrentes nas falas dos entrevistados, tendo sido organizados de forma a possibilitar o vislumbre de um processo evolutivo nas vidas dos referidos indivíduos até o momento da ocupação, a fim de facilitar o acesso à resposta ao questionamento que norteia este trabalho: Como estes indivíduos elaboram as noções de masculino e feminino na luta pela moradia? Serão seus envolvimento nesta luta marcados pela influência destas elaborações? Ao fazer alusão ao dito popular "santo de casa não obra milagres", pretende-se ir além da compreensão

elementar da falta de reconhecimento das pessoas da família como capazes de resolver problemas que a afligem. Assim, tenta-se transpor esta idéia para um plano mais amplo da vida social, enxergando a casa como relacionada a tudo o que envolve o âmbito privado da vida social. O milagre seria, pois, o realizar, o agir no sentido político. Resta, então, o questionamento “Santo de casa obra milagre?”, na esperança de que o caminho percorrido para a realização deste trabalho, exposto em suas linhas e entrelinhas, contribua de alguma forma para uma reflexão que sugira algumas possibilidades de resposta.

Resumé

Cet ouvrage a le but d'analyser les représentations construites par quelques individus appartenant à un mouvement d'occupation d'un terrain en vue de bâtir des habitations, à la périphérie de Campina Grande/PB. L'objet d'étude provient d'une recherche développée au niveau du cours de graduation en Sciences Sociales, à l'enceinte du *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)*. Cette recherche a permis la constatation d'une participation massive d'individus du sexe féminin dans le procédé étudié. En ce sens, le point central s'adresse à la compréhension de la façon dont les socialisations de ces individus s'est donnée, en vue d'en chercher le soutien de sa participation dans le mouvement à partir de leurs histoires de vie. Soutenue par les notions des mondes privé et public qui orientent en général les ouvrages qui contemplent les relations de genre, nous avons eu l'intention de comprendre comment s'est donnée la participation d'hommes et femmes dans le mouvement en question. Cependant nous avons choisi une approche qualitative permettant d'utiliser comme instruments d'analyse les techniques enquête historique et mémoire. Ainsi nous avons réalisés huit (08) enquêtes en cette nouvelle phase, tout en considérant les autres quarante (40) réalisées par occasion de la recherche antérieure (*PIBIC*). Les chapitres et sous-chapitres qui comprennent la dissertation résultent des idées récurrentes apprises des discours des interviewés, organisées de façon à permettre d'envisager un procédé évolutif dans les vies de ces individus jusqu'au moment de l'occupation, dans le but de rendre plus facile à obtenir la réponse à la question primordiale de cet ouvrage: Comment ces individus élaborent-ils les notions de masculin et féminin au niveau de la lutte pour l'habitation? Seront-ils leurs engagements dans cette lutte influencés par

l'élaboration de ces notions? En se rapportant au proverbe "Saint de la ville n'est pas prié" (aussi "Il n'y a point d'héros par son valet de chambre"), nous voulons dépasser la compréhension élémentaire de la manque de reconnaissance des individus de la famille d'être capables de résoudre les problèmes qui les frappent. De cette façon, nous essayons de faire une projection de cette idée sur un plan plus vaste de la vie sociale, en envisageant l'habitation rapportée à tout ce qu'enveloppe le domaine privé de la vie sociale. Le miracle serait-il donc la réalisation, l'action au sens politique. Il nous reste, par conséquent, la question "Saint de la ville est-il prié?", en attendant que le chemin traîné le long de la réalisation de cette recherche puisse contribuer pour une réflexion suggérant quelques possibilités de réponse.

Introdução

A realização deste trabalho, tendo como locus de investigação a ocupação do Cruzeiro, diz respeito ao interesse em continuar uma pesquisa realizada no período de agosto/94 a julho/96, quando participamos do PIBIC¹ (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), enquanto aluna do curso de graduação em Ciências Sociais – UFPB.

A referida pesquisa envolveu participantes de dois movimentos de ocupação de terreno para construção de moradia, a saber o atual bairro Jardim Borborema (antigo Velame) e o bairro do Cruzeiro (por trás do Colégio Raul Córdula).² Intitulava-se “Condição Feminina e Participação Política” e buscava analisar a participação de algumas mulheres envolvidas nestes movimentos, relacionando-a as suas condições de mulher. Em outras palavras, compreender a relação entre ser mulher e participar de uma atividade reconhecida como política.

A primeira fase da pesquisa (agosto/94 a julho/95) ocorreu na “invasão do Velame”, onde entrevistamos vinte mulheres. A segunda fase (agosto/95 a

¹ A pesquisa foi realizada com a participação de outra aluna bolsista (Acsia Lima Alencar) e sob a orientação da professora Cristina Marin.

² A opção de trabalharmos com dois campos se deu pela inviabilidade de continuarmos com a “Invasão do Velame”. Consta que, à época do trabalho de campo, a ocupação ainda não havia se consolidado, mas tudo se encaminhava de forma satisfatória. Logo começou a surgir problemas de reintegração de posse, e os ocupantes, que até então tinham nos acolhido, passaram a duvidar de nossas intenções, passamos a ser vistos com maus olhos, como se pudéssemos interferir no resultado. Foi então que muitas portas se fecharam para nós (literalmente) e houve quem nos acusasse verbalmente de estar botando tudo a perder.

julho/96) se deu na “invasão do Cruzeiro”, neste espaço sentimos a necessidade de incluir as informações de homens participantes.

Entrevistamos, então, oito homens e mais doze mulheres, que, somados as vinte mulheres do primeiro ano de pesquisa, totalizaram quarenta informantes. Mesmo tendo trabalhado com dois campos, não nos interessamos em fazer comparações neste sentido, portanto, analisamos os dados como um todo e obtivemos alguns resultados que suscitaram novos questionamentos.

A pesquisa indicou as mulheres como maioria participante e o motivo da participação como sendo relacionado a seus interesses cotidianos, ou seja, que as mulheres participaram movidas pelo interesse em solucionar um problema crucial dentre os tantos problemas domésticos que se lhe apresentam cotidianamente – a falta de moradia – lidando com isso, o orçamento familiar do peso do aluguel.

Nosso interesse em recorrer aos homens participantes no segundo momento, justifica-se por acreditarmos que, numa pesquisa sobre a participação política de mulheres, considerando o viés das relações de gênero que intencionávamos ressaltar, seria imprescindível se entender, também, como se deu a participação dos homens, para então compararmos uma e outra, procurando entender se os motivos e as formas se diferenciavam.

Percebermos então, que, apesar dos motivos se diferenciarem, haja visto que a iniciativa de participar sempre partiu das mulheres-esposas ou em alguns casos, mães, havendo inclusive uma certa reação por parte dos homens-maridos e

filhos, no sentido de desacreditarem da pertinência da participação, na forma, não constatamos diferenças relevantes. Homens e mulheres participaram de todas as fases da "invasão", desde a limpeza do terreno até a construção das casas, principalmente no que diz respeito as formas de obtenção de meios para tanto, (material de construção, etc.).

Os participantes homens enxergavam a participação das mulheres, a partir da idéia de que existe uma tendência do sexo feminino ter perseverança e "jeito para essas coisas". Além disso, argumentavam que as mulheres teriam mais tempo sobrando porque não trabalhavam. Este argumento foi utilizado também por mulheres participantes, inclusive algumas que trabalhavam fora de casa, além de exercerem suas funções de dona-de-casa e mães.

2. Pesquisa

Além dos dados da pesquisa anterior terem suscitado novos questionamentos que alimentaram o desejo de dar continuidade a este estudo, desta feita enquanto mestranda de Sociologia Rural, houve a influência de novos conhecimentos teóricos adquiridos a partir de um curso de História dos Costumes³ do qual participamos. Não poderíamos deixar de destacar também, a

³ O curso foi oferecido pelo Departamento de História e Geografia (D.H.G) – UFPB – Campus II. Realizamos um trabalho de conclusão de curso, intitulado Mundos Privado e Público – Locus da ação feminina, onde tentamos unir a experiência do PIBIC com a do referido curso, no qual um dos módulos tratou das questões de gênero. Apresentamos este trabalho na primeira fase da seleção para o curso de Mestrado em Sociologia Rural.

importância da disciplina Movimentos Sociais, cursada no Mestrado, enquanto incentivadora da decisão em continuar o trabalho.⁴ Voltamos ao campo em setembro de 1997, objetivando um reconhecimento da área e a reflexão da possibilidade de continuar trabalhando com aquele grupo.

Nesta nova fase, contamos com oito entrevistados (cinco mulheres e três homens), que, por sinal, já haviam nos concedido entrevistas anteriormente. Procuramos nesta oportunidade, aprofundá-las, realizando-as enquanto histórias de vida, norteando-as através de um roteiro previamente elaborado⁵.

A diminuição no quadro de entrevistados, se relaciona à dificuldade de reencontrar as pessoas. Algumas voltaram a morar na zona rural (seus lugares de origem), outras sempre se encontravam no trabalho as vezes que lá voltamos. Mesmo assim, consideramos as entrevistas obtidas anteriormente, apesar de termos também como referência as mais recentes.

Nosso objetivo no presente trabalho é pois, perceber as representações que os "invasores" constroem de suas participações no movimento, problematizando da seguinte forma: - Como estas pessoas elaboram as idéias de masculino e feminino na luta pela moradia? Serão suas participações marcadas pela influência destas elaborações?

⁴ A disciplina Movimentos Sociais teve um enfoque geral nas relações de gênero e foi ministrada pela professora Cristina Marim que orienta este trabalho e pelo professor Dr. Durval Muniz, UFPB – Campus II.

⁵ O roteiro, apesar de não ser seguido de forma rígida, facilitou uma certa organização nas entrevistas, de acordo com os três ciclos básicos das vidas dos entrevistados: INFÂNCIA (onde nasceu e se criou / família / estudo / trabalho / condições de moradia); ADOLESCÊNCIA (amizades / namoros/casamentos / estudos / trabalho / condições de moradia/família); Fase ADULTA (namoros/casamentos/ trabalho/participação política/família/moradia).

Nossa preocupação se justifica baseada no pressuposto da separação histórica do espaço social em dois mundos antagônicos: o privado e o público, que vai além de *“uma divisão geográfica ou meramente física da sociedade, mas esferas de ação e significado social a partir das quais se arma e vislumbra toda uma cosmologia”* (Roberto da Matta; 1991, 159)⁶. Dentro desta perspectiva, o espaço privado se constitui na esfera de ação feminina e, tudo que acontece nesse âmbito, é intrinsecamente relacionado às mulheres. Este seria então, o mundo baseado na emoção, contraposto ao mundo da razão, o público, locus das atividades ditas masculinas.

Continuando dentro desta lógica, dentre as atividades “racionais”, inerentes aos homens, se encontram as atividades políticas e, portanto, se a considerarmos de forma rígida e fechada, ao menos teoricamente este tipo de atividade estaria interdita às mulheres.

E, sendo fato que as mulheres participam de atividades políticas, inclusive no “caso do Cruzeiro” constam como maioria participante, nos interessa entender como se deu suas socializações, bem como as dos homens também participantes, buscando perceber como constroem as noções de gênero – feminino e masculino – e se estas construções se relacionam com a perspectiva de mundos privado e público com base na diferenciação de papéis masculinos e femininos.

Visto que a participação das mulheres nesse movimento se relaciona ao seu universo de reivindicações, tanto quanto clubes de mães, associações de

⁶ A Casa e a Rua, DA MATA, Roberto, Ed. Guanabara Kaogan S. A. Rio de Janeiro, R.J. 4a edição, 1991.

mulheres de bairros, luta por creches, etc. (Célia Regina Jardim Pinto, 1992)⁷, percebemos sua peculiaridade e sugerimos que ela se deu enquanto extensão das atividades domésticas e, talvez por esse motivo, não tenha sido percebida enquanto política pelas personagens femininas do movimento.

Mas, o que dizer em relação às personagens masculinas? Essa é nossa preocupação, compreender as representações sobre as atuações políticas de homens e mulheres envolvidos na ocupação do Cruzeiro.

PINTO (1992) percebe que, entre as ciências sociais, a ciência política deixa uma lacuna no que diz respeito ao estudo das questões específicas da mulher. Ela sugere, pois, que, entre as razões desta ausência, se encontra o fato de que ainda não aconteceu no âmbito da política o que aconteceu em relação ao mercado de trabalho, ou seja, ainda não houve uma entrada maciça das mulheres neste espaço social.⁸

Dentro de uma linha específica de pesquisa, o estudo do cotidiano, espaço sugestivo à mulher, surgem trabalhos de antropólogos e historiadores. No âmbito das ciências políticas não se deu nada parecido com o ocorrido no mundo do trabalho, ou em relação a aspectos teóricos metodológicos. Portanto, no dizer de PINTO (1992), os trabalhos sobre a mulher, nesta área, limitam-se aos estudos

⁷ Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. PINTO, Céli Regina Jardim. In: Uma Questão de Gênero (org.) COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. Ed. Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas. 1992, Rio de Janeiro.

⁸ Ela entende que, a entrada maciça das mulheres nos últimos 30 anos no mercado de trabalho suscitaram trabalhos na área da sociologia do trabalho, tanto por estudiosos da área das relações de gênero, quanto por outros ligados as questões relativas ao trabalho.

referentes à sua presença no legislativo ou ao comportamento eleitoral, combinando-se às preocupações temáticas hegemônicas na área.⁹

A autora considera ainda que, a questão específica da luta política da mulher não foi enfatizada por ser percebida enquanto reflexo da prioridade dada ao âmbito privado, entendendo-o enquanto político. Portanto, ela se preocupa em refletir sobre os espaços possíveis de entender a mulher enquanto sujeito político ativo.

Os movimentos sociais constam, ao seu ver, como "*espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político*", pois abrem um leque de possibilidades, uma vez que abrangem tão variados aspectos da vida social, e dentre eles, os espaços que fazem parte do universo de reivindicações especificamente femininos.

Para ela, os movimentos sociais se relacionam com esferas institucionalizadas de poder, com o Estado, e esta relação se dá de forma aberta, pública, pois quando alguém adere a um movimento, o faz no mundo público. Dai, no caso das mulheres, se dar o surgimento de uma nova identidade, o

⁹ Pode-se citar como exemplo, a seguinte obra: TABAK, Fanny e Toscano, Moema. *Mulher e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Hoje, Vol. 43.

Ao fazer a apresentação da obra citada, Heloneida Studart justifica o fato de quantitativamente as mulheres não marcarem presença no mundo político como diretamente relacionado ao caráter patriarcal da nossa cultura, via elitismo e autoritarismo. Exemplifica com o fato das duplas e até triplas jornadas serem tão cansativas ao ponto de não favorecerem a participação da mulher nos movimentos sociais. E são justamente estes movimentos que propiciam um engajamento do cidadão com os partidos políticos e, conseqüentemente, os tornam candidatos. Diz ainda que a mulher, nos movimentos é mais aproveitada como militante de base, aquela que organiza e esquematiza as reuniões e as festas, não sendo bem aproveitado o seu potencial enquanto idealizadora ou articuladora de alguma atividade mais relacionada à política em si. Portanto, faz parte da cultura machista em que vivemos consolidar e reforçar o preconceito contra a mulher na política, relacionando este tipo de atividade ao homem. "*Sendo um ser privatizado, a mulher é condicionada a calar-se no mundo público, tornar-se pública a atemoriza*".

enfrentamento às novas relações de poder. Além disto, a adesão sugere um novo tipo de relacionamento, seja com a família, vizinhança, com as afetividades, enfim, em todos os níveis. Percebe-se então que, segundo esta autora, a formação de movimentos sociais se estende a todos os níveis das relações de poder. não se limita ao seu caráter reivindicatório.

Em torno de tudo isso, ela discute a localização/manutenção/ rompimento, das relações de poder. a partir das relações de gênero, enquanto práticas que reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres. Tais relações, ainda no seu entender, devem ser pensadas a partir de duas situações distintas: 1^o – As relações de gênero constituindo o movimento (movimento feminista); 2^o – As práticas que se dão a partir das relações de gênero como possibilidade dentro dos movimentos sociais. *“Um espaço fundamental para essa luta”* (1992:139).

PINTO destaca, em relação a inserção da mulher em movimentos, a ruptura da identidade privada e sua inserção no espaço público, afirmando que os novos sujeitos que surgem a partir dos movimentos e da ruptura entre o privado e o público, que eles suscitam, constituem um novo sujeito político, que *“busca participação, tem demandas específicas e provocam novas formas de relação de poder com o Estado”*. (1992:136). Considerando a dificuldade existente para a mulher ocupar espaços como representantes de outros interesses que não os particularmente femininos, entende a autora que os espaços conquistados são espaços de práticas fundamentais, mesmo quando os sujeitos não são conscientes das desigualdades que permeiam as relações de gênero. Neste sentido, os

movimentos sociais constam como via possível de acesso da mulher nos espaços de representatividade.

No Brasil tem aumentado consideravelmente a presença das mulheres nos espaços públicos, isto apesar de não garantir lutas contra as desigualdades entre homem e mulher, abre um espaço fundamental para essa luta (PINTO, 1992), uma vez que propicia mudanças nas práticas sociais.

Jeni Vaitsman,¹⁰ corrobora com esta idéia, mas não confere maior importância a questão da participação política, prefere perceber que qualquer atividade na esfera pública possibilita um novo olhar e conseqüentemente a possibilidade de novas práticas.

"A partir de meados dos anos 60, a expansão das classes médias urbanas e o aumento da participação feminina na esfera pública, em atividades educacionais, profissionais, científicas, políticas e culturais, começam a corroer as bases da família conjugal moderna, que mal havia se firmado entre alguns segmentos da sociedade brasileira". (1994:17).

Esta autora historiciza a divisão dicotômica em mundos privado e público e mostra de que forma se deu a passagem das mulheres pelas fronteiras entre estes dois mundos, alcançando a " rua ", como diria DA MATTA (1991). Ela parte da idéia de que " o elemento estruturante da família conjugal moderna é a dicotomia entre papéis públicos e privados, atribuídos segundo o gênero". (1994:17), para mostrar que os valores igualitários que passaram a basear a família moderna (não sem conflitos) contribuíram para a diluição das atribuições do gênero, dando espaço às novas formas de família. O que não quer dizer que

¹⁰ VAITSMAN, Jeni. Flexíveis e Plurais – identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

houve uma transição de um tipo tradicional de família para outro moderno, mas que *“sinalizam justamente o esgotamento do tipo moderno de casamento e família”* (1994:14) o que contribuiu significativamente para a desmistificação da família e do casamento como sendo um fim em si mesmos, como imutáveis, portanto como tendo uma essência.

As transformações nos comportamentos, no casamento e na família, segundo esta autora, *“vinculam-se a processos mais amplos de transformação social.”* (1994:15). Mas de que forma? Esta resposta só é possível se a divisão dicotômica em mundos privado e público for encarada também como construção social, datada historicamente.

“A modernização que engloba a industrialização e a urbanização, o desenvolvimento de atividades educacionais, científicas e tecnológicas, a diferenciação institucional, teve implicações decisivas para a divisão sexual do trabalho e para a construção social de gênero moderna. Com a industrialização e a separação entre unidade doméstica e atividades empresariais, a divisão sexual do trabalho na sociedade reorganizou-se.

A família privatizou-se com a exclusão das mulheres das práticas que, na construção das sociedades modernas passaram a ser exercidas numa esfera pública, que se transformou na medida não só de poder, prestígio e riqueza, mas também da cidadania”. (:15).

VAITSMAN (1994) faz notar que, o interessante disto tudo é que esta família moderna foi construída sob a égide dos princípios individualistas, associados às idéias de liberdade e igualitarismo. Neste sentido, a família conjugal moderna passa a ser vista como uma instituição igualitária, onde a livre escolha dos cônjuges, por exemplo, é prática comum, de forma que favorece uma certa igualdade sexual, na medida que surgem oportunidades para as mulheres em vários campos: educação, emprego, etc.

O aprofundamento da modernização marcou, portanto, uma redefinição da posição social das mulheres abalando, dessa forma, a dicotomia entre público e privado a partir da segunda metade dos anos 60. Até então, o panorama era outro, como destaca a autora:

Fundada numa dicotomia entre papéis públicos e privados, a família conjugal moderna, como categoria sociológica e histórica, se constituiu não como modelo igualitário, mas hierárquica, e tornou-se o padrão dominante entre classes médias dos grandes centros urbanos brasileiros até meados dos anos 60". (1994:17).

As transformações que vão se dando paulatinamente vão se refletindo na visão de mundo e na forma das mulheres se perceberem no mundo. Ao desafiar um conjunto de práticas que legitimavam o sistema hierárquico nas relações de gênero de forma geral, as mulheres vão se dando conta das possibilidades de heterogeneidade, pluralidade, flexibilidade e instabilidade de um ser mulher.

Como diz VAITSMAN (1994), "*há sempre resistência, invenção e construção de novos caminhos de interação e formas de sociabilidade*" (1994:190) daí, a sugestão da transformação da identidade feminina a partir das que se deram na sociedade de forma geral. Identidade esta que passou a ser flexível, aberta às possibilidades, ao devir.

A partir do exposto é que consideramos a participação das mulheres "invasoras" enquanto uma atividade política, mesmo advinda das suas condições de mulheres, esposas, mães, donas-de-casa, ou seja, mesmo que permeada de teor privado, digamos assim.

Mas o que será que elas pensam a esse respeito? Quais serão as suas representações no tocante a participação no movimento de ocupação do Cruzeiro? É isto que pretendemos entender a partir da pesquisa realizada. Buscamos demonstrar o “algo mais”, extrapolar os fatos, ir além do óbvio, contribuindo a partir do nosso olhar, para a compreensão de uma realidade representada nas falas dos entrevistados, que nos deram acesso as suas vivências enquanto participantes da ocupação, a partir de suas histórias de vida, não apenas com os relatos dos fatos do movimento em si.

Teria sido prático abordá-los apenas acerca da “invasão”, teríamos ficado a par dos acontecimentos, dos objetivos, do desenrolar dos fatos, da consolidação da ocupação. Porém, daríamos apenas respostas prontas e frias, que não aguçassem o pensamento, não propiciassem uma investigação. Apenas contaríamos uma versão, como se ela fosse a única possibilidade de apreensão da realidade daquele fato.

Daí a nossa opção de utilizar as representações sociais, enquanto objeto de análise entendendo-as como capazes de, a partir de minúcias, de nuances, elencar possibilidades de leitura daquela realidade. Partimos do pressuposto de que toda e qualquer interação humana pressupõe representações sociais: Daí sua especificidade e importância para quem se propõe a entender o social.

Émile Durkheim (1970)¹¹, enquanto precursor dos estudos das representações, na sociologia, se preocupa em mostrar que, tanto a vida mental

¹¹ DURKHEIM, Émile. Representações Individuais e Representações Coletivas. In: Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro, RJ. Rio Forense, 1970. 13-42.

do indivíduo, quanto a vida coletiva são compostas de representações. Portanto, sua análise parte da compreensão de que existem representações individuais e coletivas, sugerindo que cada um destes tipos seja tratado por uma ciência específica. Ou seja, as representações individuais deveriam ser objeto de estudo da psicologia, enquanto a sociologia se preocuparia com as representações coletivas.

Seu argumento central baseia-se na idéia da exterioridade das representações coletivas, ou seja, que elas partem do exterior e não do interior do indivíduo. Percebemos então que ao tratar das representações coletivas, ele o faz enquanto fato social, que, embora mantenha relações com as condutas individuais, se sobrepõem ao indivíduo. Donde podemos perceber a evidência da dicotomia indivíduo-sociedade, que é a base da teoria durkheimiana.

Um outro autor, (Serge Moscovici, 1994)¹², alerta para o fato de que o problema indivíduo-sociedade deve ser analisado atentamente. Este autor reconhece que a psicologia, por muito tempo, insistiu em tratar os problemas psicológicos considerando-os como sendo apenas individuais, porém acredita que existe uma reciprocidade entre o indivíduo e o coletivo, donde podemos perceber seu descrédito na possibilidade da sobreposição do coletivo.

Isto nos remete à reflexão de que ambos os tipos de representação, individual e coletiva, são, na verdade, representações sociais, pois, só existem porque existe a sociedade e esta, por sua vez, é composta por sujeitos, uma vez

¹² MOSCOVICI, Serge. Textos em Representações Sociais. Prefácio de Serge MOSCOVICI. (Orgs.) Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovith. Petrópolis: Vozes, 1994. 7-16.

que “não existe sujeito sem sistema, nem sistema sem sujeito”. (1994:11). Neste sentido, a dicotomia existente entre o indivíduo e o coletivo, se torna, para MOSCOVICI (1994), “lentes deformadoras”, que podem embaçar ou deturpar os fenômenos sociais.

Ao fazer um cotejo entre DURKHEIM e MOSCOVICI, Pedrinho A. Guareschi (1994)¹³ percebe que, como DURKHEIM, MOSCOVICI entende a “força concreta da realidade social”, o fato de que ela se apresenta aos sujeitos sociais como um dado, como algo que tem “quase a mesma força das pedras que fazem o chão do mundo”(1994:19). Porém, diferente de DURKHEIM, MOSCOVICI percebeu o perigo em se reduzir tudo ao coletivo, esquecendo-se da dinamicidade social, que apesar de ser consensual e reificada dá margens à ação dos sujeitos sociais que podem desafiar o coletivo e até transformá-lo, dependendo das circunstâncias.

É pois, alicerçada no ponto de vista destas duas referências, que a teoria das representações vai se aprofundando. Podemos exemplificar com os estudos de Peter Berger e Tomas Luckmann (1973)¹⁴.

Como sugerem estes autores, poucos se interessam pela interpretação teórica do mundo, mas todos vivem em algum tipo de mundo. Isto, ao nosso ver, pressupõe uma pluralidade de mundos e por conseguinte, a desnaturalização de um mundo absoluto. É, pois, justamente a relatividade do significado de mundo

¹³ GUARESCHI, Pedrinho, A. JOVCHELOUWITH, Sandra. (orgs.). Textos em Representações Sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁴ BERGER, Peter e Luckmann, Tomas. A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973 (Coleção Antropologia, nº 5).

que norteia a idéia de representação social. O que é real? Algo dado, estático e imutável, passivo e a espera de ser apreendido? Ou algo dinâmico, em constante processo de construção/desconstrução/reconstrução?.

Diferente do que se possa parecer, a realidade não existe por si mesma. É construída socialmente e influenciada pelos diversos momentos históricos. Ou seja, toda realidade configura um certo conhecimento, que só é válido em determinados contextos. Portanto, não se pode falar em um conhecimento mais real. É neste sentido que BERGER e LUCKMANN (1973) rompem com a discussão – o que é verdadeiro/o que não é verdadeiro. Preferem tentar entender como se constroem as “realidades” na vida cotidiana, considerando esta construção como social e subjetiva ao mesmo tempo, embora individualmente a reconhecamos como independente de nós.

Percebendo a importância do conhecimento na vida dos indivíduos, é que estes autores se preocupam em entender como o mundo subjetivo se configura, tornando-se objetivo. Tomam a linguagem como elemento crucial, pois a comunicação é imprescindível. É a linguagem que objetiva o homem e o mundo, e ela não se configura individualmente, pressupõe relação.

Pensar no social é pensar em signos, significados, construção de subjetividades, interações face a face. Este tipo de interação impõe tipificações e são as tipificações que tornam as coisas e os seres existentes. A partir do momento que tipificamos algo é porque algo existe.

São dois os fundamentos da condição humana: Subjetivação e objetivação. Não é à toa que há sempre um aspecto do real que nos parece mais real. Isto tem a ver com a subjetividade intrínseca a nossa condição humana, apesar de não podermos vislumbrar o indivíduo criando o social. O social pressupõe construção, cotidiano, processo de institucionalização. Este processo se dá através de padrões e toda intersubjetivação só se dá a partir da objetivação, donde se pode perceber que a realidade é pré-ordenada. Aquilo que é apreendido pelo sujeito, aparece enquanto objeto. Neste sentido, os fatos em si não são tão importantes quanto o é a capacidade que os indivíduos têm de construir o fato, aparatado por uma estrutura simbólica que propicia esta construção.

A linguagem aparece como elemento fundamental, que permite a apreensão dos processo de objetivação, pois permite transmitir objetivamente subjetivações. É ela que fornece o nexos, a lógica, o sentido. Para BERGER e LUCKMANN (1973), a linguagem é capaz de exprimir um mundo subjetivo através de objetivação.

O mundo nunca é "*per se*" objetividade, mas sempre aparece como tal. Isto implica em percebê-lo como criação, como construção, como eterno devir. A realidade só existe a partir das relações: não existe realidade de forma solitária, pois o outro é o veículo de subjetivação, age como espelho que reflete a subjetividade dele e a minha. A partilha da realidade só se dá face a face, situação que os dois autores vêem como privilegiadas, porque propicia a apreensão por mais de uma subjetividade. Existe uma certa flexibilidade inerente a este tipo de situação, que é imprescindível à apreensão do outro.

Porém, o mundo não se compõe apenas de interações face a face. Por exemplo, não há necessidade de passarmos por situações que todos passam para sermos capazes de vivenciarmos experiências. Neste sentido é que estes autores percebem a linguagem como sendo capaz de acumular significados e experiências, ou seja, como propiciadora de abstração. Para eles, o homem é fadado à expressividade, necessita de linguagem para existir. Onde, percebe-se a linguagem como fundante do social e vice-versa. A linguagem pressupõe reciprocidade, ela constrói a subjetividade de cada um, mas tem a propriedade de transcendência.

Compreende-se, então, que a "natureza humana" é sempre social. Sendo assim, para cada sociedade existe uma "natureza humana". O homem nasce incompleto e é construído no decorrer de sua socialização. A formação do eu se dá paulatinamente. Eu me construo, mas a partir do projeto do grupo que eu componho.

É nesta perspectiva que tentaremos trabalhar com as representações dos atores da ocupação do Cruzeiro, percebendo a importância de cada uma na construção do movimento enquanto fato memorável em suas trajetórias de vida.

Quando fazemos a opção por uma pesquisa qualitativa, o fazemos por reconhecer, neste método, a possibilidade de lançarmos mão de instrumentos como: a representação, a memória, a história de vida, instrumentos estes que privilegiam a participação dos indivíduos na construção do social, trazendo à

tona a dialética que permeia a relação indivíduo-sociedade, entendendo-a como espaço de possibilidades e pluralidades.

Pierre Nora (1981)¹⁵ diz que *“a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.”* (1981:9). Para ele, existe um momento particular na nossa história, este estabelece ligações com nossa curiosidade pelos lugares onde a memória *“se cristaliza e se refugia. É neste momento que a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada (1981:7)”*, é pois, um momento de articulação entre o que foi vivido e as lembranças do que foi vivido, no qual o sentimento de continuidade surge enquanto resíduo, ou seja, enquanto reminiscências.

As memórias ocupam “lugares de memória”, estes lugares permitem transportá-las à história, como sugere este autor:

“A memória é a vida, sempre carregada pelos grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (1981:9).

A noção de memória tem a ver com estoque de lembranças. É como se o vivido fosse armazenado e só viesse à tona de acordo com as necessidades dos sujeitos.

Ao tratar da memória, NORA valoriza a consciência individual enquanto “*lugar de memória*”, capaz de resgatar a memória coletiva. *“Quando a memória*

¹⁵ NORA, Pierre. Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares. In Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, 1981. pp.7-28.

não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se a consciência individual, uma decisão solitária, não decidisse dela se encarregar.” (1981:18).

Embora a memória coletiva não se constitua no somatório das memórias individuais, é relevante a participação do indivíduo na sua construção. *“Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória”.* (1981:18).

A descontinuidade se faz presente no artifício de reconstrução do vivido. Portanto, percebe-se que a relação entre os indivíduos e o passado é dinâmica, e esta dinamicidade, no dizer de NORA, *“reside nesse jogo sutil do impenetrável e do abolido”* (1981:19). Sugere, então, que existe um lugar (o passado) ao qual não se pode voltar, a não ser através da memória.

Como sugere este autor, a partir da oralidade, se destaca o particular:

“Citar os atores, fazer ouvir suas vozes (...) Como não ver, nesse gosto pelo cotidiano no passado, o único meio de nos restituir a lentidão dos dias e o sabor das coisas? E nessas biografias de anônimos, o meio de nos levar a apreender que as massas não se formam de maneira massificada.”(1981:20).

“Imaginação”, “aura simbólica”, são expressões que NORA utiliza para explicar o que vem a ser “lugar de memória”, dando a entender que, como qualquer outro aspecto das interações entre homens, este “lugar de memória” é construção, e como tal, revestido de caráter imaginário e simbólico, o que faz crer que o “lugar de memória” é relativo, só existe a partir de determinado referencial. Nem sempre um lugar de memória é comum a todos, podendo só existir em relação a um determinado olhar. Daí a nossa intenção de trabalhar com

a memória dos atores da trama do Cruzeiro, tentando resgatar a partir de suas histórias de vida, dos seus passados, seus lugares de memória no tocante as relações de gênero, tentando entender como construíram suas noções a respeito de masculino e feminino, bem como perceber de que forma elas se manifestaram na luta que empreenderam pela moradia, e na representação que constroem em torno da participação no movimento.

Ainda no que concerne à memória, consideramos, também, as considerações de Ecléa Bosi (1994)¹⁶, que sugere que, quando conseguimos opor as lembranças com a atualidade, estamos reconhecendo-as enquanto lembranças. Ao evocar o passado é necessário a consciência de que se está vivenciando o presente. Para se conhecer o presente e a si mesmo, há de se voltar ao passado.

Neste movimento de ida e vinda, reflexão e localização são imprescindíveis, no sentido de não tornar a lembrança uma “imagem fugidia”. *“O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição”* (1994:18).

A memória dá acesso a uma realidade desconhecida. BOSI chama a atenção para a narrativa enquanto meio de visitação à memória. Para ela, *“a arte da narração não está configurada nos livros, seu meio épico é oral, o narrador tira o que narra da própria experiência e o transforma em experiência dos que o escutam”*(1994:18). Temos então, a narração enquanto construção, uma vez que o narrador *“investe sobre o objeto e o transforma”*.

¹⁶ BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 3ª ed. São Paulo-SP. Companhia das Letras, 1994.

Ainda no dizer desta autora, a função da memória não é nem a transformação nem a anulação do tempo, mas a extrapolação da barreira entre o passado e o presente, realizando, assim, uma evocação. Evocar é, pois, recordar, lembrar.

“Hoje, a função da memória é o reconhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente”(1994:89).

A relação entre o ouvinte e o narrador baseia-se num interesse comum, segundo ela, ou seja, a conservação do narrado *“que deve poder ser reproduzido (...) A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxado por outros dedos”* (1994:90).

Pretendemos ser um dos dedos a puxar o fio da memória das pessoas envolvidas no evento em destaque, portanto, tentamos, a partir das nossas lentes, propiciar sua reaparição, baseando-nos em suas histórias de vida. Consideramos pertinente à análise das representações, a utilização de entrevistas do tipo história de vida, técnica de pesquisa que escolhemos. Para tanto, fizemos uso de gravador e fitas cassetes para registrar as falas dos entrevistados, transcrevendo posteriormente todo o conteúdo das fitas para facilitar a análise dos dados, que tivemos o cuidado de separar de acordo com as dimensões propostas no trabalho¹⁷.

Além das entrevistas gravadas e das conversas informais terem facilitado o acesso à comunidade, a técnica da observação contribuiu para a percepção do

¹⁷ As dimensões estão implícitas no roteiro norteador das entrevistas. Destacamos entre elas: construção de identidades de gênero, condições de moradia e participação política.

ambiente físico e humano do campo de estudo. Todas estas ferramentas nos foram facilitadas a partir de uma outra, que consideramos imprescindível a qualquer pesquisador: o diário de campo, no qual procuramos anotar tudo que vimos bem como o que não vimos, o dito e o não dito, ou seja, as presenças e as ausências, e, principalmente, os detalhes, as nuances, que percebemos como peças fundamentais numa pesquisa qualitativa.

Posta a base conceitual que sustentará este trabalho, apesar de muitos outros conceitos surgirem no decorrer do mesmo, é interessante expor, também, nosso ponto de vista a respeito do caso da “invasão do Cruzeiro”, a partir de dados colhidos na pesquisa.

o Caso da Invasão do Cruzeiro

Ao final da primeira gestão do prefeito Cássio Cunha Lima, mais precisamente na campanha para prefeito de 1990, deu-se a ocupação de uma vasta área encoberta por mato, nas imediações do Colégio Raul Córdula, no bairro do Cruzeiro, em Campina Grande, PB. Segundo os entrevistados, este movimento teve um intermediário¹⁸, que tomou a iniciativa, escolheu o local e convocou a comunidade carente das imediações para ocupar o terreno.

¹⁸ Sempre que nos referimos a este intermediário, o faremos enquanto líder ou chefe, com a intenção de não divulgar sua identidade. Utilizaremos, portanto, as categorias dos informantes.

De início, aproximadamente 30 famílias participaram. A ocupação se deu na medida em que, o líder, juntamente com os seus auxiliares, demarcavam os lotes e os distribuíam a cada família. As famílias, então, tomavam a iniciativa de limpar a área e construir seus barracos. Barracos, estes, feitos de resto de madeira e cobertos por plásticos de todo tipo. Os próprios participantes dizem que eram muito feios e precários, e esse foi um dos motivos que atiçaram os maus olhos da vizinhança em relação à “invasão”.¹⁹

Os moradores de um conjunto da Caixa Econômica Federal, que se localiza defronte ao terreno invadido, fizeram um abaixo-assinado com o intuito de boicotar a ocupação. Além disso, desmanchavam seus barracos, negavam-lhes água e os xingavam de maconheiros, vagabundos e ladrões. Hoje em dia, segundo depoimentos dos nossos entrevistados, estas mesmas pessoas “dão graças a Deus” por eles estarem lá, por terem construído suas casas num local que era um matagal, inclusive perigoso, com ocorrências de crimes.

Alguns participantes relatam o envolvimento de vereadores, cujos nomes não achamos conveniente citar, alguns até esquecidos por eles. Na época, o líder os preparava para o caso de lideranças políticas contrárias a “invasão”, bem como policiais, irem até o local tomar satisfações, pois o terreno era propriedade da Prefeitura Municipal de Campina Grande - P.M.C.G.

Muitos dos entrevistados falam de um certo Sargento X²⁰, que os teria ameaçado com arma em punho, e a quem o líder do movimento teria enfrentado.

¹⁹ Esta é a palavra que vamos usar durante todo esse trabalho, para designarmos a ocupação, pois é assim que os participantes do movimento a chamam.

²⁰ Designaremos de X e Y os dois policiais mais citados pelos entrevistados.

O Sargento, de acordo com os relatos, ordenou que os soldados botassem abaixo os barracos, mesmo com o pessoal dentro dele, mas se acovardou quando o líder os enfrentou, dizendo que se botassem abaixo os barracos, revidaria, apontando uma arma. “Eles” (a polícia) foram embora e nunca mais voltaram.

Percebemos, em todos os relatos, o respeito à liderança, inclusive, um certo enaltecimento. Porém, também percebemos a satisfação e o orgulho de terem participado da ocupação e, principalmente, dos enfrentamentos à polícia e aos poderes públicos municipais. Estes enfrentamentos aparecerão em suas falas no decorrer do trabalho, mas adiantamos que houve participante que “pegou até peixeira” para se defender dos que estavam derrubando os barracos.

A construção das casas foi se dando de acordo com as condições das pessoas, mas muitos falam da importância de se construir qualquer coisa, nem que fosse a “sapata” da casa, como forma de assegurar o terreno.

“O negócio é que a gente tinha que ficar no local que pegou o terreno e pra gente procurar primeiro do que tudo tijolos. O pessoal dizia que tijolos era posse, sabe? Ai a gente, eu mesmo vendi televisão, vendi cadeira, o que eu tinha vendi pra fazer dois vãozinho. Mesmo assim eu fiz, vendi as coisas, comprei material e construí só dois vãozinhos”. (D. Rita Félix).

Esta visão de construção enquanto meio de assegurar a posse, é comum em movimentos de ocupação. Foi um dos aspectos que percebemos na pesquisa realizada anteriormente na “invasão do Velame”. Eronides Donato (1999)²¹, ao elaborar um estudo sobre os trabalhadores do Serrotão – Campina Grande - PB,

²¹ DONATO, Eronides Câmara. Identidade, identidades: Um estudo sobre os trabalhadores do Serrotão – Campina Grande. 1995.

assentados a partir de uma ocupação, assevera que “*construir as casas do assentamento pode, ao contrário do que alguns imaginam, dar a segurança de se ficar na área (...)*” mesmo que exista “*o medo de estar fazendo um investimento duvidoso (...)*” (1995:160).

No período de ocupação propriamente dita, as pessoas ficaram de vigília, se revezando entre seus barracos e os dos companheiros mas, pernoitar mesmo, só alguns, como é o caso do Sr. José e D. Josefa, D. Rita e Sr. Pedro, que se fixaram com suas famílias. Este período que compreende a “invasão”: limpeza do terreno, construção de barracos, vigília, durou aproximadamente dois meses. Pouco tempo, que os participantes atribuem aos fatos de que: “*tinha gente grande envolvida*”, “*o líder tinha força porque tinha cobertura de alguns políticos*”, “*o terreno era da P.M.C.G.*” e “*era época de eleições municipais*”, - um tempo relativamente curto para tantas ocorrências como sugere Sr. Pedro:

“Na invasão juntou policia, veio os caras que apanham lixo, todos armados, veio Sargento X e Sargento Y. Nós estávamos tudinho dentro dos barracos, o chefe disse pra gente: ‘olha, vocês ficam tudinho, e se precisar nós vamos agir, não tem pra onde mas não saiam daqui não’. Ai quando eles chegaram, desceu tudinho do caminhão, ai, ‘vamos derrubar os barracos’, disse o Sargento Y com o revólver e mandou botar abaixo, ai o líder pegou o revólver ...” (Sr. Pedro Félix).

O envolvimento de “gente grande” pode ser ilustrado com a seguinte citação:

“Não. Ficava só ameaça né? A policia ameaçava, os cabras ficavam ... Um dia D. Glória Cunha Lima chegou até aqui, ela e uma senhora que é bióloga, essa ai que é do Colégio Raul Córdula; Ai disse: - “Não, esse aqui é do colégio, não esse aqui não dá nada, é só pedra.” Ai D. Glória²² foi, falou com o Sargento X, disse: “Não, não mexe

²² D. Glória Cunha Lima é a mãe do então prefeito Cássio Cunha Lima, que se encontra agora na sua segunda gestão.

com ninguém aqui, deixa o povo aí. Depois a gente vem pra ver onde localiza esse povo.” (Sr. João).

Todas as situações eram enfrentadas indiscriminadamente, independente do sexo, como diz Sr. Pedro Félix: *“mulher cavava buraco, limpava mato, fazia vala pra sapata”*. Inclusive os enfrentamentos à polícia:

“Teve polícia, a polícia apanhou no meio aqui (...) um tal de Sargento X que era metido, que tirava os troços das casas, que queria derrubar, foi (...) e as mulheres em cima mesmo (...) todo mundo ...”.

Esta visão dos homens a respeito da participação e das práticas das mulheres é um dos tantos aspectos que trataremos nesta dissertação. No momento, intencionamos apenas mostrar um panorama geral do que foi a ocupação do Cruzeiro.

Em termos de reunião, as que houve sempre partiram da iniciativa do líder que ratificava a importância da perseverança em continuar a luta, em não abandonar os barracos, “houvesse o que houvesse”. Explicava que não haveria razão para os tirarem de lá, uma vez que o terreno pertencia à P.M.C.G. e, além do mais, se encontrava ocioso.

Quando os “invasores” receberam as declarações de posse e a conquista dos terrenos se consolidou, a P.M.C.G. enviou máquinas para terminar de limpar o local e abrir as ruas. Até então, a limpeza era feita pelos mesmos, de forma precária, à base de enxadas e queimadas.

O movimento que se iniciou com aproximadamente trinta (30) famílias participando, culminou com cerca de cento e vinte (120) famílias, que aos poucos

iam aderindo, se alistando como reivindicadoras dos lotes que eram demarcados pela assessoria da liderança, de forma igualitária em termos de medidas.

Na época em que realizamos o trabalho de campo, o conjunto da invasão, como muitos denominam, não lembrava nem de longe, alguns lugares que já foram ocupados na periferia de Campina Grande, como por exemplo: Pedregal, Tambor, Vila do Lixo (Catolé), Vila dos Teimosos. Queremos dizer que, a demarcação dos lotes, proporcionou uma organização ao local, comum a quaisquer conjuntos habitacionais populares²³.

Quando falamos em “conjuntos” não nos referimos à noção comum de casas idênticas, mas ao coletivo de casas. É óbvio que elas não foram construídas de forma idêntica, uma vez que foram construídas pelos próprios “invasores”, de acordo com suas condições e necessidades. Notamos porém que, a rua que fica em frente ao conjunto da Caixa Econômica Federal é a mais plana, de melhor acesso e onde menos o mato invade. Talvez porque ela já existia antes da ocupação e por ser a mais trafegada por automóveis.

Nem uma das ruas é pavimentada e a maioria das casas não possui calçada, o que facilita a invasão do mato em alguns locais. Não existe ainda uma rede de esgoto, o que concorre, em alguns pontos, para existência de buracos formados pelas águas que escorrem das casas. Em algumas ruas isto não se

²³ No sentido de possuir ruas abertas, casas em alinhamento, rede de água e energia elétrica. (Essas últimas conquistados através de reivindicações dos moradores, após a consolidação do movimento).

verifica, mas não por que nelas exista rede de esgoto, mas sim, pela organização que os moradores dão ao escoamento da água.²⁴

Resumindo, diríamos que os problemas vivenciados pelos moradores do conjunto da invasão, em forma de infra-estrutura, não diferem dos que comumente se apresentam aos bairros populares da cidade de Campina Grande. Insistimos, pois, em afirmar que não guarda, em sua aparência, nenhuma semelhança ao que costumamos chamar de favela.

Da Zona Rural à Periferia da Cidade

A procedência da comunidade analisada nesta pesquisa está entre os dados que nos chamaram a atenção na pesquisa anterior. Todos são oriundos da zona rural, nasceram e passaram a infância em sítios. A única exceção é Rinaldo, que nasceu e cresceu na periferia, no bairro do Cruzeiro. Mesmo este, vivenciou situações semelhantes aos outros, no sentido de ter convivido com atividades agrícolas, experiências com criações, animais soltos pela terra, muitas vezes livre de construções, enfim, com um panorama comumente encontrado na periferia, que guarda em si, muito do mundo rural, inclusive no que diz respeito à procedência dos habitantes, como é o caso do “conjunto da invasão”.

Algo marcante na vida de cada um é, pois, a intimidade com a prática da agricultura como contam:

²⁴ Por exemplo, abrindo um córrego no lugar que deveria ser o meio-fio.

“Eram sete irmãos, morava com meu pai, minha mãe, mas minha infância foi muito pesada, que eu me criei no cabo da enxada, limpando mato.” (D. Rita Félix)

“É porque eu fui criado nisso e morro nisso”. (Sr. José).

“Minha mãe trabalhava (na agricultura) (...) E eu não, eu ficava tomando conta da casa, né ... era a mais velha. O resto era tudo dentro do mato, na enxada”. (D. Josefa Celina).

“Eu nasci em Queimadas, a minha infância foi toda trabalhando na agricultura. Fui criada no sítio...” (D. Arlete).

“Eram seis irmãos (...) Meu pai eu perdi muito cedo, com cinco anos de idade, só fiquei com minha mãe (...) Era minha mãe mesmo quem sustentava a casa e meu irmão. A gente trabalhava também, trabalhava ... limpava mato, assim, agricultura, né?” (D. Josefa).

Nasci ali no Prado, na rua do Prado, que hoje é Francisco Camilo, perto do Amigão. (...) Era tudo sítio naquela época, tinha casa pouca, tinha uma padaria...” “Eu trabalhava, quando pai ... a gente ficava num canto muito tempo, ia trabalhar na agricultura, eu me criei trabalhando na agricultura também”. (D. M^ª José).

“Eu nasci no bairro do Cruzeiro, antigo Alto do Seixas, nasci ali (...) Não, não gostava de roça não. Porque eu não gosto muito de roça não, pra trabalhar no cabo da enxada não dava não”. (Rinaldo).

Nestes contextos de vidas tão parecidos há ainda um outro aspecto que se assemelha, é que a família de todos eles trabalhavam em terras alugadas. Em nenhuma fala apareceu a família como proprietária, mas sempre como dependente de um pagamento de aluguel, que muitas vezes as fazia mudarem de sítio.

“Arrendava um sítio, que naquele tempo era arrendado, não possuía sítio. No sítio passava uma temporada boa.” (D. M^ª José).

“Eu já morei em tanto canto, quando solteira ... Depois de casada não, só em dois cantos. (...) (D. Josefa Celina)

(...) Mas nunca tinha terra, nunca tinha e não tenho. “”Na terra dos outros ... depois saí, mudei, fui pra Soledade, lá passei um ano, na agricultura (...) Mas também terra alugada”. (Sr. José).

Alguns deixam transparecer o desejo de possuir a terra para plantar, como é o caso de D. M^ª José e D. Josefa. Esta última, comenta sobre alguns roçados

que cultivou e das dificuldades que enfrentou por causa do aluguel da terra.

Sonha em voltar a plantar.

“Sempre vivi de agricultura, desde pequena mas aqui nunca tive roçado não. Tô doida pra botar um, porque é bom demais! A gente colhe, não compra nada.”

D. M^a José sonha com a reforma agrária, é tanto que nos perguntou se não saberíamos o que ela teria que fazer para conseguir “entrar na reforma agrária”. E diz:

“Que é pra ter um pedacinho de terra pra plantar e criar à vontade; Aí vai ser bom! (...) Tem tanta gente por aí que consegue ...”. (D. M^a José).

Alguns continuam trabalhando com agricultura, cultivando roçados de subsistência. Dentre eles, D. Arlete é a única que possui terra, um sítio em Queimadas, onde seu marido passa a semana e para onde ela vai e de onde volta quase todos os dias, pois seus filhos estudam aqui em Campina Grande e moram no “conjunto da invasão”. É comum nos relatos, a alusão à dificuldade do trabalho na agricultura e, mesmo os que gostam desse tipo de atividade, não dispensam comentários deste tipo.

“Eu toda vida, eu me criei e gostei. Até agora eu vivo mais no sítio, tenho casa no sítio, eu prefiro outra coisa do que trabalhar na agricultura (...) Não tenho mais roçado perto daqui não, só lá agora. (...) Quase todo dia eu tô lá, direto, todo dia, as vezes venho no mesmo dia, as vezes eu durmo lá. Ainda tenho roçado, ainda, em Queimadas, na terra da gente e a gente morava aqui e pegou um terreninho aqui.” (D. Arlete).

O sítio, eles adquiriram como herança do sogro de D. Arlete. Ele só tem dois filhos e dividiu a casa e a terra entre os dois. De início, o seu marido

também ia e voltava todos os dias. Diante das dificuldades em conciliar o emprego que tinha em Campina Grande com o trabalho do sítio, ele optou por ficar lá e se dedicar mais ao sítio.

“Quando o meu esposo trabalhava na VALIG, um bocado de ano ... e era difícil pra ele ir trabalhar. E o horário dele ir trabalhar era de noite, e ficava difícil pra ele ir e voltar para casa dez horas da noite. (...) É que meu sogro tem dois filhos, sabe? E ele dividiu a casa ...” (D. Arlete).

Sr. José vive basicamente do seu trabalho de agricultor, porém conta com a ajuda dos filhos, que não querem mais vê-lo trabalhando em terras alugadas. As falas de forma geral mostram indícios de que a agricultura que praticam é apenas de subsistência, quando comercializam algum produto, isto se dá de forma esporádica e em proporções pequenas. No entanto, isto não diminui em nada o interesse pelo trabalho com a terra, este só é substituído muitas vezes na época de estiagem.

“Tenho um roçado lá em Lagoa Seca, quando aparece serviço a gente faz (de pedreiro) mais na época de inverno não. (...) As vezes quando sobra um, dois quilos de feijão, dá pra vender. (...) Não deixo de jeito nenhum, é porque eu fui criado nisso, mas a minha família não quer que eu trabalhe mais.” (Sr. José).

O que nos despertou mais em relação à procedência rural dos “invasores” do Cruzeiro, foi o fato de que, algumas entrevistadas revelaram seu interesse em participar da “invasão” relacionado à proximidade do terreno aos seus roçados. D. Arlete, inclusive, nos revelou já desejar há muito tempo uma casa ali, no local ocupado.

“Eu morava aí em frente ao Colégio Raul Córdula e tinha roçado aqui, nesse terreno (diz apontando para o local que tinha o roçado) e todo dia passava aqui. (...) No tempo da invasão, eu sempre dizia que isso aqui era a minha casa, porque eu já trabalhava aqui ... Tinha um

professor que dizia que esse terreno era da prefeitura. Eu disse: Eu vou até pedir a Cássio uns três terrenos aqui. É um meu, outro seu, com a gente e o outro professor. Esses três terrenos ele disse que era da gente. Eu até dizia: Eu quero o meu esse aqui ... Foi o mesmo terreno que eu fiquei”.

A história de D. M^a José não é muito diferente:

“Olhe! Eu tinha um roçado aí (...) nesses terrenos aí (apontando para o local). Aí eu trabalhei dez anos ... trabalhei aí em meio hectare, meio hectare que eu trabalhei (...) mas fiquei trabalhando, trabalhei dez anos. (...) Morando lá na Almirante Barroso (..) Eu morava ali e vinha para o roçado. Quando foi um dia eu vinha pra o roçado ...(...) eu vim vindo e vi uns barracos, é porque eu nunca tinha visto antes uns barracos aí. Aí eu disse ao vizinho: Sr. Zé, me diga uma coisa, aí tem cigano, é cigano é? – É não D. Maria é uma invasão. Eu disse, aí eu fiquei ... Ah! Meu Deus! Será que eu vou nesse terreno, será que fico nesse terreno? É tão pertinho do meu roçado ... Eu olho daqui e vejo meu roçado ...”.

Verifica-se, então, o quanto as vidas destas pessoas são marcadas por suas origens rurais, e por conseguinte, a “invasão do Cruzeiro”, enquanto fato relevante para todas elas, também se apresenta desta forma.

Vejamos então, como se deram suas socializações, considerando-as como fator crucial na construção de suas identidades de mulheres e homens, tentando perceber até que ponto elas se refletem na luta que empreenderam pela casa própria.

Buscaremos encaminhar estas questões, ao passo que formos desvendando as representações que construíram de suas participações no movimento.

Os capítulos e sub-capítulos partem de temas recorrentes na falas dos entrevistados. O primeiro contempla a fase da infância, destacando as brincadeiras, o trabalho (doméstico e agrícola) e os estudos.

No capítulo segundo trataremos da fase adulta das pessoas entrevistadas. Partiremos da importância da instituição família como peça fundamental na construção dos sujeitos sociais de forma mais geral, redundando na influência que exerce na socialização do grupo estudado. Principalmente no que diz respeito ao interesse em dar continuidade as suas próprias famílias, passando pelo namoro, pelo casamento e pelos filhos, que se apresentam como chance de recomeço, a partir da qual se pode dar continuidade ao que se considerou bom na criação que tiveram ou deixar para trás o que foi visto como negativo. Ainda neste capítulo, trataremos da necessidade da casa própria, que se torna mais premente com a chegada dos filhos, a quem desejam dar proteção. Dentro da perspectiva de proteção aos filhos, inclui-se a busca por amenizar o orçamento doméstico do peso do aluguel. Problema cuja resolução se dá a partir da participação na ocupação.

No terceiro e último capítulo, abordaremos o desejo enquanto mola propulsora da participação, reconhecendo-o enquanto o “algo mais”, imprescindível à resolução de participar, à determinação em perseverar, e à realização do objetivo.

Capítulo Primeiro

***Em Algum Lugar do Passado -
Tudo Começa na Infância***

Em algum lugar do passado - Tudo começa na infância

Segundo Regina Navarro Lins (1999)²⁵, tudo o que se vive nos primeiros anos de vida marca sobremaneira toda a vida do indivíduo ao ponto de tornar-se parte estrutural do seu ser. É neste sentido que percebemos a influência das brincadeiras, da relação com os estudos, com os trabalhos agrícolas e entre os gêneros. As narrativas dos entrevistados são pertinentes neste sentido, porquanto revelam a separação entre homens e mulheres, no tocante a diferenciação dos seus papéis sociais, via socialização.

As brincadeiras de criança, por exemplo, são reveladoras dos tipos de mulheres e homens que vão sendo construídos. Isto porque, ser homem ou mulher vai além das obviedades físicas e biológicas. Envolve jeito de ser, temperamento, comportamento, expectativas e outras coisas mais que permeiam as relações. Ser homem e mulher é pois, uma “questão de gênero”. Como sugerem vários autores, dentre os quais: MEAD (1969), BELLOTI (1979), LUZ (1982), PINTO (1992); MURARO (1992), MASSI (1992), LINS (1999)²⁶ etc.

²⁵ LINS, Regina Navarro. *A Cama na Varanda: Arejando Nossas Idéias à Respeito de Amor e Sexo*. Rocco. Rio de Janeiro. 1996.

²⁶ MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1969. BELLOTI, Elena Gianine. *Educar para Submissão*. Vozes. Rio de Janeiro, 1979. LUZ, Terezinha Madel. *O Lar e a Maternidade: Instituições Políticas*. In *O Lugar da Mulher*. PINTO, Celi Regina. *Movimentos Sociais: espaços Privilegiados da Mulher Enquanto Sujeito Político*. In *Uma Questão de Gênero* (org.). Albertina de Oliveira e Cristina Bruschini. Ed. Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro – RJ, 1992. MURARO, Rose Marie. *A Mulher no Terceiro Milênio*. Ed. Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 1992. MASSI, Marina. *Vida de Mulheres: Cotidiano e Imaginário*. Imago Editora. Rio de Janeiro, 1992. LINS, Regina Navarro. *A Cama na Varanda: Arejando Nossas Idéias a Respeito de Amor e Sexo*. Rocco. Rio de Janeiro. 1999.

“Atitudes e comportamentos femininos e masculinos são ensinados às crianças desde muito cedo e dessa forma vão sendo assimilados a ponto de serem confundidos mais tarde, como fazendo parte de suas naturezas. Sem dúvida existe uma diferença nítida nas atitudes sociais dos homens e das mulheres e é fácil, então, concluir que são realmente diferentes”. (1999:113).

As diferenças, geralmente reconhecidas como sendo naturais, supõem um homem masculino e uma mulher feminina. Dentro desta lógica, costumeiramente, à masculinidade são relacionadas a características como agressividade, lógica, frieza emocional e dominação, ao passo que a feminilidade é associada à ternura, à intuição, à emotividade e à submissão, por exemplo. Nos seus estudos, LINS chegou a um perfil da mulher feminina:

“elegante, delicada, frágil, sensível, cheirosa, dependente, pouco competitiva, desinteressada de política, pouco ousada, chora com facilidade, se emociona facilmente, mãe carinhosa, recatada, indecisa”. (1999:119).

Os estudos de gênero enquanto categoria analítica, com o qual as citadas autoras colaboram, trouxeram à tona sua relatividade, mostrando que, como qualquer outro aspecto da vida social, os gêneros se expressam nas relações, sendo susceptíveis de oscilações, não se constituindo uma categoria fechada, pronta e acabada, mas que se constrói e reconstrói a todo tempo. Portanto, dentro das possibilidades de um ser mulher e um ser homem, LINS (1999) destaca em sua análise: a mulher feminina e a mulher autônoma, o homem masculino e o homem dependente, exemplificando que dependendo do contexto em que se dão

as relações, podemos vislumbrar mulheres “masculinas” e homens “femininos”, pois tais características fazem parte do processo de construção das identidades de gênero, que a citada autora entende como sendo nefasta para homens e mulheres, como podemos perceber na citação:

“Na nossa cultura patriarcal, a mulher feminina renuncia a partes do seu eu na tentativa de corresponder ao que dela se espera. O mesmo ocorre com o homem masculino. Suas características são, sem dúvida, a força, a coragem, a ousadia, o desafio e tantas outras do gênero. Tanto o homem quanto a mulher podem ser fortes e fracos, corajosos e medrosos, agressivos e dóceis, dependendo do momento e das características que predominam em cada um, independente do sexo. Os conceitos de masculino e feminino são prejudiciais a ambos os sexo por despotencializar as pessoas, aprisionando-as a estereótipos”. (1999:119).

Esta discussão nos instigou um novo olhar sobre o universo reconhecido como privado, buscando perceber nele as formas possíveis de se encarar a vida, percebendo que as pessoas que nele transitam não são essencialmente mulheres, homens, esposas, esposos, filhas ou filhos, estas são apenas algumas de suas facetas, que são múltiplas. E que, de acordo com as ocasiões, com as circunstâncias, estas pessoas podem lançar mão de estratégias que, ao mesmo tempo em que demonstram suas potencialidades de fugir aos padrões sociais, lhes permitem conservar sua identidade ou reelaborá-las, de acordo com as

oscilações de seus pontos de vista, que também, são transitórios. Subentende-se, pois, que a categoria gênero é encarada enquanto vir a ser permanente.

Remetendo essa discussão à infância dos entrevistados, percebemos o quanto suas socializações se deram no sentido de forjar, nos mesmos, tipos socialmente definidos, e, por isso mesmo, quase que inquestionáveis. Porém, dentro da dinamicidade que compõe o cotidiano destas pessoas, mesmo que elas entendam que ser mulher é criar filhos, cuidar de marido, da casa, “ajudar” no roçado e que ser homem é ser chefe da família, suprir as necessidades alimentares e encaminhar os filhos ao trabalho, assim como seus pais o fizeram e tal qual as brincadeiras de criança, por exemplo, influenciaram²⁷ como se fosse um ensaio de seus dias de adulto, isto não os impede de agirem de forma incompatível as suas condições femininas ou masculinas em determinados momentos. Mesmo que seja enquanto estratégia para atenderem às expectativas sociais relacionadas aos seus próprios papéis. Ou seja, ao mesmo tempo em que infringem os costumes, os ratificam, dentro da perspectiva de que “*os fins justificam os meios*”.

É desta forma que interpretamos seus envolvimento na ocupação do Cruzeiro. Ou seja, como uma atitude que os faz acionar algumas possibilidades no tocante às relações de gênero.

²⁷ Isso quando havia brincadeiras, pois como Sr. José afirma sobre sua infância, “... era só pra trabalhar(...) Eu não tive infância, como se diz, folgado só trabalhando Minha vida era só trabalhar”. (Sr. José).

1. Brincadeiras de Criança

Ao recordarem as brincadeiras da infância, o saudosismo muitas vezes aflora, sempre no sentido de privilegiar um tempo de inocência, isto nos faz acreditar que o papel que as brincadeiras ocupam no processo de socialização é percebido pelos entrevistados, bem como que as transformações relativas a elas pressupõem outras na maneira de ser dos indivíduos.

“Brincadeira de se esconder, brincadeira de boneca, essas coisas (...) Era muito diferente de hoje, as brincadeiras (...) tinha muita brincadeiras diferentes das que o povo brinca hoje, assim (...) Hoje em dia, o povo não quer brincar, a brincadeira é arrumar namorado. Hoje não tem brincadeira não. No meu tempo não ... Não querem brincar!”. (D. Josefa).

Ah! As brincadeiras eram ... não eram como as de hoje. No Domingo, porque na semana eu estudava, no domingo ia ficar com as minha colegas. Fazia uma casa, ali mesmo cozinava, fazia almoço ... Tudo era a maior alegria. Hoje ninguém vê isso não, hoje é diferente”. (D. M^a José).

As brincadeiras podem revelar socializações diferenciadoras dos papéis e separadoras dos gêneros, uma forma sutil de adequação aos padrões sociais. “As meninas ganham bonecas, panelinhas e mamadeiras. Aos meninos são dados carrinhos, armas, bolas de futebol. Se um menino gosta de brincar com as meninas de casinha, fazendo comida para as bonecas, raros os pais que não se afligem. Imediatamente sugerem que ele vá brincar com coisas de meninos. Depois ninguém entende porque os homens não ajudam no trabalho doméstico”. (LINS:1999:114). Vejamos como as pessoas que entrevistamos relatam suas brincadeiras infantis.

“Não! Não brincavam! Os meninos não! Tinha a casa das bonecas, fazia as camas, as mesas, fazia uma cozinha bem feitinha. No Domingo era o prazer que a gente tinha era brincar de boneca. Era

muito bom! Hoje é diferente, a gente não tinha boneco nesse negócio não, era boneca somente que a gente brincava". (D. M^a José).

Brincar surge na fala de D. M^a José, como uma prévia da vida adulta, uma preparação para ser mulher, na qual a casa aparece enquanto lugar eminentemente feminino: "Os meninos não"!

"Só era boneca, eu aprendi a costurar, foi com boneca (...) Hoje já é diferente, eu aprendi a costurar porque fazia as roupas das minhas bonecas. Cortava e ia costurar.

Talvez por isso é que ela sinta tanto as mudanças que se deram com o tempo, como se a ausência de um estilo na maneira de brincar houvesse deixado uma lacuna na educação das pessoas das gerações posteriores a dela:

"Mas hoje, as crianças não brincam mais com bonecas, é diferente ... É diferente, as crianças não se sentam no canto, não se juntam, é difícil se juntar assim com as colegas, pra cozinhar, dentro de uma casa ... fazer ... É uma festa mesmo! A gente com aquela ... Gente tola! Viu? Gente tola! É diferente hoje, entende?"

Esta modificação ocorrida na maneira de brincar, declarada nas falas citadas, se revela no comentário que Rinaldo faz em relação à sua infância. Estaria ele incluído entre a "gente tola" de hoje, na visão de D. Maria José, por confundir brincar com perturbar e bagunçar?

"Eu brincava muito. Eu perturbava! Eu era muito bagunceiro mesmo!"

Percebemos claramente as diferenças das brincadeiras de meninos e meninas nos comentários acima, diferenças essas relacionadas a comportamentos. Se no caso da menina suas brincadeiras se dão no sentido de forjar-lhe uma identidade voltada ao âmbito doméstico, para os meninos o espaço

das brincadeiras surge enquanto possibilidade de extravasar emoções, “bagunças”, “perturbar”.

D. M^a José, que criou Rinaldo como a um filho, revela que lhe negou o direito de jogar futebol nas ruas, com a intenção de protegê-lo. Percebe-se, mais uma, vez em sua fala, a insatisfação com as brincadeiras “de hoje”, sua fala nos remete a um aspecto marcante na socialização feminina, ou seja, o fato de que as mulheres geralmente são estimuladas a cuidar dos homens. Essa proteção se reflete por toda a vida, ao ponto de interferir nas relações entre marido e mulher, como veremos mais adiante em relação a Rinaldo. (vide cap. 2.1).

“Eu nunca soltei ele pra ele ir jogar futebol. Nunca! Foi um prazer que eu não dei a ele, ele ir jogar futebol ... Porque lá perto, tinha umas pelada só era pra eles arengarem, quebrarem braço, quebrarem perna, tudo o mais. Não! Você não joga futebol! Você não vai brincar de jogar, bater bola não! Eu não dou esse direito a você. Ele não batia bola de jeito nenhum”. (D. M^a José).

Há os que, ao lembrarem da infância, se entristecem ao perceberem a ausência de brincadeiras, atribuindo-a à rigidez dos pais ou às dificuldades financeiras. Entendemos esta percepção da ausência como reveladora do reconhecimento da importância das brincadeiras na infância enquanto diferenciadoras das outras etapas da vida. Constatam, então, que “queimaram etapa” como costuma-se dizer.

“Eu nasci em Queimadas, a minha infância foi toda trabalhando na agricultura. Fui criada no sítio, aí as pessoas não tinham, assim ... a vida que tem agora não é? (...) não brincava, nada, só trabalhando. Dormia cedo pra ir trabalhar no outro dia (...). Era no roçado, a gente foi (...) Desde os meus 10 anos (...) era só trabalhando mesmo. Meu pai não deixava brincar não (...) Eu só brincava as vezes assim, no meio dos jovens. Porque, assim ... porque era assim mesmo, tinha umas amiguinhas, assim ... ficava brincando de roda”. (D. Arlete).

“Não brincava não. Não, eu nunca tive brincadeira, o pessoal não deixava, só era trabalho (...) Porque não queriam. Nossa criação foi diferente naqueles tempos era diferente de hoje. (...) Eu comecei trabalhar com oito anos, no tempo de menino só brincava dentro de casa não saía pra brincar com ninguém porque eles não deixavam. Nem meu pai nem minha mãe”. (Sr. José).

A infância marcada pela lembrança de dias cansativos de trabalho na roça, é, comum nos relatos que colhemos. Outro tema recorrente é a ausência de estudos, a dificuldade em freqüentar a escola. Dificuldade em relação à distância entre a casa e a escola, que nem sempre era maior do que a falta de familiaridade dos pais com os estudos.

2. Trabalho x Estudos: “Escola de pobre é a enxada”

O estudo aparece nas falas dos entrevistados como algo valorizado, mas inacessível. Muitos sentem que existe uma relação entre suas situações financeiras atuais e a falta de estudo, porém não deixam de perceber, também, a sua ausência relacionada às condições de vida de seus pais, de sua família, como conta Sr. José, cujo desejo de estudar foi tolhido pelo pai:

“Eu tinha amigos que estudavam, mas meu pai não deixava. (...) Nunca, eu fui à escola. (...) Nem assinar o nome a gente consegue. Os documentos são tudo assinados com o dedo. (...) Eu não sinto mais falta porque eu estou com a idade avançada. Eu vou fazer mais o que? Eu não vou fazer mais nada aqui. Não tenho mais vontade, porque cavalo velho não pega mais nada. Eu não vou dizer que eu tinha estudado. Eu não tive a minha infância, como se diz, folgada, só trabalhando, minha vida era só trabalhar, eu sou um cara que não minto, eu saí de casa com 12 anos”. (Sr. José).

Sr. José tem a vida marcada pelo “trabalho duro”, nos mostra suas mãos calejadas, conta porque saiu de casa tão cedo:

“Porque eu não agüentei mais, aí eu me virei pelo mundo, ainda bem que eu arrumei um homem, um rapaz que me deu trabalho. Trabalhei três anos de graça, só pela roupa. (Sr. José).

Pelo seu modo de falar, a fuga não se deu por causa do trabalho, mas como reação à insatisfação com o ambiente familiar, pois continuou “trabalhando duro”, mas pelo menos, como diz, “não sofria tanto”. A forma como fala sobre o pai revela seu descontentamento com o modo que tratava os filhos. Não pelo fato de lhes forçá-los a trabalhar, mas pela forma como o fazia. O temperamento do seu pai redundou no afastamento dos filhos, como esclarece:

“Não voltei mais pra casa (...) Mãe é que dizia para eu voltar, mas pai não. (...) Eram oito irmãos (...) os outros ficaram em casa. Depois houve uma confusão por lá e abandonaram. Um foi caçar emprego, e os outros saíram. E pronto, a casa ficou só”. (Sr. José).

D. Rita também narra sua infância envolta com o trabalho na roça e sem estudar:

“Eu desde os 6 anos trabalhava no roçado. Limpando o mato, quebrando milho, trabalhei de tudo, e até hoje vivo trabalhando (...) estudei, mas estudei muito pouco. Porque, naquele tempo, o povo botava mais pra trabalhar. O meu pai só ligava mais pra trabalhar. Só sei assinar meu nome, lê eu não sei não. Foi depois de grande, eu trabalhava com mãe, e a gente trabalhava de dia. Quando fosse de noite, a gente ia pra escola. (...) Eu estudei bem pouquinho. A gente trabalhava, tinha vez que a gente só ia duas vezes pra escola. Se fossem dois dias eram muitos. Eu ia trabalhar, mas só aprendi a assinar o nome, mas muito mau, somente”. (D. Rita Félix).

A carência de estudos lhe proporcionou um certo olhar sobre o mesmo. Nos parece que um, reconhecimento do estudo como algo capaz de propiciar uma

vida diferente da que tem. Diferente no que concerne às condições de exercer outras funções mais valorizadas socialmente.

“Mas eu sinto muita falta, perdi tanto emprego porque não tinha leitura ... (...) eu tinha muita, vontade de estudar, mas meu pai dizia: - Não, escola de pobre é enxada”. (D. Rita Félix).

Outro aspecto que sugere a valorização dos estudos é a preocupação que todos demonstram em relação aos filhos:

“Já meus filhos não trabalham. Meus filhos tem, deixa eu ver, o que eu posso fazer por eles eu faço. Graças a Deus, tudinho sabe ler. Como eu não posso pagar um colégio, vão pro Estado. Eu faço tudo pelos meus filhos. Eles não deixam de estudar nunca”. (D. Rita Félix).

D. Josefa também se orgulha de poder proporcionar aos filhos os estudos que não pode ter.

“Estudei, mulher, mas não aprendi nada. Agora meus filhos estudam. Uma menina de 10 anos que eu tenho, essa aqui, vai começar agora, mas ela não sabe ler muito. Eu não sei ler, é porque minha mãe era esse povo de sítio ...”. (D. Josefa).

Percebemos que, em todas as falas, esse “ser de sítio” aparece como explicação para a falta de estudos. Um reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais de baixa renda no nosso país repleto de carências. Ao mesmo tempo, revela uma desconsideração da capacidade de reelaboração das identidades, que pode ser exemplificada com as suas próprias, cujas estratégias de enfrentamento aos obstáculos superam as condições impostas por suas realidades. Seriam nossos entrevistados menos “do sítio” que seus pais, por reconhecerem a importância dos estudos para seus filhos?.

Analisando as iniciativas de D. Rita, por exemplo, nos questionamos: E aquela história que “escola de pobre é a enxada?” Será que as dificuldades que

ela encontrou também não seriam suficientes para justificar uma possível ausência de seus filhos na escola? Ora, uma mulher que passou por situações tão difíceis para poder conseguir uma moradia própria, que luta diariamente pela sobrevivência, lavando as roupas alheias, criando galinha, trabalhando em um balcão de bar, consegue encaminhar sua vida e a de sua família de forma a vislumbrar dias melhores, investindo nos estudos dos seus filhos, mesmo tendo como exemplo pais que justificam esse desinteresse pela necessidade do trabalho. Não queremos aqui desmerecer as dificuldades que seus pais tiveram, inclusive em relação à distância entre a casa e a escola, que aparece em quase todos os depoimentos como principal motivo de evasão escolar. Porém, não podemos deixar despercebido o poder que o interesse tem em relação as realizações dos indivíduos. E por isso mesmo nos certificamos cada vez mais da capacidade que as pessoas têm de driblarem as situações, de se aproveitarem das brechas e até mesmo dos obstáculos para traçarem seus percursos na vida.

Os que tiveram oportunidades de freqüentar a escola também enaltecem os estudos, superestimando-o em relação a outras atividades e agradecendo a Deus e aos pais a oportunidade que lhes deram.

“Eu me lembro no Domingo, que eu estudava, no Domingo, a primeira coisa que eu fazia era ir à missa. A minha mãe me criou naquele tempo, mas ela me educou. Deus te dê o reino dos céus. (Diz isso elevando a cabeça para o céu) (...) Pois bem, ela tinha o maior prazer de eu estudar”. (D. M^{re} José).

Ao se referir ao tempo em que sua mãe a criou, percebemos implícita a noção de progresso, o reconhecimento das modificações que ocorrem aos níveis material e comportamental. Quanto a ter parado de estudar ela conta:

“Eu fiz o quinto, no sexto não quis mais (...) É porque meu pai passava uma temporada num canto e outra noutra, aí eu não fui mais estudar nos dezesseis anos eu não estudei mais. Eu comecei cedo, com dezesseis anos eu não estudei mais. (...) Porque depois eu deixei, o estudo era melhor do que trabalhar, mas eu adormeci: Não sei porque, o estudo era tão bom pra mim, que eu tinha prazer mesmo! Esse tempo a gente saiu lá do canto no lugar que a gente morava. A gente vinha para outro, eu não quis. Foi em Santa Cruz, em São Joaquim, aí eu não quis mais estudar. Ficava muito longe da casa pra o colégio ... é, ficava. Foi da vez que a gente veio para São Caetano. Era distante, não tinha rua, a rua era ... não dava não. (...) Eu não quis mais aprender. Eu aprendi sim, no SESI, fiz o curso de enfermagem ... Aprendi corte e costura, aprendi no SESI, eu aprendi ...”. (D. M^{te} José)

Podemos inferir que seu desinteresse em completar os estudos secundários tem a ver com o interesse em fazer cursos técnicos direcionados à clientela feminina. Uma forma mais rápida de obter retorno financeiro e de realizar trabalhos relacionados as suas “aptidões de mulher”. Nossa dedução encontra respaldo na sua própria fala, quando diz que: *“eu sempre fui uma mulher inteligente e penso no futuro”*. Sua narrativa nos remete a uma dupla análise. A capacidade que ela tem de se utilizar das “armas” da própria vida em sociedade para driblar as “dificuldades” da mesma. Ou seja: mesmo que encaminhando seu trabalho para o campo “feminino” sua intenção é conquistar espaços rumo a sua autonomia financeira, algo não muito comum entre as mulheres, que no dizer de LINS:

“Desde a infância, a mulher desenvolve uma grande dúvida interna quanto a sua competência e, quando por ventura surge uma chance de conseguir independência, se assusta e volta atrás”. (1996:116).

Rinaldo também reconhece o empenho de sua mãe em relação aos seus estudos:

“A minha infância foi de luta também, né? Mas graças a Deus, mãe sempre me incentivava a estudar. Eu sempre passei a minha infância estudando, agora é que eu me afraquei mais nesse negócio de estudo ... Eu ia no roçado só prá trazer a colheita, prá colher. Nunca fui de trabalhar no cabo da enxada, nunca tive essa disposição não. Sou mais trabalhar com a mente do que com os braços. Fiz curso de mecânico de automóvel no SENAI, estudei também no SENAC, fiz curso de relações humanas, datilografia, computação, aí depois entrei no exército. (...) No ano que eu estava lá não pude estudar, aí eu perdi a continuidade nos estudos...”. (Rinaldo).

A fala de Rinaldo trás à tona a distinção histórica entre trabalho braçal e mental²⁸, na perspectiva de inferioridade do primeiro e superioridade do segundo. Também demonstra, como a de sua mãe, a necessidade dos cursos técnicos enquanto meio de assegurar um espaço no mercado de trabalho. Compreendemos que isto não se dá de forma isolada, mas se relaciona a um contexto geral, no qual as camadas populares tem de lançar mão desta prática enquanto estratégia de sobrevivência.

Embora as questões enfocadas neste item não nos revele muito, no tocante à construção de “identidades de gênero”, podemos dizer que em relação ao grupo estudado, percebemos o trabalho “na roça” fazendo parte da infância de homens e mulheres e, a falta de estudos relacionada a este tipo de atividade, bem como, às dificuldades comumente encontradas na “vida de sítio”, a saber: distância entre a escola e as residências, falta de prioridade aos estudos.

²⁸ Ver a respeito, HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 20^a edição. Rio de Janeiro. José Olympio, 1988. pp. 41-100. Nesta obra, este autor sugere que a mentalidade que marca uma oposição entre trabalho braçal e trabalho mental, foi forjada no Brasil com base na origem predominantemente rural da nossa cultura. A utilização de mão-de-obra escrava influenciou na visão do trabalho pesado enquanto sendo “coisa de negro”, portanto, inferior, em oposição ao trabalho mental intelectual, supervalorizado, enquanto “coisa de branco”. É importante perceber que as características que marcam as diferenças entre negros e brancos foram naturalizadas numa forma de legitimação da exploração do negro e como herança do “jeitinho brasileiro”.

A diferença que percebemos diz respeito a situação de algumas mulheres, ou meninas, na família. Explicando melhor, muitas das filhas mais velhas fazem as vezes de donas de casa para que suas mães possam ir aos roçados ou realizar outras tarefas. Portanto, estas, comumente, não trabalham na agricultura. Disto trataremos a seguir.

3. Trabalhos domésticos: “É de pequeno que se torce o pepino”.

Como já dissemos, muitas brincadeiras surgem como se fossem prévias dos dias de adulto. Com elas as crianças aprendem a lidar com situações e tarefas que se lhe apresentarão mais tarde. Este mais tarde nem sempre aparece tão tarde assim, e entre brincadeiras e trabalhos nos roçados, surgem também os trabalhos domésticos, como por exemplo: cuidar de casa, dos irmãos mais novos, da comida, etc.

Estas práticas sempre se revelam nas falas dos entrevistados, principalmente das mulheres. Quanto aos homens, estes não entram em detalhes que possam descrevê-las, apenas dizem que “ajudavam em casa” ou não.

“Os homens ajudavam, todos ajudavam”. (Sr. Pedro Félix).

“Minha mãe costurava ... a gente é quem fazia tudo, eu nunca vi minha mãe fazer nada em casa, tudo era a gente mesmo. Meu pai e meu irmão não”. (D. Arlete).

“Fazia tudo dentro de casa. Trabalhava em casa e trabalhava na roça. (...) Em casa os homens faziam pouca coisa né? Só as mulheres que lavavam roupa, faziam as tarefas da casa toda”. (D. Rita Félix).

Ao relatarem os trabalhos domésticos, algumas mulheres revelam o destaque dado a irmã mais velha, e, dependendo, do caso, este fato surge enquanto vantagem ou desvantagem. Vantagem no sentido de livrá-las do trabalho no roçado e desvantagem por responsabilizá-las do “peso da casa”.

“Eram três mulheres e dois homens só. (...) eu ficava tomando conta da casa ... era a mais velha (...) Era a mais preguiçosa também. (Diz isso se referindo ao fato de não trabalhar no roçado)”. (D. Josefa Celina).

“Eu e minhas irmãs né? Minha irmã era pequena também, a mais velha era eu. Ai quem tomava conta do peso da casa era mais eu. (...) Mas todas ajudavam”. (D. Rita Félix).

“Era eu, meu irmão e mãe. Mãe trabalhava, ele trabalhava também mais era menos que ele trabalhava ... Eu e mãe nós trabalhávamos mais. (...) Porque eu era mais velha”. (...) E depois foi que o menino nasceu, foi, logo ele era sempre o mais novo. Ele é mais novo do que eu bem uns, uns ... uns oito anos, por aí ... (...) ajudei, criava ele ... (D. M^{te} José).

Estas práticas da infância se refletiram em outras na fase adulta, podemos citar como exemplo, a relação trabalho de casa X trabalho fora de casa, na qual pode-se perceber a constatação de status privilegiado para o segundo em detrimento do primeiro. É interessante entendermos este fato relacionando-o à noção de mundos privado e público enquanto locus da ação feminina e masculina, respectivamente. E que, dentro desta perspectiva o trabalho feminino fora de casa e o trabalho masculino dentro de casa se configuram, para as pessoas que entrevistamos, enquanto ajuda. Portanto, é interessante entendermos de que forma estes se apresentam no cotidiano destas pessoas. Nossa compreensão é a de que elas os atribuem respectivamente à mulher e ao homem especiais. Ou seja, sempre que estas “ajudas” surgem nas falas dos entrevistados, esta aparição também faz surgir os juízos de valor em relação ao parceiro ou parceira, ou filhos

e, dependendo do caso, a eles próprios. Surgem o “homem bom” e a “mulher inteligente”. D. Arlete comenta em relação ao seu filho que é casado e tem uma filha com 4 meses:

“Ele faz tudo, ele leva prá vacinar, leva pro médico, vai prá todo canto. Quando chega lá no consultório do médico, as mulheres ficam tudo desejando que os maridos delas fossem desse jeito”.

E quanto ao seu marido:

“O meu era assim, o meu era muito bom, gostou muito de crianças. Mas não fazia tudo que ele faz não, ele dá até banho, esse aí, ele faz tudo pro Mateus, né Mateus? (...) Eu acho que o homem devia ajudar também, não assim na cozinha né? Mas em outras coisas... (...) Meu marido ajudava, agora ele não faz porque já tem muita gente em casa, mas ele me ajudava. (...) é porque eu tive muitos filhos sabe? Ai os meninos pequenos, ele esfriava mingau, pegava as meninas prá eu fazer as coisas, ele me ajudava muito. Ele é muito bom prá mim. Desde quando a gente casou ele é bom. (...) Os meninos, eles fazem umas coisinhas, só assim, umas coisas, porque eu tenho muita mulher. Agora mesmo eles trabalham, só tô com o mais novo em casa. Mas ele faz assim, mas coisas que eu mandar ele faz. (...) eu acho que se tiver mulher, homem não precisa fazer as coisas em cozinha não. Agora não tendo, eu acho que não é nada demais não, um rapaz fazer as coisas na cozinha. Agora, tendo, eu acho meio chato um rapaz na cozinha.

Nos relatos de D. M^a José, a lembrança de um marido e pai bom:

“Ele ajudava a criar, ajudava, ele era um bom pai, ele ajudava tanto que quando eu estava de resguardo, ele era quem fazia o meu comer especial, era ... Quando eu tava esperando ... tava na gravidez ele preparava logo os, os ... dia que eu passasse numa semana todinha, eu ... seis, sete galinha bem gorda, que fica no chiqueiro ali prá matar. (...) ele as vezes fazia, quando não tinha ninguém, porque eu era sozinha, eu não tinha família, a família que tinha era a dele, mãe dele, o pai dele, era assim, é ...”.

Observamos que, em muitos casos, o bom marido se faz presente nas horas que as mulheres vão ter os filhos. O pré e o pós parto são momentos de colaboração para os “bons maridos”.

D. Josefa também faz vir à tona este aspecto em sua fala:

“Às vezes, né, ele fazia tudo prá mim. Ele fazia até mingau, ele fazia mingau e dava prá mim, fazia ... matava galinha, fazia o meu pirão, eu comia ... (...) eu vou dizer que ele é ruim, né?”

D. Rita percebe que o marido é bom, pois seu dinheiro é todo gasto com as despesas de casa, mas sente a falta de sua participação nas tarefas domésticas, acha pouco ele só se fazer presente em situações limites, como doença, por exemplo.

“(...)Faz, graças a Deus, o dinheiro que ele pega é prá dentro de casa. (...) não isso aí não, ele não gosta não, às vezes quando eu tô doente ele faz. Quando eu saio ele toma conta das meninas, direitinho, quando eu estou doente ele faz tudo, lava prato, varre casa, faz comida ... (...) Eu acho impossível né? Porque eu trabalho os sete dias da semana, de dia e de noite, né? De dia e de noite, mas quando chega em casa nem faz nada não, tenho 3 meninas e 1 rapaz, mas o peso todinho é meu.

Ela destaca o peso da dupla jornada de trabalho, que poderia ser aliviado a partir de uma relação mais igualitária no que concerne às tarefas domésticas, já que ela também “trabalha fora”, este fato nos remete os considerações de LINS que diz:

“(...) a mulher, desde a idade escolar não pode dispor do mesmo espaço físico que o homem. Há uma limitação de seus movimentos e, além disso, ela não tem o poder de dispor sobre o seu tempo livre”.(1999:114)

Em relação à maneira que os entrevistados percebem a criação dos seus filhos, percebemos dois pontos que sugerem um certo anseio em fazê-lo de forma diferente da que foram criados. A primeira tem a ver com os estudos, que já demonstramos; a segunda relaciona-se aos trabalhos domésticos. Rinaldo, por

exemplo, como já citamos anteriormente, diz: “É, mas meu filho eu vou ensinar ele ajudar dentro de casa”. Continuando sua fala, ele demonstra sua visão a respeito de trabalho da mulher “fora de casa”, do trabalho doméstico, bem como da questão da manutenção das despesas da casa e da família, portanto, será material a ser avaliado mais adiante. No momento, iremos nos ater apenas ao interesse de criar os filhos de forma diferente da sua criação, portanto, apresentaremos algumas falas que se remetem as suas lembranças no tocante a maneira de seus pais educá-los. Neste aspecto, a oposição tempo bom X tempo ruim também se faz perceber.

“Eram sete pessoas em casa ... Pai, mãe e irmãos. (...) o meu irmão nunca trabalhou na agricultura, ele foi crescendo ... Ele achava muito ruim, ele procurava vender as coisas. (...) A partir de uns 12 anos, ele ia pra Queimadas, pegava as coisas e vinha embora.

(...) Ele não trabalhou quase no roçado não. Depois que ele foi chegando numa idade de 19 anos ...

(...) Meu pai era assim, ele dava muita ordem. Era do mesmo jeito com o menino. (...) Só era de casa pro trabalho, e do trabalho prá casa, se ele falasse, isso não fazia, não fazia mesmo.

(...) eu acho que é muita rigidez, mas eu acho isso certo. Mas eu acho muito bonito o filho obediente, o pai dá aquela ordem e ele obedece, porque eu mesma fui criada assim mesmo, eu não respondia aos meus pais em nada”. (D. Arlete).

D. Arlete percebe a diferença na forma de educar os filhos “hoje em dia”, relacionada ao tempo, ou seja, à mudança nos comportamentos que vão se dando de acordo com o passar dos tempos:

“Não criei os meus filhos do mesmo jeito não, diferente. Os filhos mais velhos são de um jeito e os filhos mais novos são de outro jeito. Eu acho que é o tempo mesmo que mudou. Os filhos mais velhos não respondiam nada, mas os filhos mais novos respondiam. (...) Mudou o estilo de vida dos dias de hoje, cada vez ...”. (D. Arlete).

Ela continua suas histórias e nelas vão surgindo indícios de sua visão a respeito de gênero, relacionada aos papéis desempenhados por homens e mulheres.

“Tive 10 filhos, quatro homens e 6 mulheres. (... Mulher fazia só os de mulher e homem fazia só o de homem.

(...) O de oito anos, que veio de lá, até os 18 anos, ele não fazia nada não, as meninas quem faziam os serviços de casa.

Quatro homens e seis mulheres, o mais velho é homem. Quando eu sai do sítio, já estava ... a menina mais velha tem 19 anos, ela já fazia muitas coisas, já lavava roupa, fazia comida, até hoje. (...) o menino mais velho ... já, com 15 anos ele fazia o roçado já. Dentro de casa também, carregava água”. (D. Arlete).

Fica claro na fala de D. Arlete a questão da dupla jornada das mulheres, que trabalhavam na agricultura e em casa. Bem como a questão do espaço público enquanto relacionado ao homem. Seu único irmão não trabalhava no roçado com a família, optou, e pôde fazê-lo, pelo trabalho “fora de casa”, e isso a partir dos 12 anos de idade. Depois parou esta atividade e pôde ficar, como ela mesma diz, sem fazer nada, afinal “as meninas faziam o serviço de casa”.

Nas lembranças de D. Rita Félix, os serviços domésticos também surgem enquanto trabalho de mulher, e, quando realizados por homem têm a conotação de ajuda, como uma concessão que um “bom homem” faz quando quer ou quando se faz extremamente necessário, como é o caso de doenças por exemplo.

“Quando eu vim morar em Campina, eu já estava com 17 anos. Eu arranjei um emprego na casa Dias e trabalhei 5 anos na casa Dias. (...) Mas até 17, era de roçado. (...) Eram três mulheres e quatro homens. (...) Além de roçado fazia as coisas dentro de casa. (...) os meninos também trabalhava na agricultura, limpavam mato. (...) ajudavam dentro de casa. Ajudavam assim, as vezes, ajudava lavar um prato, ajudava a varrer a casa, ajudava a criar um porco, cabra, era ... A gente era uma família que, graças a Deus, como uma família pobre como também uma família bem criada; hoje em dia eu não crio

os meus filhos como fui criada. Naquele tempo eu era mais calma, mais quieta. Se minha mãe falava não faz isso não, não fazia não. E hoje em dia é muito difícil a pessoa ser criada igual naquele tempo, é difícil demais ...

(...) O meu pai era calmo e maravilhoso. (...) Ah! Ele era bom! Ele não tratava a gente mau não. Ele queria muito bem a gente! Nem ele nem minha mãe. Quando a gente chegava de noite, tinha uma coisinha prá gente comer ... naquele tempo, a vida era muito sacrificada, viu?". (D. Rita Félix).

Aqui encontramos também a noção de sacrifício como relacionado à bondade de pais que se preocupam com os filhos. Dentre as preocupações, a alimentação aparece em primeiro lugar, isto se refletirá na relação que faz de sua participação na ocupação do Cruzeiro, com o fato de desejar se livrar do aluguel para que uma maior parte da renda mensal fosse dirigida às despesas com alimentação. Outros “sacrifícios” se revelarão ao tratarmos da ocupação, no capítulo segundo.

No momento, tentamos mostrar as diferenças que se verificam nas expectativas relativas aos papéis.

E sobre os filhos:

“ele ajuda também. O meu filho é um filho maravilhoso! (...) traz as coisas prá dentro de casa, quando eu estou doente ele faz também. Ele trabalhava, ele ganha 40 reais por semana, ele me dá 20 de fica com 20. Quando veio comprar uma roupa ele não quer, não, compre uma roupinha prá você ... graças a Deus, o meu filho é um filho maravilhoso. Obrigado Jesus pelo filho que a gente tem. E não bebe, não fuma, não gosta de farra, não gosta de amizade com todas qualidades ...

(...) no serviço de casa ele não quer me ajudar não. (...) Eu digo: Meu filho faça isso, ajude sua mãe também que você tem que ajudar. Porque hoje em dia, os homens de hoje em dia diz assim: Ah! Isso é serviço de mulher – né? Mas eu tenho uma cunhada que ele tem 4 filhos homens, mas tudinho faz tudo dentro de casa. Mas o meu não quer fazer não. Ele diz: Ah, mainha, isso é coisa de mulher, ôxe, eu,

um homem fazendo isso ...Eu digo: Mas meu filho, isso não é nada de mais, a minha cunhada tem 4, olhe, todos já são formados, fizeram vestibular, passaram, o outro tá fazendo esse ano, outro vai terminar esse ano, e nenhum deu prá ... prá ruim não, né? (D. Rita Félix).

D. Maria José apesar de ter outros filhos ao falar sobre filho e família a referência a Rinaldo é mais recorrente. Ela relembra como foi que passou a criá-lo como a um filho:

"(...)graças a Deus ele não precisa de pai. Não, tudo eu ... a minha filha me entregou ele a mim, só não fiz registrar. Ela fez de ... doida e registrou o menino, ele não é registrado por mim não ... ai ... Eu criei ele, nem meu filho eu não dei ... não, não, o carinho e o amor eu dei, agora o que era necessário, o estudo, eu não dei aos meus filhos como dei a ele. Olhe, ele estudou, eu tomei conta dele ... (...) Na maternidade, mesmo quando ele nasceu, na maternidade ... eu trouxe, eu criei ele... e ela, olhe, é tão forte que ele nem, ele nem chamava ela de ...Lourdes. E quando, quando falam prá ele, ele diz: - a mãe que eu conheço é essa, que foi quem, a minha mãe é ela que me criou. (...) Ela morreu em 85, faz doze anos. (...) Bem, ai eu criei ele, ele é muito estudioso. Toda vida ele gostou demais de estudar...

No relato de D. M^a José percebemos que na sua visão, os estudos são a prioridade em termos de educação dos filhos. Em relação a trabalho doméstico, por exemplo.

"(...) eu nunca soltei ele prá ir jogar futebol, nunca! Foi um prazer que eu não dei a ele, ele ir jogar futebol ... Não, porque vinha, lá perto tinha umas peladas, só era prá eles arengar, quebrar braço, quebrar perna, tudo mais. Não, você não joga ... você não vai brincar de jogar ... bater bola não. Eu não dou esse direito a você, ele não batia bola de jeito nenhum ... foi criado ... Agora, nunca trabalhou mim não. Ele se criou, olhe foi pro exército, até no exército ele nunca trabalhou. Um dia, nunca, ele estudava no colégio particular, ali nas Graças, na escola Cenecista ... não, primeiro ele estudou na escola da mãe dessa menina desse colégio ai, Djanira Tavares, era pago...

Em sua fala percebemos a ênfase dada aos estudos, ao ponto de se orgulhar de ter propiciado ao filho, enquanto estudante, nunca ter trabalhado, ou seja, nunca ter necessitado de trabalhar, apenas se dedicar aos estudos. Este é um

caso isolado na pesquisa que realizamos e reflete a situação das camadas populares da sociedade brasileira, compostas, em sua maioria, por trabalhadores de baixa renda, que são obrigados, desde cedo, a trocar os estudos pelo trabalho.

O próprio Rinaldo conta a sua história. Nos chamou a atenção o fato dele se perceber enquanto “mimado” pela mãe de criação, ao ponto de relacionar isto ao fato dele não contribuir com as tarefas domésticas, a não ser em situações limites como doenças ou ausências da mulher e da avó. Ao mesmo tempo, seus relatos. Revelam uma certa vontade de educar seu filho de forma a acostumá-lo com tarefas domésticas. Isto, ao nosso ver reflete um reconhecimento de que as regras sociais estão se flexibilizando e apontando nesta direção. Ou seja, seu modo de encarar esta situação reflete uma mudança gradativa na sociedade de forma geral. É tanto que ele diz: *“Espero que esse negócio só venha depois que tiver velho.”*

“O que eu tenho a falar da minha vida é que eu sou criado por vó, e que minha infância foi difícil, não foi fácil não, não sou filho de rico ... Nasci em Campina mesmo, no bairro do Cruzeiro, antigo Alto do Seixas. Nasci ali, mãe sempre se dedicou em me colocar num colégio bom.

(...) a não ser em 85, eu vi minha mãe, mas eu sempre fui criado por minha avó, aí minha avó, sempre gostou muito de estudo, aí ela me colocou pra estudar no Vicente de Paula, colégio de freira. Eu gostava, mas era muito impossível, aí depois, eu fui estudar ali próximo de casa, fui estudar lá no ... vizinho ao M² das Graças. Como ficava próximo lá de casa, eu ia de pés mesmo. Na época eu morava ali na Almirante Barroso, bem próximo, dava pra ir de pés. Ia sozinho, eu pra ir só, no começo ela me levava.

(...) Eu brincava muito, eu perturbava ... Eu era muito bagunceiro mesmo! Era muito bem defendido pela vó. (...) Às vezes o pessoal diz que eu era bem mimado, nunca trabalhei pesado. Na agricultura, só na hora de ir colher, ela tinha prática, serviço pesado ela pagava para as pessoas fazerem. (...) Não, não gostava de roçado não ... porque eu não gosto muito de roça não, prá trabalhar no cabo da

enxada não, não dava não. Quando eu era moleque eu estudei muito, quando pequeno, quando fiquei velho, né, depois dos 14 anos, só queria saber de namorar.

(...) Eu não ajudo não, sinceramente eu não ajudo não. Acho que devido a minha criação, sabe? Devido a minha criação, por isso eu não ajudo. É, mas meu filho eu vou ensinar ele ajudar dentro de casa. (...) Tem que dividir os trabalhos, tem que dividir os serviços – espero que esse negócio só venha depois que tiver velho – (...) sou casado, e tô com minha esposa, e nós temos um filho. (...) Eu fico com o menino. Só não sou muito chegado a esse negócio de lavar prato, porque eu não tenho costume entendeu? Mas, se houver necessidade mesmo, se tiver todo mundo doente dentro de casa, eu lavo mesmo ... numa necessidade, mas eu tenho esse luxo, graças a Deus ... tem quem faça prá mim”. (Rinaldo).

Sr. Pedro diz ter ajudado muito a mulher com as tarefa de casa. Isso quando seus filhos eram ainda muito pequenos. Na época que realizamos o trabalho de campo, a mais velha tinha 8 anos de idade, mas como declara ele, “já faz tudo dentro de casa”. Quanto ao filho, ele nem menciona sua participação ou não em relação a esses afazeres.

“São 4, 3 meninas e 1 menino de 17 anos. (...) não lava pratos não, que são as meninas que lavam ... A Paulinha tá com 8 anos, a mais velha. Já faz tudo dentro de casa. (...) Faz, ela faz. Lavar prato não, mas quando é um negócio assim, varrer casa, eu faço, que eu não gosto de ver nada sujo”. (Sr. Pedro Félix).

Como se percebe, a criação dos filhos de Sr. Pedro e D. Rita Félix, bem como dos demais entrevistados, no tocante as funções relacionadas aos papéis, masculinos e femininos, não difere da comumente praticada pelas famílias das classes trabalhadoras de nossa sociedade, onde, não raro, as crianças começam logo cedo a “ajudar” nos trabalhos, sejam eles domésticos ou não.

Entendemos, pois, que, na visão da comunidade analisada, o trabalho doméstico, enquanto relacionado aos homens, se apresenta da mesma forma que

Portanto, na fala de D. Rita Félix, percebemos que o trabalho de lavadeira, que ela diz praticar até hoje, não consta como trabalho fora de casa, mas como uma extensão do seu trabalho doméstico, isso, tanto para ela como para o marido, que, segundo seus relatos, não permitiu que ela trabalhasse depois de casada e, já que ela até hoje trabalha lavando roupas, subentende-se que este tipo de trabalho não é percebido enquanto “trabalho fora de casa” nem por ela mesma, embora sua remuneração faça parte do orçamento doméstico. A citada contradição se faz notar quando ela oscila entre o “*eu trabalho muito*” e o “*depois que eu casei ele não quis*”.

Isto também nos remete à visão de LINS, que demonstra o processo de feminização da mulher. Um dos aspectos que ela enfatiza é que:

“por mais que estude e faça planos profissionais para o futuro, alimenta o sonho de um dia encontrar alguém que irá protegê-la e dar significação a sua vida, não dando ênfase a uma profissão que a torne de fato independente”.(1999:116).

No que pese o valor do salário mínimo ou das remunerações que os homens das camadas populares conseguem pelo seu trabalho, que nem de longe poderia lhes tornar independentes do salário da mulher, não raro encontramos exemplos como este, de mulheres que param, ao menos teoricamente, de trabalhar quando casam.

Na visão dos homens que entrevistamos a remuneração de suas esposas lhes ameniza as responsabilidades, mas, mesmo assim, consta como ajuda.

“Eu acredito o seguinte, que a mulher, ela tem que trabalhar, é bom prá ela. Porque? Porque se tem um casal, tem que os dois trabalhar, se puderem né? Porque se acontecer de não dar certo, aí cada um tem como se virar. A mulher se torna independente e não se torna uma pedra prá o homem, né? O homem não vai ficar sustentando ela. (...) É bom porque ajuda, né?”. (Rinaldo).

(...) com muito tempo, eu morava lá numa casa, nós não tínhamos ainda casa de comércio não, depois foi que eu inventei, porque toda a vida eu fui muito inteligente! Nunca, esse negócio de preguiça não é comigo não.(...) Trabalhei , trabalhei ... Depois, eu tinha o meu cunhado, ele é falecido. Já faleceu em Três Irmãs. Olhe, ia comprar bode, galinha e ovos, tudo isso eu comprava ali perto do Lucas, ali perto do Estreito, daquele lado ali ... prá negociar, comprei e negociava muito, matava bode, matava porco, e fui juntando dinheiro. (...) continuei negociando e foi ... (...) Quando foi em 54, eu, eu vou procurar um trabalho prá mim ... ele disse, mulher ... Mais era de vez que eu passei prá casa, ele quem tomava conta. Aí eu disse, eu vou trabalhar. Inventei de trabalhar, ele não queria ... Eu disse, eu vou, é prá eu vestir as minhas filhas, eu quero que elas vistam tudo igual, prá eu comprar um vestido prá uma eu compro prá outra, tudo de um ... pano só. Vestir as minhas filhas, comprar remédio prá ela. Agora a alimentação era ele quem dava, eu me preocupava com a roupa delas, elas não andavam como cachorra, aí eu (...) ficou tão difícil, aí arrumei um trabalho, era costureira, costureira. (...) Era quem mais ganhava na fábrica era eu. Era por produção, eu costurava mil e quinhentos sacos por dia. Eu dava conta sim, trabalhei muito (...)(D. Maria José).

Responsabilidades de homem e mulher de forma definida se fazem perceber na fala de D. Maria José. O dinheiro conseguido com o seu trabalho ela utiliza para as coisas que embora sejam importantes, não são vistas enquanto prioridades. Enquanto “o pão de cada dia”, imprescindível, é de responsabilidade do marido, não menos imprescindível no contexto do “lar”.

Ao analisarmos estes relatos, podemos entender o quanto a praticidade e a disposição para o trabalho são vistas como intrinsecamente relacionadas à inteligência. Chamamos a atenção que esta é uma qualidade naturalizada como masculina e portanto é comum que, quando atribuída à alguma mulher, esta é

vista como exceção ou como mulher diferente. No caso de D. Maria José, ela sempre destaca sua inteligência, possivelmente na perspectiva de se considerar especial. Inclusive no que se refere as tarefas que já realizou. Consta que ela sempre foi de negociar, como estratégia de ganhar dinheiro. Ao mesmo tempo, ela sugere que esta atividade desempenhada por ela não consta como trabalho e resolve entrar no mercado de trabalho propriamente dito³⁰.

O que nos chama à atenção é que, no seu “*emprego informal*” ela exerce funções ditas masculinas e no “*emprego formal*”, enquanto trabalhadora da indústria, exerce função de costureira, função esta, incluída no rol das funções naturalizadas como femininas, o que demonstra as oscilações inerentes à vida social.

Ao elaborarmos este capítulo, elegemos como espaços de construção de identidade de gênero alguns aspectos que compõem a socialização das pessoas que entrevistamos. A saber: brincadeiras de criança, relação trabalho X estudos, trabalhos domésticos, trabalho fora de casa.

No capítulo seguinte, daremos continuidade à demonstração da construção de identidade de gênero, centrando foco na família enquanto espinha dorsal deste processo.

³⁰ Passa a ser industriária.

Capítulo Segundo

***“ Namorando pra casar ” e
coisas do gênero***

"Namorando pra casar" e coisas do gênero

Esperamos que o caminho que estamos percorrendo desponte nas representações que o grupo analisado construiu em torno de sua participação no movimento de ocupação do Cruzeiro. Como nos interessa, também, entender como as pessoas que o compõem elaboram as idéias de masculino e feminino na luta pela moradia, achamos pertinente discorrermos a respeito da instituição família, pois, não obstante as diversidades de tipos de família, bem como as mudanças que vem ocorrendo em torno desta instituição na sociedade em que vivemos, é nela geralmente que se inicia o processo de socialização dos indivíduos.

Além disso, entendemos que sua participação tem uma relação mais direta com a questão da família, pois partimos do pressuposto de que ela se deu a partir da intenção de salvaguardar os filhos e a família de forma geral.

1. Família

É na família que se inicia o processo de aprendizado dos modos de ser, dos comportamentos, dos papéis a serem desempenhados pelas pessoas. Essas

orientações, não por acaso, se dão quase sempre no sentido da divisão por sexo. Definindo o que é próprio do homem e próprio da mulher, a família, bem como a sociedade como um todo, naturaliza as funções, relacionando-as aos gêneros, passando através de experiências cotidianas, modelos que vão sendo seguidos quase inquestionados.

Queremos deixar claro que, ao tratarmos de família, a percebemos como sendo um conceito aberto à possibilidades, portanto, reconhecendo as diversidades. Isto, porém, não nos impede de reiterar sua posição de destaque numa sociedade como a brasileira, por exemplo, e para o grupo estudado, particularmente.

Luce Giard (1996)³¹, ao trabalhar as atividades “femininas”, diz que,

“como todo agir humano, essas tarefas femininas dependem da ordem cultural: diferem de uma sociedade a outra, sua hierarquia interna e seus modos de proceder, de uma geração a outra, numa mesma sociedade e de uma classe a outra, transformam-se as técnicas que presidem essas tarefas, como também as regras de ação e os modelos de comportamento que dizem respeito a elas”.
(1996:218).

Da mesma forma, pode-se considerar, no tocante às atividades ditas masculinas. No caso brasileiro, por exemplo, não é por acaso que comumente o homem é considerado chefe de família, isto de forma geral, pois o lugar que a

³¹ GIARD, Luce. Cozinhar. In A Invenção do Cotidiano. vol 2. Morar, Cozinhar. Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol. Petrópolis, RJ. Vozes, 1996. pgs. 211-297

sociedade lhe reservou é justamente este, a partir da idéia de que sua principal obrigação é a de “manter” a família, a partir da remuneração do seu trabalho “fora de casa”, que lhe rende, em termos monetários, diferentemente do trabalho “feminino”, que não gera dinheiro, mas serve de infra-estrutura, que permite ao chefe da família se manter enquanto tal. Afinal de contas, *“é preciso que ‘essas coisas’ sejam feitas, portanto alguém tem que fazê-las; de preferência mulher, outrora era a criada para todo o serviço*³² (...) Neste grau de invisibilidade social, neste grau de não reconhecimento cultural, coube a muito tempo e ainda cabe, como direito, um lugar às mulheres, uma vez que em geral, não se dá qualquer atenção as suas ocupações cotidianas”(GIARD, 1996:217).

Longe de nós a intenção de perceber, dentro da trama social, a mulher como inferior em relação ao homem todo poderoso, pois acreditamos que *“cada mulher pode criar para si um estilo próprio, imprimir um toque especial, acentuando um determinado elemento de uma prática, aplicando-se a um outro, inventando uma maneira pessoal de caminhar através do recebido, do admitido e do já feito*”(GIARD, 1996:118). É desta forma que percebemos as possibilidades implícitas num *“ser mulher”* ou *“ser homem”* relacionadas à capacidade de reelaboração presente em todo indivíduo.

Portanto, vejamos como as práticas cotidianas aparecem nas lembranças dos entrevistados. Percebemos que suas memórias surgem marcadas por três visões do tempo: o tempo bom; que relacionam ao seu tempo passado (“no meu

³² Mesmo as mulheres que “trabalham fora” ainda tem como suas, as tarefas domésticas, no máximo seu trabalho é substituído pelo de outra mulher.

tempo...”); o tempo ruim; tempo de ninguém, tempo passado (“naquele tempo...”) e o tempo presente (“hoje em dia ...”), que é contraposto aos dois primeiros, cuja valoração (bom-ruim) é relativa à oposição feita, como exemplificam as falas seguintes:

“Não, eu nunca tive brincadeira, o pessoal não deixava, só era trabalho. (...) Porque não queriam, nossa criação foi diferente, naquele tempo (tempo ruim) era diferente de hoje (tempo bom)”. (Sr. José).

“No meu tempo (tempo bom) eu era mais calma, mais quieta. Se minha mãe falava – não faz isso – não fazia não. E hoje em dia (tempo ruim) é muito difícil a pessoa ser criada igual naquele tempo. É difícil demais!”. (D. Rita Félix).

Já vimos este aspecto em relação às brincadeiras infantis, aos estudos, ao trabalho, vejamos, portanto, como se apresenta em relação à família e alguns outros elementos que compõem a vida destas pessoas.

A pesquisa nos mostrou o apreço que os participantes da ocupação têm pela família. Seja no modo como falam em seus pais e irmãos, seja nas suas relações com as famílias que constituíram.

Todos casaram relativamente cedo, entre 15 e 23 anos, quase sempre com seus primeiros namorados ou namoradas e sempre com a intenção de constituírem família e não ficarem “sozinhos no mundo”, como é o caso de Sr. José, que:

“estava sozinho no meu sofrimento, e eu não queria sofrer mais do que eu estava. Ai de qualquer um modo ou de outro eu ia trabalhar pra ela, fazer uma família e criar”.

Sua fala nos sugere que por trás dessa sua determinação de casar tão cedo está a história de um menino, que, aos 12 anos saía de casa por não suportar a

rigidez do pai (vide pag. 42). Ficou a lacuna da família em sua vida e a vontade de construir a sua própria, ao seu modo.

D. Josefa Celina e D. Arlete foram as que casaram “mais tarde”, com 21 e 23 anos, respectivamente. Dizem ter namorado muito, vendo isto como fator positivo, embora D. Josefa Celina pense que o “certo” é casar aos 15 anos (vide página 69). Isto nos faz refletir se não seria o caso de ter mais chances de ter filhos para “ajudar” nas atividades agrícolas. Dizemos isto com base na fala de D. Maria José:

“Numa família tem cinco, seis, sete filhos ... por aí vai ... tudo pra roça”. (D. Maria José).

Podemos inferir também, que se trata de um condicionamento social que visa a perpetuar a dependência da mulher via casamento. Portanto, entendemos que para muitas famílias, casar as filhas em tenra idade significa desobrigar-se de sua manutenção e até mesmo da guarda de sua “honra”.

Rinaldo, como ele mesmo diz, foi um rapaz muito “namorador”, mas também casou cedo. Algo que nos chama à atenção em seus relatos é o desejo que ele tem de criar seu filho diferente da forma que foi criado, se acha muito mimado e acha que isso influi na sua relação com a esposa (vide pgs 48). O desejo de dar aos filhos uma criação diferente da que tiveram surge sempre quando a oposição entre o passado e o presente se dá de forma a privilegiar o segundo. Há relatos, porém, nos quais a oposição privilegia o primeiro, nestes casos, há uma percepção da educação aos modos dos pais como sendo “boa”,

baseada no respeito às figuras paternas. A educação que tiveram se reflete em algumas práticas, dentre as quais, intencionamos destacar a seguir o namoro e o casamento.

Estes momentos, além de fazerem parte do processo “normal” de socialização, constam como intermediários da construção de novas famílias, dando continuidade a este processo, que redundará na necessidade de casa e conseqüentemente na preocupação com a casa própria que trataremos mais adiante.

2. Namoro e Casamento

Nas memórias dos entrevistados, o namoro surge, ora enquanto lazer, ora enquanto preparação para o casamento, seguindo o costume de “namorar prá casar”. Quando se apresenta neste sentido de intenção de casamento, muitas vezes surgem conflitos que são enfrentados com a persistência própria às realizações mais desejadas, como pode se perceber na fala de Sr. José:

“Aí, com quinze anos eu arrumei um trocadozinho, aí eu arrumei umas namoradas, já estava me enxerindo ... Aí, quando foi com dezesseis anos, dezessete, eu me engracei com essa nega (D. Josefa Celina) e até hoje. (...) Casei cedo porque eu estava no meu sofrimento, e eu não queria sofrer mais do que eu estava. Aí de um modo ou de outro eu ia trabalhar prá ela, fazer uma família e criar. (...) quando tá no namoro a gente pensa pouco, depois o cabra vai pensando, depois de casado aí vai se entendendo. (...) Meus pais não queriam de jeito nenhum (...) ficava lá falando, entrava num ouvido e saía no outro ... já não estava em casa ...”

Rinaldo vê o tempo de namoro como um tempo de liberdade, namorar para ele aparece enquanto diversão, mas nem por isso deixou de encaminhá-lo ao casamento.

“(...) quando eu era moleque, eu estudei muito, quando pequeno. Quando fiquei velho né, depois dos quatorze anos, só queria saber de namorar ... (...) Hoje eu sou casado, e tô com minha esposa e nós temos um filho”.

Alguns demonstram de forma explícita o casamento por conveniência das famílias. Nos relatos de D. Maria José, por exemplo, podemos perceber a conotação de “porto seguro” relacionada ao casamento de uma mulher. Seu pai não quis deixá-la sozinha, portanto tratou de fazer seu casamento, acreditando que este lhe daria segurança.

“Parece que eu tava com dezenove anos, não tinha namorado muito tempo não. (...) durante todo esse tempo eu só tinha arrumado dois namorados, somente. Um acabou, o outro, um rapaz que eu nunca pensei em casar com ele, eu casei. Eu tinha era abuso dele, não gostava não. (...) Foi logo, logo mesmo, que meu pai inventou de ir embora para o Rio. (...) Ele, mãe e meu irmão. Eu disse, não vou. Eu já tava com esse namorado. Eu disse eu não vou não. É .. minha mãe chorou, pedindo, chorando, - vamos minha filha. Ela fazia um termo da morte – como é que eu vou deixar você, deixar você eu não deixo – Eu disse eu não vou não mãe, a senhora deixa eu na casa de ... era uma conhecida minha que ... (...) ai mãe falou com pai, pai disse – não eu não deixo ela em canto nenhum, na casa de ninguém (...) O jeito é fazer o casamento, ai fez o casamento. (...) Eu não sei se ele queria ou não. Eu não fiquei ... naquele tempo os filhos obedeciam ao pai e a mãe, viu? Fazia o que eles queriam. (...) Porque eu não queria andar de navio, era à bordo que eu ia. Eu não ando não, olhe, de navio eu não vou não, eu não vou não. A senhora pode ficar tranqüila que eu não vou. Ai meu namorado disse: vamos vê, se seu pai quer fazer esse casamento ... se quiser, pronto. (...) Nós casamos em 30, eu me lembro como se fosse hoje. Casei dia de todos os santos, numa quinta-feira, em 1938”.

Não podemos deixar de remeter esta discussão ao ponto de vista de LINS:

“Ao contrário do homem, é estimulado a ser independente desde que nasce, a mulher não é criada para defender-se e cuidar de si própria. Quando adolescente continua sendo treinada para a dependência. Não deve sair sozinha (um irmão é solicitado a acompanhá-la), seus horários são mais controlados, é cobrada a permanecer mais tempo em casa. (...) O principal objetivo para a maioria continua sendo o casamento visto como insubstituível fonte de segurança, é usado como arma ideológica contra a mulher: Uma pessoa só se realiza no casamento; Como você vai se manter se não casar?; Uma mulher não pode viver sozinha; (...) Esses slogans são repetidos incansavelmente, mesmo que de forma subliminar”.

D. Josefa Celina diz ter namorado muito, não sabe com que idade começou a namorar, mas lembra que foi “muito nova”.

“Muito nova, namorei muito nova. Eu era a mais medonha, era ..”.

Diz isso muito animada, sorrindo, como se esta atitude lhe concedesse status privilegiado, e continua com ar de seriedade:

“O primeiro noivado eu casei ... foi com 21 anos. (...) já estava velha (...) é, não mulher, tu não acha? Pois eu casei com 21. (...) era prá casar com 15 anos. (...) porque uma pessoa com 21 anos ... tem que tá bem mais nova prá casar. (...) namorei muito, prá noivar uma vez, aí eu casei. (...) ele tinha 17 (...) eu casei com ele, ele não tinha nem 17 direito. (...) eles não queriam, faziam que não queriam, porque ele era um branco e eu era uma negra, uma negrinha, né? E achavam ruim, mas não tinha jeito, tinha que dar. (...) Ele queria e pronto, tinha que fazer”. (D. Josefa Celina).

A mudança de expressão nos remete à análise de que, em alguns setores da nossa sociedade a quantidade de namorados sugere uma certa falta de seriedade da mulher. Ao mesmo tempo, este fato, quando relacionado a um

homem, lhe concede prestígio. Interpretamos o sorriso de D. Josefa como reflexo deste costume e sugerimos que seu sorriso demonstra uma percepção de si mesma enquanto mulher diferente, aquela que infringe as normas de conduta. Ao mesmo tempo, sua posição em relação ao casamento ratifica seu tradicionalismo, a idéia de que a mulher deve casar “cedo” e namorar “pouco”.

Percebemos nos seus relatos o valor atribuído ao casamento, enquanto momento diferenciado do namoro. O namoro sendo a “brincadeira” e o casamento a “coisa séria”. Porém, continua deixando transparecer sua posição de privilégio ao relatar o enfrentamento do seu esposo às posições contrárias ao enlace, sugerindo, possivelmente, uma luta do macho pela fêmea, como muitas vezes se dá entre os animais.

D. Josefa Celina e Sr. Pedro enfrentaram, então, dois tipos de preconceitos para realizarem o casamento. Suas famílias e o “povo” achavam estranho uma mulher mais velha casar com um rapaz mais moço, e mais: negra e branco, respectivamente. O preconceito em relação à cor de D. Josefa Celina se manifestou nela com o nascimento do primeiro filho. Ela “morria de vergonha”, pois a criança, um menino, nasceu “bem alvinho, de olho azul”. Ela conta:

“Ai todo mundo ficou satisfeito. Ai eu pedi a Deus, que eu achava muito feio, o menino dos olhos azuis, eu negra, não dava certo nada ... (...) os outros foram tudo mais da cor dele, mas não tinha os olhos azuis não. Uns puxaram a mim, outros puxaram a ele. (...) Não se falava, era pobre ... nosso filho bem novinho mesmo morreu ...”.

Seu depoimento retrata até que ponto pode refletir uma cultura pautada no preconceito e no machismo. D. Arlete também conviveu com a discriminação:

“Eu namorei escondido, não gostava que eu namorasse um negro. Ele não gostava que eu namorasse um negro. (...) Acho que tinha levado adiante, eu acho que tinha levado adiante. Como tem que ser as coisas é, né?”

O namoro escondido surge enquanto estratégia de subversão à ordem, o que demonstra uma capacidade de lidar com as dificuldades da vida. Ao mesmo tempo, sua fala nos demonstra uma certa confiança no acaso. Este é um aspecto que enfatizaremos quando tratarmos da relação resignação X luta. No momento, nos interessa apenas demonstrar mais uma faceta das vidas destas pessoas e, a partir desta, as diversas formas de lidar com as situações, bem como a construção de suas identidades masculinas e femininas.

3. Resignação x Luta: “Fé em Deus que é Santo Velho”.

Na fala das pessoas que entrevistamos, um tema recorrente foi o da casa própria. Como todos são trabalhadores de baixa renda, antes da participação no movimento de ocupação do Cruzeiro, esta só se fez presente nos seus sonhos. A exceção neste sentido é D. M^a José, que possuía uma casa, que como ela mesma diz, foi construída a partir de “muito sacrifício” e estratégias.

Sacrifícios e estratégias também foram uma constante em toda a luta que enfrentaram todos eles pela casa própria. Estes serão apresentados adiante. No momento, intencionamos perceber em suas histórias de vida, que vieram à tona a partir de suas memórias, o lugar que a casa ocupa.

Mesmo no tempo de solteiros, como já foi visto, o aluguel fazia parte da vida de todos eles, vide suas histórias sobre o aluguel da terra para plantar; a casa fazia parte da propriedade alugada.

“Já morei em tanto canto ... (...) antes não tinha nem a casa, que era alugada”. (Josefa Celina).

“A gente mudava tanto de lugar, é por causa de que ele era chamado pra onde era a safra de, de lugar melhor prá ele negociar, ele ... alugou um sítio.... aí passamos uma temporada boa em S. Joaquim. Lá era um sítio, tinha de um tudo, era muita fruta mesmo. Ele plantou cana, colheu a cana, moeu, levou pro engenho”. (D. M^ª José).

O peso do montante despendido com o aluguel no orçamento doméstico era sentido pela comunidade da “invasão” como um fardo, do qual só Deus poderia livrar-lhe. Embora não haja registro em suas falas de momentos em que tenham “cruzado os braços” a espera da ajuda divina. A fé surge, então, enquanto apoio para prosseguirem na luta, bem como para aliviá-los de alguma culpa, como se fosse apenas obra de Deus a conquista do terreno.

(...) porque a pessoa pagar aluguel, viver de casa em casa, pagando aluguel ... Pagava hoje, amanhã tava devendo. Hoje dou graças a Deus, agradeço a Deus de todo coração o que ele fez comigo ...”. (D. Rita Félix).

Ao analisarmos a participação dos entrevistados, no movimento de ocupação do Cruzeiro, partimos do pressuposto desta participação enquanto política, uma vez que, “produziu algum efeito” no grupo, em termos de “organização, funcionamentos e objetivos” (Dalmo de Abreu Dallari:1989:11)³³. Porém, quando nos voltamos às representações que os atores da trama em

³³ DALLARI, Dalmo de Abreu. O que é Participação Política? . São Paulo. Abril Cultural. Brasiliense, 1989.

questão constroem em torno de sua participação, percebemos que, apesar de em alguns momentos eles a entenderem enquanto política³⁴, a participação é no caso já citado, uma estratégia dentre as tantas que utilizam em suas práticas cotidianas, na “eterna luta pela vida” (D. Josefa).

E no contexto da “luta pela vida”, um aliado “dos céus” se faz presente. Apesar de haver um reconhecimento de seu próprio esforço, da perseverança, da participação enfim, a recorrência à fé em Deus enquanto colaborador imprescindível nesta luta salta aos olhos, como demonstram suas narrativas:

“Era um mato grande! Ai meu marido dizia assim: Mas Rita, a gente não vai conseguir não, Rita ... como é que a gente vai conseguir aquela casa, se a gente não tem condição de levantar a casa? Eu digo, a gente levanta com o poder de Deus! Vendi cama, vendi mesa, vendi tudo que eu tinha. Os trocinhos que eu tinha vendi tudo, só não vendi as camas dos meninos. Eu digo, deixa as camas aí que é prá eles não dormirem no chão, mas o resto eu vendi, graças a Deus. Tudo, eu vendi tudo, cozinhas aqui com um pouquinho de lenha, uma panelinha com dois foguinhos. Mas eu digo, vamos vencer com o poder de Deus. Meu marido sem emprego, passou 3 anos sem emprego. Aí foi, arranhou esse serviço, se bem que ele não trabalhava assinado. Faz cinco anos que ele trabalha nesse emprego mas não é assinado. Vai fazer 6 anos em outubro que nós estamos aqui. (...) Ah! Eu me sinto feliz! Dou graças a Deus todos os dias, que eu sempre pedi a Deus: Deus, me dê um cantinho prá eu morar mais meus filhos. Porque a pessoa pagar aluguel, pagava hoje, amanhã tava devendo. Hoje dou graças a Deus, agradeço a Deus de todo coração o que ele fez comigo. (...) O mais importante, foi eu trabalhar, mais meu marido, com fé em Deus e vencer né? (...) Mas com fé em Deus, a gente venceu. (...) A importância disso tudo prá mim, a importância, é que graças a Deus consegui o que eu queria, que era uma casa prá eu morar com meus filhos e meu marido. (...) eu achei bom participar, porque quando a gente precisa, a gente faz tudo. Agora, aquelas que não querem participar é porque não precisa não, tem condições. Porque se eu mesma tivesse condições, eu tivesse minha casa prá morar, eu não tinha participado daqui não, né? E sofrer como eu sofri aqui né? Eu só fiz isso porque precisava e não tinha uma casa prá morar.

³⁴ Quando dizemos isto, o fazemos com base em alguns depoimentos que legitimam a visão da necessidade e a organização enquanto grupo reivindicador (vide cap. 3.1.1).

Entendemos, portanto, que Deus aparece enquanto colaborador da perpetuação da família ao abrir os caminhos que levaram a obtenção da casa, da qual a família não pode prescindir para existir enquanto tal.

D. Arlete dá graças a Deus pela desistência de uma participante da ocupação, pois ocupou o lugar dela. O caso aparece, então, enquanto “brecha” que encaminha à possibilidade.

“Ai, quando eu voltei pra procurar o povo, pra ver quem tinha ou não. Ai perguntava as pessoas, teve uma pessoa que disse, ah eu sei quem é ... D. Luzia, ela se mudou, ela não tá mais aqui não. Ai eu disse, ai meu Deus do céu ... e agora? Ai eu disse, eu vou atrás dela ... Foi Deus! Primeiramente Deus, né? (...) Não me arrependo de jeito nenhum ...”. (D. Arlete).

Em relação ao apego à fé em Deus, percebemos uma aparente resignação revestida de força e disposição para a luta. O interessante neste aspecto da nossa análise é que ele só aparece nas falas das mulheres. Como já foi demonstrado anteriormente, esta “resignação” e “fé”, os homens participantes apresentam em relação às mulheres. Explicando melhor: eles ressaltam as mulheres como principais motivadoras e norteadoras do movimento, mas deixam perceber, em suas falas, seus próprios empenhos, que por sinal, também são reconhecidos pelas mulheres.

Alguns passaram pela experiência de morar na “casa dos outros”, como dizem. D. Arlete, Sr. José e D. Josefa Celina estão entre eles. Seus relatos deixam transparecer a idéia que têm a respeito do assunto:

“Não é bom não, porque morar na casa dos outros não é bom. Nem na casa do sogro é bom morar, né? Cada qual no seu canto”. (Sr. José).

“(...) no tempo da invasão, eu estava na casa de uma filha minha ... com os netos. (...) É, ela vivia comigo, sabe? Ai ela arrumou um homem, não deu certo e deixou. (...) não, essa filha já é outra. Eu fiquei com a casa que mora nas Malvinas, sabe? (...) É bom sempre estar na nossa casa ...” (D. Josefa Celina).

“... aí a gente ficou ali, no Presidente Médici, na casa do meu filho e passamos 6 anos lá. (...) Porque aqui mesmo eu não tinha casa não, eu morava lá na casa do meu filho, não tinha casa não, tinha lá, aqui não ... (D. Arlete).

Os relatos nos apontam para a idéia disseminada em nossa sociedade de que “quem casa quer casa”, ou seja: quer originar uma nova família, dando continuidade ao processo de perpetuação desta instituição, que, por sua vez contribui para o fortalecimento ou a reelaboração das questões de gênero.

D. M^a José conta sua peregrinação de casa em casa, desde quando o noivo resolveu atender ao pedido de seu pai para que se casasse com ela:

“Aí ele arrumou rapidamente, isso foi de um mês para o outro. Comprou o que era necessário e a gente foi morar numa casinha aí em Três Irmãs. Uma casinha velha de taipa, mas nova. (...) depois que eu saí de lá, morei na casa do compadre, era alugada, casa alugada. Quando foi num dia, eu disse, eu ia fazer uma festa de batizado, meu compadre não deixou, não queria que eu fizesse festa, não batizado ... Aí não sei o que foi que ele disse que eu enchi o saco, eu enchi o saco e disse: tem nada não, compadre, tem nada não, por isso nós não vamos ficar entrigados não ... Pronto! Aí eu fiz um pedido a Jesus, que ele concedesse pra mim duas telhas pra mim morar. Aí parece que foi parece que foi o que eu falei, eu falei isso, quando foi no outro dia, parece que já clareou pra mim, já foi aparecendo coisa. Aí veio uma conhecida minha e disse: - Olhe D. Maria, tem uma pessoa, uma pessoa lá no Alto do Seixas, ele tá vendendo terreno. A senhora não quer comprar um terreno não? Peguei logo no flagrante desse negócio. Aí eu disse, eu vou lá, eu vou lá saber, aí fui até com o seu Milton, que disse, eu vendo o terreno. E eu disse: Agora, e a madeira? E agora meu Deus, a telha e a madeira, como é que eu vou fazer? Aí um conhecido meu queria sair de lá, que a casa dele ... aí perguntou se eu não queria comprar a casa com a madeira. Olhe, já foi fazendo um caminho, viu? Eu disse, eu sei que Deus tá olhando pra mim, aí eu comprei, eu comprei a ... as telhas, comprei tudinho da casa, que era de tijolo ... Eu levei pro Alto do Seixas e construí a casa”.

O curioso, na sua luta por casa, é que, além da questão do aluguel, o seu orgulho também se faz presente como impulsionador. Orgulho no sentido de ter autonomia, liberdade para fazer o que quisesse na sua casa. Sua fala reflete isto, e sugere uma certa sabedoria da família relacionada a seu locus de perpetuação, ou seja, à casa, enquanto propriedade da família.

“Pra não morar em casa alugada, somente pra evitar do que eu passei. Eu queria fazer a festa de batizado e meu compadre não deixou. (...) mas naquele tempo, pra não haver ... Bem, eu comprei o terreno lá. (...) Casa dos outros, é porque ... casa alugada é dos outros, não é da gente, não manda ...”. (D. M^a José).

Seu caso não é isolado, serve como exemplo dos desdobramentos que estas pessoas tiveram que realizar na tentativa de se livrarem da dependência de outras.

Para se entender os esforços que ela despendeu no sentido de conseguir ter uma casa que lhe agradasse, faz-se necessário mergulhar em suas lembranças do “seu tempo” de comerciante. Seu caso reflete a relatividade da necessidade, como algo construído. Não lhe bastava “ter” a casa, mas que esta atendesse as suas expectativas.

Como ela mesma diz: “*eu toda vida fui ... meu signo é de, de ... mas eu sou uma pessoa inteligente e penso muito no futuro ...*” E foi pensando no futuro que D. M^a José não mediu esforços e foi amalhando suas economias até se desfazer da primeira casa que construiu.

“*Quem não sabe perder não sabe ganhar*”, disse-nos isto tentando nos fazer entender que tinha vendido a casa para construir outra, que tivesse espaço

para a sua “barraca” de comércio. Percebemos então que na idéia de “sonho da casa própria”, para D. M^a José, bem como para os demais entrevistados, fé em Deus e trabalho andam sempre juntos.

É importante ressaltar que, embora a construção de identidades de gênero resulte em condicionamentos sociais que tornam as mulheres femininas e os homens masculinos, dentro do processo dinâmico que é a vida social os papéis muitas vezes são reelaborados. Isto se dá na medida em que são elaboradas estratégias de participação na vida cotidiana das quais destacamos a luta pela moradia.

“Quando eu estava nessa casa, aí eu, um conhecido meu, que tinha uma barraca, que nesse tempo vendia muitas coisas, a barraca dele era muito sortida ... Aí ele disse:- D. Maria, a senhora quer comprar a minha barraca? Eu vou vender, não tá dando pra mim de jeito nenhum. Aí eu falei: Ah! Meu Deus! Aí meu marido: - como é que você inventa de comprar uma barraca, deixa isso... ele disse. Eu não deixo não, eu não deixo não! A barraca era pra negociar. - Pois você vai dormir lá. Eu só tinha três filhos, - Pois você é quem vai dormir lá, eu não vou ... E eu com isso? Eu disse, e você pensa que eu me importo com isso? Eu não me importo com isso, eu não nasci de sete meses não... Comprei a barraca, a barraca sortida de um tudo, de um tudo! Olhe, miudeza, cereal, de tudo tinha na barraca. (...) mesmo de frente ao chão que eu comprei a essa mulher, que ela queria vender. (...) olhe, com o dinheiro dessa barraca eu apurei dinheiro que comprei esse chão. Tava morando lá na casa mesmo. Na primeira que eu saí, das Três Irmãs. Comprei esse chão com dinheiro da barraca. (...)tudo isso com meu dinheiro, não era dinheiro do marido não, que ele não se interessava a nada disso. Ele não se interessava em casa, e em nada ... com os filhos, ele se importava mais com os filhos ... eu sempre numa casa minha. Pra não morar em casa alugada, somente pra evitar do que eu passei. Eu queria fazer a festa de batizado e meu compadre não deixou”. (D. M^a José).

Estas são apenas algumas situações enfrentadas pelo grupo em destaque na luta pela casa própria. No capítulo 3, quando trataremos dos enfrentamentos

relativos à “invasão”, outras se revelarão. Nosso interesse aqui é demonstrar o quanto as trajetórias das vidas dos “invasores” são marcadas por constantes empreendimentos neste sentido, o que sugere que o desejo de possuir casa própria foi o principal motivo da participação.

“Eu participei, eu participei assim, porque eu não tinha casa. Ai me disseram se eu tinha coragem de invadir aquela terra e fazer uma casa, e eu falei que tinha”. (D. Rita Félix).

Este desejo vai aumentando com a chegada dos filhos. As famílias vão crescendo e as dificuldades também aumentam; as condições financeiras não colaboram com a criação dos filhos, fazendo com que a morte passe a fazer parte, de forma corriqueira, das vidas destas mães e pais de família que participaram da “invasão do Cruzeiro”. Consta, porém, que ela, a morte, também se encontra em suas lembranças mais remotas, do tempo de criança, como podemos observar nas citações:

“Lá em casa eram três mulheres, três mulheres e dois homens, só ... Fora os que morriam ...” (D. Josefa).

Muitas mulheres entrevistadas falam a respeito de gravidez, aborto, morte de filhos. Dona Maria José, por exemplo, engravidou quatorze vezes, pariu 12 filhos e criou cinco. Sua narrativa revela as dificuldades que enfrentou e que, segundo ela, faziam parte da realidade “daquele tempo”, revela, também, as estratégias para sobreviver a elas e a resignação aos designios de Deus, em relação à perda dos filhos, bem como ao nascimento dos mesmos.

“Quatorze, nunca um pecado que eu não devo, eu nunca tomei remédio, nunca na minha vida é por isso que meus filhos nasceram. Depois foi que ... foi quatorze não foi porque ... foi dois, um foi aborto com sete meses.

(...) Com parteira, nunca fui no hospital ganhar nenem nunca, nunca. Esse, esse aborto eu não morri porque a gente só morre na hora sabe que ... Agora eu sei tenho toda experiência que a gente só morre quando chegar o dia mesmo marcado pra gente morrer eu passei dois dias sofrendo com esta criança, já, já tava morto eu não sei como escapei, foi é porque os poder de Deus é grande.

(...) ela tava ... tava sentada, tava sentada aí foi da casa dela que ela morava ali ... (...) era, era dessas parteira que não sabe de nada não, que não tinha estudo não, não tinha não ela foi na casa do vizinho perguntar por mim. Ela disse ela tá, ela não tá bem não, ela tá mal (...) meia garrafa de ... compra uma garrafa de vinho branco e bote no fogo com hortelã moída e ... dê a ela morno, não dê frio dê morno mais minha filha parece que foi Jesus Cristo que mandou só sendo, só sendo quando Narciso chegou que disse: no mesmo instante Narciso mandou um amigo dele com toda carreira comprar esse vinho, num instante ele chegou e fizeram esse remédio, olhe não passou três horas, não passou três horas quando eu tomei o remédio parece que foi um alívio que Deus me deu, deu com pouco mais uma vontade de eu ir no ... vaso aí eu fui, ah! Quando eu cheguei que eu não podia já o povo que se pegava comigo que não tinha mais ânimo pra nada. Eu via a morte, eu via a morte mesmo aí quando eu me abaixei um pouco via aquela. (...) tudo, parece que eu fiquei sem nada, fiquei sem nada mesmo pronto! Aí clareou pra mim, eu vi a morte mesmo eu não conhecia mais ninguém. Sabe, quando a gente tá perto de morrer se esquece de todo mundo, a gente não vê a dor né, (...) mais com tudo isso se esquece não se importa mais com nada. Olhe, pra mim o mundo não existia, não existia nada, tinha se acabado tudo pra mim.

Aqui encontramos mais uma vez a idéia de construção da família, e nesta a noção da colaboração divina, com a qual pode-se contar nos momentos de dificuldade, desde que não infringisse as suas leis, exemplificadas nesta fala com a negação do aborto e a aceitação dos filhos que Ele lhe reservou.

Muitas justificam as mortes dos filhos, relacionando-as à precariedade de suas condições, “*porque era pobre*”, como diz D. Josefa Celina. Ela também conta suas histórias.

“(...) Quase todo ano tinha um né? Morreu de aborto foi ... a mais velha que mora lá nas Malvinas ... depois de ... perai, não foi não! Nasceu outro novinho, antes de Socorro, nasceu outro menino né? Esse morreu, eu sei que tem quatro no céu”.

Estes fatos nos levam a insistir no argumento de que a participação na ocupação surge enquanto possibilidade de mudança e a noção de mudança relacionada ao orçamento doméstico a partir da isenção do aluguel. Como sugerem as falas:

“Eu sei ... Só a pessoa não pagar aluguel, né mulher? Poder comprar comida com o dinheiro de pagar o aluguel ...” (D. Josefa).

“Eu já tinha tirado um terreno mas não deu certo, aí quando arranjei esse aqui, aí eu vim pra aqui. Aí minha colega me chamou pra ficar né? Mas ela me chamou, vamos ficar, e eu falei: vamos. E a gente invadiu. (...) Não estava trabalhando nada ... era eu e meu marido, tudo desempregado, não tinha nada, e pagando aluguel. Eu lavava uma roupa aqui e acolá, fazia uma faxina e assim a gente ia arranjando pra comer”. (D. Rita Félix).

Embora a participação dos homens também envolva este motivo, a iniciativa partiu das mulheres. Ao analisarmos seus relatos, surgem algumas representações que eles construíram em torno deste fato. É isto que enfocaremos a seguir.

4. Iniciativa de Participar - “Costume de Casa vai à Praça”.

Dentre todos os temas recorrentes nos relatos que colhemos, o que se refere à iniciativa da participação foi o único que obteve unanimidade de ponto de vista. Embora tenham surgido opiniões diferentes em relação à quantidade de homens e mulheres, (alguns dizem que o movimento foi composto em sua maioria por mulheres, enquanto outros, por homens), no tocante à iniciativa, todos concordam que esta partiu das mulheres.

Este fato, porém, não elimina as divergências no que diz respeito ao “porquê”. Percebemos, no entanto, que, embora tenham sido manifestadas opiniões diferentes, todos eles redundam numa percepção de uma essência feminina, que teria mais jeito para lidar com “certos” tipos de situação.

Vejamos, então, como aparecem nos relatos:

“Eu morava lá perto das Malvinas, sabe? Ai dia de sábado, que eu trabalhava, ai eu cheguei em casa e a mulher não tava. A Paulinha falou: - “Painho, mainha saiu com um bocado de mulher, lá pra invadir o terreno. Ai eu disse: - Onde é esse terreno? Ela disse que era perto do Colégio Raul Córdula. Ai eu vim. Quando cheguei lá em baixo, ela tava limpando o terreno. Eu disse: - Óxe! Tu tá ficando doida? Vai pra casa que isso não vai vingar não rapaz ... Ela disse: Aqui é onde eu vou construir a casa da gente. Eu disse, então tá certo ... Até hoje a gente tá morando aqui, vai entrar para 4 anos. (...) Ela quem tomou a frente, eu mandando ela ir pra casa que isso não vingava ... E ela disse que aqui era onde ia ser a casa da gente... eu fiquei satisfeito, porque o local onde a gente morava era ruim demais, né? E aqui não. Tem o colégio, as meninas tudo estudam ai, tudo perto, farmácia, padaria, tudo perto. (...) É porque se fosse por mim, eu não tinha enfrentado isso aqui não, que eu não sabia ... Ela quem enfrentou mesmo. Eu disse que eu tava ficando louco, corria pra cá e pra lá... (...)Eu não sei não. Eu sei que o que ela teve que enfrentar mesmo enfrenta, viu? Se ela diz: - eu vou fazer isso assim, ela faz tudo o que ela diz. Porque ela disse: - eu vou botar um bar, eu disse: rapaz! Esse negócio de bar não dá certo. Ela disse que ia botar e deu certo. (...) Eu só sei que com as confusões aqui, os homens não levaram fé, as mulheres é que levaram fé. A maioria que inventou foi as mulheres”. (Sr. Pedro Félix).

Esta fala nos passa a idéia de reconhecimento da mulher não apenas enquanto diligente no caso da ocupação, como também em outros fatos importantes em suas vidas. Fatos estes, relacionados às formas de melhorar as suas condições de vida. Percebemos então a idéia implícita de que, em se tratando da defesa da família, a mulher é vista como capaz de acionar o seu lado “forte”, embora continue a ser vista enquanto “frágil” de forma geral. Podemos

relacionar esta representação a respeito das mulheres a sua capacidade de gerar e parir filhos que ora é vista enquanto atitude corajosa, ora enquanto resignação aos desígnios de Deus.

O que nos chama à atenção, na fala de Sr. Pedro Félix, é sua percepção em relação às atitudes da esposa enquanto baseadas na capacidade de sonhar e de acreditar nos sonhos, que a conduzem ao desejo, e, este, às realizações.

Sonho, desejo, por mais abstratos que estes possam parecer, encontram base nas realidades que contextualizam as vidas destas pessoas e, de acordo com os relatos, são intrínsecos às necessidades.

Homem ... aqui nós trabalhamos iguais. Na hora de pegar o terreno não, porque minha esposa estava operada. Mas ela foi quem incentivou. Eu posso dizer que aqui foi ela né? Por mim mesmo eu não vinha não. (...) tinha mais mulher. Não sei, acho que é devido a mulher sempre se achar necessitada, né?.

(Enquanto isso, um homem vai chegando e diz: - a resposta é porque os homens trabalham e a mulher não tem o que fazer. E o entrevistado continua ...) - Não, é porque se encontra mais necessitada, porque, o camarada pagar aluguel, com um ordenado michuruca desse... Eu acredito que seja isso ... a mulher ... vive o dia-a-dia de casa, sabe o sofrimento do marido, vê o ordenado que ganha, uma mixaria, ir pra mão dos outros pra pagar aluguel, pagar tudo, aí ela ... Acredito que toma mais atitude do que o homem, porque o homem, sempre não gosta de ... não vai se sujeitar. Pelo menos eu, não vou me sujeitar a tá levando puxicão, como eu vi gente aí sendo empurrada. Empurravam as pobres das mulheres e era aquela agonia". (Sr. João).

Estes depoimentos trazem à tona outras questões. A noção de política como relacionada à vadiagem, coisa de quem não tem o que fazer, bem como a mulher como sendo exemplar de desocupada, dada a invisibilidade do seu trabalho. Esta percepção de política enquanto “coisa de vadio” se contrapõe à

visão desta atividade enquanto “coisa de homem”, o que nos atenta para a pluralidade intrínseca às coisas, às atividades, às pessoas, e, como não poderia deixar de ser, aos conceitos.

(...) Porque às vezes, o homem tá trabalhando e a mulher tá em casa, né? O meu marido mesmo, não tava trabalhando, tava parado, mas tava no meio do mundo pra ver se arranjava o comer pra botar dentro de casa, pro filhos comerem, né? E eu tava em casa, tomei conta de tudo. Mas ele também, do começo ao fim, ele tomou conta de tudo”. (D. Rita Félix).

A susceptibilidade das mulheres às situações consideradas “vexatórias”, como “puxicões”, empurrões, “agonia”, às quais os homens não “gostam de se sujeitar “por não serem destas coisas”, também aparece. Isto nos revela uma reação machista que vê tais situações como inferiores, capazes, portanto, de macular dignidades masculinas.

Aí quando teve essa invasão, ela tava operada, não podia vir. Pelejou pra eu vir, mas eu toda vida fui fora dessas coisas. Ai ela começou a insistir, ai eu vim. Ai ... o rapaz que tava organizando isso aqui, ai me deu esse terreno aqui. (Sr. João).

Embora, ao mesmo tempo surja a representação da “mulher forte”, “a que enfrenta”, o que nos suscita uma nova questão: Será a mulher que enfrenta uma situação deste tipo considerada atípica? Ou seja, uma mulher que traz em si algo mais que as outras consideradas normais e, por isso mesmo, fracas?

Essa disposição é reconhecida por alguns homens participantes enquanto “conquista de espaço”. Neste sentido, ela emerge enquanto prática de cidadania, enquanto participação política. A este respeito, vale salientar a posição de PINTO (1982:132), quando trata das relações de poder que se dão a partir dos movimentos sociais. Em sua análise, ela destaca o fato de que o grupo

organizado em um espaço urbano ou rural, claramente delimitado, constrói novas relações de poder com os representantes do aparato estatal local, como escolas públicas, postos de saúde, postos policiais, etc. Esta relação não é essencialmente reivindicatória, mas um exercício de ocupação de espaço. Não é o caso de “pedir a”, mas de “decidir com” ou, até mesmo, de “decidir em vez de”. Quanto às falas dos informantes, vejamos como demonstram estes fatos:

“É importante a participação da mulher, é importante. É um a mais. No caso de mãe, mãe é muito disposta, né? Ela não tem medo de ninguém. Ela não tem medo de enfrentar, pode ser homem, o que for ... não tem não. Pode vir homem, mulher, tudo. (...) a disposição dela, eu até admiro, porque eu não tenho essa disposição não. A mulher tem que participar mesmo. Tem que ter participação em tudo, tem que procurar conquistar seu espaço”. (Rinaldo).

“Não tinha diferença não, tinha tanta mulher ou forte, que enfrentava ... (...) os filhos nem queriam que eu ficasse aqui. Eles diziam: - vai passar na televisão, vem policia ... Veio a policia muitas vezes aqui”. (D. Arlete).

“Tinha mulher que não vinha, o marido vinha tomava conta, né? Mas eu era, eu e ele aqui direto. Eu cavava buraco, eu aterrava isso aqui, que era um buraco lá em baixo. Eu passei quase um ano com esse ombro aqui doído, doído de carregar lata de terra pra aterrar. De longe ... caçando por lá, pedra e tudo, que naquele tempo eu não podia comprar”. (D. Rita Félix).

É interessante perceber que as características deste tipo “forte” de mulher, muitas vezes não são encontradas nem nos homens participantes, como sugerem suas falas:

(...) Porque só mora eu e ela, é minha avó. Eu chamo de mãe porque foi ela quem me criou. Ai eu tava em casa nesse dia da invasão aqui, né? Ela chegou em casa e disse: - Rinaldo, se levanta, pega uns paus por aí e vamos invadir um terreno, o povo tá todo indo invadir. Eu disse: Não vamos não, mãe, se leve nisso não que isso não sai nada não. No outro dia a policia vem e tira tudinho. Ela disse: - Pois eu vou sozinha. E foi sozinha.

Percebemos então, que não dá para entender esta mulher forte enquanto mulher que age como homem, ao contrário, suas atitudes revelam um condicionamento social no sentido de apresentarem identidade feminina e por isso mesmo, capazes de enfrentar o movimento de ocupação. Ao mesmo tempo suas falas deixam claras as pluralidades intrínsecas aos indivíduos dentro das relações, ao passo que demonstram as diversas possibilidades de ser homem e ser mulher. Portanto, masculino e feminino são apenas algumas das identidades pelas quais homens e mulheres podem transitar indistintamente.

Capítulo Terceiro

Desejo e Possibilidade: “Querer é Poder?”

Desejo e possibilidade: "Querer é poder"?

Querer é poder – esta frase tão decantada implica num pressuposto de que tudo é possível a qualquer indivíduo, desde que haja força de vontade e empenho pessoal norteando suas ações. Como se o mundo exterior a ele, não fosse capaz de oferecer resistências ou impor condições. Como se o indivíduo fosse, *per se*, construtor dos seus caminhos e, aquele que não conseguisse lograr êxito na jornada da vida constasse como inadaptado à sociedade e precisasse de reajustes para poder se enquadrar e conviver melhor. A esta frase, subjaz a idéia de que precisa se ajustar a ela para que funcione positivamente.

Nossa intenção, aqui, é chamar a atenção para a questão do desejo, enquanto possibilidade de impulsionar qualquer atividade que o indivíduo possa desenvolver sem, no entanto, desconsiderar as dificuldades extrínsecas. Em relação aos envolvidos na invasão do Cruzeiro, por exemplo, percebemos que sua motivação, perpassa o viés da dignidade humana, da auto-sustentação, da rejeição a esmolas, perpassa, enfim, o viés do desejo mais profundo de viverem em liberdade, como já demonstramos (vide cap. 2.3).

E foi justamente este desejo que fez mulheres e homens tornarem-se participantes de um movimento social de ocupação, que os fez correrem riscos

em busca de uma satisfação. No caso das mulheres, seus desejos se relacionam a sua própria identidade feminina, pois foi enquanto mulheres que participaram, com vistas a solucionarem mais um dos tantos problemas que se apresentam cotidianamente, como por exemplo: cuidar dos filhos, da casa, do marido. A conquista da casa própria aparece como um meio de salvaguardar suas condições de mães e esposas, pois sugere proteção à família, tanto no que se refere à casa, enquanto lar, portanto, porto seguro, como em relação a livrá-la do compromisso com o aluguel.

Como nenhuma ação se esvai sem que haja uma reação correspondente, suas participações foram além dos objetivos propostos e redundaram na extrapolação dos seus domínios. As mulheres passaram a agir politicamente e a se envolver com situações incomuns a sua esfera de ação. Tornaram-se peças fundamentais de um jogo para o qual a sociedade não lhes havia escalado “naturalmente”, mas que, ironicamente, as oscilações comuns à vida social lhes empurraram em campo. Ou seja, as brechas deixadas pelo próprio sistema social, impulsionaram as mulheres a ocuparem lugares que não lhes cabia por definição.

Em relação a participação dos homens, o desejo de realizar o “sonho da casa própria” os fez agirem de forma emocional e se envolverem no movimento a partir do envolvimento de suas esposas, ou como no caso de Rinaldo, de sua mãe. E o que é mais interessante, se envolveram um tanto quanto incrédulos em um resultado satisfatório, que “suas mulheres” vislumbravam como garantido, dado o envolvimento no caso.

Estes fatos, ao nosso ver, revelam o tênue limiar entre os mundos privado e público, donde se pode perceber a possibilidade de apropriação de ações e atitudes por um e outro gênero em interação. Por isso é que insistimos em ver, nas relações, infinitudes de possibilidades de ser, de estar, de construção, de desconstrução, de reconstrução, enfim, de reelaboração de identidades, que são transitórias, estão à deriva, e podem ser resgatadas por quaisquer sujeitos sociais, dependendo da relação em que eles se encontrem, bem como do posicionamento dentro de cada relação.

“O desejo é pai do pensamento” - Partindo desta idéia, pode-se constatar a ênfase que Félix Guattari e Suely Holnik (1996)³⁵ dão ao desejo enquanto motivador de tudo e como algo capaz de nos tornar mais criativos. A partir do desejo, nos desvencilhamos das amarras que nos prendem à mesmice e ao enclausuramento social. Nós desejamos para sentir e agir da forma que queremos e, é justamente esta sensação de plenitude alcançada, via desejo, que nos humaniza, segundo estes autores.

“O desejo é órfão, anarquista e ateu” (GUATTARI e HOLNIK:1996), por quanto é desprendido de imposições sociais. Não é à toa que nos sentimos desejantes de utilizar estes autores neste estudo de caso. Encaramos os informantes como desejosos no sentido de que, além da carência de moradia, a vontade de possuir casa própria os fez se engajarem no movimento, mesmo sabendo de antemão as dificuldades que teriam de enfrentar, inclusive no que diz

³⁵ GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografia do Desejo*. 4^ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

respeito ao trabalho braçal, como foi o caso de desbravarem um matagal, de tornarem o terreno propício à construção. Sem contar com a questão política que envolve a ocupação, o enfrentamento aos poderes instituídos, no caso a P.M.C.G. e a polícia, e mais, a vizinhança insatisfeita com suas presenças no local.

Realmente, não se constitui tarefa fácil o envolvimento em movimentos deste tipo. Além da falta de condições financeiras satisfatórias, das condições adversas à realização das necessidades, acreditamos que existe algo mais impulsionando e norteando as pessoas envolvidas. Este algo mais é o desejo, o desejo de transformar a realidade, de construir seu próprio destino. Muito mais que desejo de “*ter*” a casa própria, de “*ser*” responsável por sua aquisição. Esse desejo de “*ser*” e não de “*ter*”, que GUATTARI e HOLNIK (1996) vislumbram no devir, é a única coisa que o indivíduo tem de si, mas é reprimido pela ordem hegemônica. A criatividade é a palavra de ordem para o enfrentamento e superação da crise, do caos. A grande crise, então, é justamente a da criatividade, pois entrava, estanca, não permite ações nem reações. A partir da criatividade é que, segundo ele, pode-se dar a revolução molecular. Revolução molecular, para estes autores, é aquela que se dá a partir dos pequenos grupos, dos micros espaços endógenos aos micros espaços exógenos, ou seja, de dentro para fora. É ela que proporciona a descoberta da “*beleza humana*”, justamente por que se baseia na criatividade.

Voltando aos informantes, já vimos de quantas estratégias e táticas se utilizaram na superação da falta de moradia. Vide D. Maria José, cuja vida se encontra repleta de exemplos neste sentido, e suas atitudes, ao nosso ver, se

deram via desejo e criatividade, afinal de contas, ela é “uma mulher inteligente e pensa no futuro”.

E o Sr. José então, que encarou a construção de sua casa, sem nunca antes ter realizado tarefa de pedreiro? Daí surgiu para ele mais um meio de trabalho, hoje ele consegue alguns biscates como servente de pedreiro.

D. Rita é um exemplo que nos emociona, quando admite que vendeu tudo o que tinha, menos as camas das filhas, e que “virou” servente de pedreiro para construir com seu marido a sua casa tão desejada, tão pensada, sonho cuja realização lhe aguçou a criatividade.

“*Nós somos traídos pelo desejo*”, esta é mais uma idéia de GUATTARI e HOLNIK (1996) que nos toca, que nos atrai e que nos faz, traídos pelo nosso desejo, correr o risco de utilizá-la, mesmo sabendo que podemos incorrer em divagações, em nos deixar levar pelo desejo e enveredar por caminhos que talvez não esclareçam mais do que confundam a análise. E voltamos a “puxar a brasa para a nossa sardinha”, chamando a atenção para os atores da trama que escolhemos e focalizando as cenas mais desejadas.

Dos homens que constam como informantes desta pesquisa, alguns afirmam que suas participações se deram a partir da decisão e teimosia de outrem, suas esposas e mãe. O que isto tem a ver com o desejo? O fato de que tanto mulheres quanto homens desejavam tanto conseguir construir suas casas que foram traídos por seus desejos e enfrentaram o movimento. Apesar de se mostrarem tão contrários à idéia, os homens aderiram a ela, pois, na verdade,

tanto quanto as suas mulheres, eles desejaram que tudo desse certo, que tudo se resolvesse e eles conseguissem realizar seus sonhos.

Para os autores em destaque, o que há de mais sublime no humano é sua desnaturalização permanente, nisto reside seu potencial, já que a sociedade moderna produz indivíduos seriados e desta forma os torna frágeis, vulneráveis, presas fáceis para a moral instituída, que os torna eternos preocupados com seus lugares na sociedade, de tal forma que esta preocupação passa a nortear as suas existências e os transforma em infelizes.

Ousar viver o novo é transpor barreiras. É desta forma que se dá a desnaturalização, a cada vez que o indivíduo rompe os padrões previsíveis de comportamentos, enfrentando os desafios, passando a se perceber no meio da história, como um de seus autores e atores.

Para eles, a “verdade” é arma poderosa, é ela que nos impede de vivenciarmos coisas que não nos interessa, que nos são impostas. Quando vivemos a partir de nossas “verdades”, as coisas fluem mais facilmente, mais prazerosamente. Não temos que fugir nem nos sacrificar, apenas agimos. É essa nossa ação que nos impulsiona e que nos liberta, advinda da relação entre verdade e desejo e redundando em saber. E o saber liberta e capacita. Ele se encontra implícito em cada pessoa e se relaciona com o poder que existe e se manifesta em toda parte, em todas as relações, não dá para escapar. Assim como também não dá para escapar do desejo, sua ausência causa inibição e angústia, enquanto sua presença conduz a realizações. Como se pode perceber em relação ao grupo estudado, que, de forma tão diferente da idéia que origina o jargão

“querer é poder”, dá uma demonstração de como se constrói e se aproveita das possibilidades a partir de uma “vontade de potência”³⁶.

Consideramos pois, o poder, na acepção de FOUCAULT (1982), permeando toda a vida social, não sendo restrito a algumas pessoas apenas. O poder não se dá de forma estanque, em bloco, ele é relacional, e portanto, dinâmico, descontínuo. Onde se pode perceber implícita a importância da vontade de potência como mola propulsora das transformações, dos rearranjos sociais.

Como se deram, então, estes rearranjos nas práticas dos entrevistados? É esta a nossa curiosidade neste momento. Portanto, partiremos da análise de alguns elementos que fizeram parte destas práticas, tais como: enfrentamentos, estratégias e a importância que teve a participação na vida dos “invasores”.

1. Enfrentamentos e Estratégias

Quando falamos em enfrentamentos, partimos do pressuposto de que existe uma concorrência, uma disputa, a qual se precisa atacar de frente, defrontar, encarar, ou seja, tomar uma atitude no sentido de persistir enquanto concorrente.

³⁶ NIETZSCHE, Frederico. A genealogia da moral. Coleção Universidade de Bolso. Ed. Tecnoprint S.A.. Os pensadores. Vol. I Nova Cultural.

Vontade de potência – aberta ao futuro (eterno retorno) futuro como repetição seletiva, diferente de um ciclo, pois só se repetiria o desigual, a seleção, o homem pequeno não retorna, não é desejo de domínio, porque se assim fosse, seria dependente dos valores estabelecidos. Significa “criar”, “dar” e “avaliar”.

No caso que analisamos a luta se deu pela conquista de um lote de terra para construção de moradia. Além da concorrência se fazer presente entre os despossuídos de casa, ela se verifica também entre outros setores da sociedade.

Poderíamos, em princípio, imaginar esta luta sendo travada apenas com o proprietário do terreno, que neste caso é a Prefeitura Municipal de Campina Grande. Porém, não é difícil compreender que, como forma de assegurar sua propriedade, a P.M.C.G. acione outra instituição social, desta feita, a polícia, que entra em combate diretamente com os ocupantes.

Consta porém, que, além destes segmentos sociais, outro mais se faz presente no combate à ocupação. É a vizinhança do local ocupado, que não se mostra satisfeita com a presença dos “invasores” perto de suas casas. Passa a tê-los como ameaça as suas famílias e ao seu bem-estar. Entram na briga com empenho na tentativa de reverter a situação.

Falaremos um pouco do enfrentamento por parte dos ocupantes a cada um destes setores, mostrando como aparecem nos relatos dos entrevistados.

Algumas falas deixam transparecer a posição de defesa da propriedade privada, quando demonstram que ocupar terrenos pertencentes à prefeitura é um direito que tem enquanto cidadãos desprovidos de casa para morar. Todavia, a opinião muda no caso de terrenos particulares. Surge neste momento a referência aos chamados “sem-terra”.

(...) Se não fosse da prefeitura não! Não ... só da prefeitura é que os outros podem ocupar um terreno. Se for da prefeitura, se não for não pode ... É mesmo como os sem-terra, né? Tem dono, tem dono.

Enquanto não houver ... o governo não comprar e não der ordem, ninguém pode, agora aqui, porque era da prefeitura ... (D. Maria José).

Na luta pela defesa do terreno ocupado surgem estratégias diversas, nela vale tudo, inclusive “matar ou morrer”. Nas narrativas destes fatos, vemos manifestar-se uma identidade guerreira em algumas pessoas, cujas histórias de vida relatadas demonstram um perfil pacífico³⁷. O exemplo disso é o comentário a respeito de uma suposta “mulher da Catingueira”, que teria oito filhos e que viria ocupar o terreno já demarcado para D. Maria José.

Aqui presenciamos o discurso dos papéis femininos se enfrentando buscando a realização de um mesmo desejo – a casa própria. Se considerarmos a representação que enfatizamos no capítulo 2.4, da mulher como capaz de acionar seu lado “forte” na defesa da família, compreenderemos o porquê da violência se revelar na fala de D. Maria José. A entendemos então, como estratégia de sobrevivência.

“Nesse dia me avisaram ai eu fiquei de ... meu ideal era fazer minha casa por causa do roçado ... ai eu disse: Meu Jesus, o que é que eu faço? Mas meu terreno ninguém toma não. Olhe, eu morro, eu morro, eu vou prá cadeia, mas ninguém toma meu terreno não... Dessa vez eu enfrento, se, se eu vou ... se eu não ficar os outros também não ficam, porque o prefeito não aceita, mas gatinha não tira, só o prefeito é quem pode me tirar daqui. Ai ... eu disse: E foi... Se vierem ... Pois D. Maria, tome cuidado que vem a mulher da Catingueira com oito filhos. Eu disse: Ela pode vir do inferno, ele pode vir do inferno, mas ela não fica aqui. Vamos vê, vamos vê se ela fica ...”. ai quando foi de noite, quando anoiteceu, eu e o meu outro neto, o irmão desse menino ai, que a mãe dele deixou cinco filhos, a minha filha, outra que morava comigo, eu disse: Vamos, tu pega o facão e eu pego outro, e eu vou prá aquele terreno, eu hoje, eu vou destinada a tudo quanto é de derrota, é de morrer é de tudo! Eu tô destinada! Deus é quem

³⁷ Ao nos referirmos aqui ao perfil pacífico destas pessoas, o fazemos em relação a não violento e não a resignado, e identidade guerreira no sentido de violento e não de reivindicador de direitos, uma vez que demonstramos a conotação contrária no decorrer da dissertação.

sabe, eu vim prá aqui, esperei, esperei, esperei. Eu disse: Ele vem, Eu quero que eles venham, eu quero pegar eles na surpresa; Quando eles pensarem que não, a derrota tá feita, eu ... eu não digo nada ... Eles entrar e ficar por ai ... ai depois, cabeça de gente fica embolando por ai, e eu não digo nada, eu nem me importo. Não veio ninguém, e o cara que tinha arrumado, viu quando eu vim prá aqui, e parece que esse povo vinha da feira, parece que era numa ... vinha com ele prá cá, prá ... e virem. Quando o pessoal chegou, nós trabalhava ali na ... eu disse: Rinaldo, mas meu filho, onde vamos ficar ... vão tomar aquele terreno meu filho, eu tive tanto trabalho meu filho, e o meu ideal é de fazer minha casa, meu rancho ali. Ai ele disse: Mãe, mas a Sra, tire isso do seu pensamento mulher, olhe deixe um entrar lá prá ver se eu não, se eu não trago um camburão e não boto tudinho dentro do camburão e eles não de danam prá lá... deixe eles virem, porque não ficam não. A Sra. tire do seu pensamento, não vá ficar sem dormir pensando nesse terreno não, que lá ninguém entra não, a Sra. Pode ficar tranqüila, só se eu morrer... ”.

Este relato nos remete também à questão do envolvimento da polícia nos casos de ocupação. Neste caso específico, o possível apoio enquanto estratégia de assegurar o terreno, uma vez que Rinaldo é policial. Este fato nos chamou a atenção e nos despertou a curiosidade de saber dele, enquanto policial, qual a visão da polícia em relação a fatos como este.

1.1 A Polícia

Rinaldo parte da justificativa da ocupação enquanto reflexo de uma política habitacional insatisfatória, que deixa brechas para a reação popular. Faz referência a uma parcela de participantes de movimentos de ocupação, aos quais atribui a qualidade de aproveitadores. São as pessoas que participam visando à especulação. Na pesquisa feita no Jardim Borborema, este tema foi recorrente nas entrevistas, nesta realizada no Cruzeiro, não se deu de forma diferente.

“Isso é uma coisa inevitável, eu acho que não tem como impedir esse tipo de ação das pessoas não, né? Porque parte de uma necessidade. Se houvesse condições, casa pra todo mundo, mas não tem. Ai, a partir dessa necessidade, as pessoas se organizam e acabam invadindo. Apesar de que muitos entram pra se aproveitar, né? O que deveria ter era um tipo de organização pra separar esse tipo de pessoas, isso não acontece ... (...) Esse é o serviço mais difícil que tem. Porque quando a gente (a policia) chega no local, a gente sabe que são pessoas humildes e que elas ali tão pra defenderem um direito seu ... Que eles acham que tem direito aquele terreno. E a policia vai ali cumprir a obrigação, que tem que cumprir. (...) Quem usa da violência não tem apoio de ninguém lá dentro. Tanto é, que a expulsão acontece. É porque quando vem a determinação do juiz tem que tirar, não pode voltar desmoralizado. Tem que cumprir com a missão. Porque se a policia não cumprir, quem vai preso é a policia. Depende da ordem, se o juiz diz pra tirar, a gente tem que tirar de todo jeito. A gente já vem com uma documentação que é pra tirar as pessoas. Quando a gente vem com a documentação assinada pelo juiz, a gente vem pedindo as pessoas que saiam. Se as pessoas se recusam, a gente é obrigado a tirar a pessoa à força. Se a pessoa reagir, nós policiais, temos que usar a força necessária para dominar aquela pessoa e tirar ela do local. Mesmo sendo mulher grávida e tudo, tem que tirar de qualquer jeito. É gente passando mal, ferido, a gente mesmo socorre, mas tem que cumprir a missão. Não pode voltar e dizer que não dá pra fazer o serviço não. Se tiver 100 pessoas, a gente vai com 50. Se 50 policiais virem que não dá condições, vem mais 100 e assim o que for preciso. A instrução que a gente recebe lá é a seguinte: que pra cada bandido que tiver na rua, tem que ir 4 policiais pra prender, porque a policia não vai pra medir força, a policia vai pra prender. Por isso é que muita gente diz que a policia é covarde. Porque? Porque quando tem um cara alterado, duas pessoas brigando, vai mais de dois policiais, 4 ... vão mais de duas viaturas, porque se tem um cabra que não quer ir preso? Não pode dizer, não, tu vai tu só, pra tu medir a força com ele, não ... tem que ir pra dominar e levar.(Rinaldo).

Seu relato aponta para o direito que o ocupante entende que tem, ao mesmo tempo que remete-se à idéia de moral instituída, representada pela policia que não pode ser “desmoralizada, tem que cumprir a missão” se sobrepondo, inclusive, a “mulheres grávidas”, o que nos incita a lembrança de que em muitos movimentos de ocupação, mulheres grávidas e crianças servem de escudo durante o confronto com a policia. Neste não foi relatado nenhum caso deste tipo.

Percebemos na fala de Rinaldo, um embate entre o “invasor” e o policial. Enquanto policial, enxerga os ocupantes como bandidos que tem de ser presos e, ao mesmo tempo, é ele quem diz:

“Tinha que construir alguma coisa, tinha que garantir. De início, fizemos uma barraca de madeira e passamos uns dois dias prá vê em que era que dava. Veio a polícia, vieram os cabras aí, prá ver se botava o povo prá fora. E o pessoal que morava aqui perto, eles não queriam, né? Pensavam que quem tava vindo prá cá era um bocado de ladrão, marginal, né? As outras...”. (Rinaldo).

Outros informantes descrevem a relação polícia X “invasores”. Nestas narrativas aparece sempre a figura do líder da ocupação.

“Eu passava aqui, era um mato da mulinga ... era mato. Quando foi, as barracas tudo armada, aí a prefeitura mandou uma ... mas tinha gente grossa aí, viu? Não era gentinha não que, que mandou a gente vir prá aqui, porque sabia que era da prefeitura. Ihe, deixe eu ver, qual era o vereador, eu não me lembro o nome dele não ... Era ... era mais dois que tô esquecido o nome deles. Aí foi o líder que fez uma, uma barraca bem grande. Isso aqui é preparo, quando eles vierem botar abaixo. Eles vem botar abaixo ... Aí um dia, a prefeitura veio e o líder avisou a todos: - Olhe, hoje a prefeitura vem, um carro que eu sei, da prefeitura, eles vem botar abaixo as barracas, aí ele disse: vocês se preparem, vocês se preparem ... (...) Um dia, esse menino lá, que tem o primeiro andarzinho ali, viu que eles tavam derrubando as barracas, aí pegou uma peixeira, de noite, saiu atrás deles. Não, saltou o muro dessa mulher, que era muito rica, que queria ser o diabo. Ele saltou o muro, que ele ia cortar ele, ia acabar com ele, com a peixeira, que ele é meio doido. Ia acabar com ele, mas não vieram mais.

Quando fazem referência ao líder, demonstram uma certa consideração a ele, enquanto imprescindível à luta.

“Ele é, é, quando há invasão ele tá dentro. Aí ele ... o líder tava na porta, aí lá vinha o cabo X. Veio os outros todos. Tudo, tava tudo dentro do carro, não tinham descido ainda do carro... (...) É, tavam construindo, e quando eles viram, aí disse, desceu o cabo X: - bota abaixo, bota abaixo. E nós todos lá debaixo das barracas. Aí eles, aí o líder saiu, o cabo X já tava, o sargento tava com revólver em punho, viu? Aí nisso o líder disse: mande botar abaixo, mande eles descerem tudinho e botar abaixo, prá você ver o que eu faço, se eu não queimo

tudinho, mande! Mande! Atire, você não tá com a arma na mão, atire! Ai nisso, o líder apresentou também a arma. Ai ele apontou e disse, não, não precisa isso não, não precisa ... Precisa! Você não veio com um revólver na mão? Não disse que era pra botar abaixo, os seus capangas botarem abaixo? Ai eles ... o líder dizendo prá seu ... prá o Sargento... Ai o Sargento saiu, mandou subir, eles subiram todos, que tinham descido todos. Ai subiram no carro e se danaram". (D. Maria José).

A liderança aparece, então, como meio de salvaguardar seus terrenos e como respaldo para suas reações contra as forças contrárias.

1.2. A Vizinhança - "Me chamam de ladrão, de bicha, macanheiro ... " (Caruxa)

Para entendermos qual a representação que a sociedade, de forma geral, constrói de uma ocupação como esta que analisamos, achamos pertinente nos remetermos à descrição que surge na fala de uma informante.

(...) bem, eu morava ali e vinha pro roçado. Quando foi um dia, eu vinha pro roçado, quando cheguei, esse vizinho aí tava ... Pagando aluguel, eu vi vindo uns, é porque eu nunca tinha visto antes uns barracos aí. Eu disse ao vizinho: ô seu Zé, me diga uma coisa, aí tem cigano, é cigano é? É não D. Maria, é uma invasão, é invasão. Eu disse: não diga, pelo amor de Deus! Será que eu vou nesse terreno, será que fico nesse terreno? É tão perto do meu roçado, eu olho daqui e vejo meu roçado. Ai eu fui lá, olhei ... o chefe da invasão, seu ..., eu disse: Seu ... o senhor, vamos medir aquele terreno da frente prá mim, o senhor manda. Ele disse: - agora mesmo. Ai, o menino, o menino que media o terreno tava assim ele disse: Levanta vai logo medir o terreno dela ali logo, aí me deu esse terreno ... aí ficamos aqui". (D. M^ª José).

Ao avistar as barracas do acampamento da ocupação, D. Maria José indaga a seu vizinho – “aí tem cigano, é cigano é?” Se formos buscar nas

representações comumente construídas em torno do povo cigano, não será difícil entendermos a reação da vizinhança. Pois não é fato que o povo cigano é visto com maus olhos? ³⁸

A resposta de seu vizinho também indica uma predisposição para uma visão negativa do movimento. – “É não D. Maria, é uma invasão, é invasão”. Partindo para a consideração dos significados atribuídos a esta ação teremos: Invasão = Penetração; ocupação bélica de um país, dominação; agressão. Sendo a pessoa que invade, portanto, o invasor, considerado enquanto inimigo; adversário³⁹.

E foi enquanto adversária que a vizinhança se relacionou com os “invasores”, como nos mostram seus depoimentos:

“(…) povo aqui, tinha muita gente aqui nesse conjunto que não queria a gente aqui. Quando a gente saía, desmanchavam as barracas da gente, tocavam fogo, diziam que a gente era ladrão, diziam que a gente era maconheiro, diziam tanta coisa da gente ... Mas com fé em Deus a gente venceu ... (..) Ah! Passei um sufoco tão grande aqui, sem água. Tinha dia que meus filhos choravam com sede. Acredita? Porque esse povo daí não dava água não.” (D. Rita Félix).

Apesar da relação “invasores” X vizinhança ser baseada na inimizade, na intriga, faz vir à tona algo de hilariante. Para o grupo em destaque, a vizinhança o

³⁸ Sulpino, Maria Patrícia Lopes. Das Rapaigas e dos Ladrões: Estudo do estigma que recai sobre a população cigana em Sousa-PB. IV Encontro de Iniciação Científica da U.F.P.B., João Pessoa. U.F.P.B. P.R.P.G., 1. Neste estudo, Sulpino considera as representações como conjunto de significados fornecidos coletivamente, criados a partir da elaboração de estigmas que funcionam como definidores dos aspectos culturais, morais, religiosos e físicos. No caso específico de Sousa, a representação social acerca dos ciganos é construída em torno do acirramento dos seguintes estigmas: ladrões e rapaigas, que são atributos depreciativos e que se sedimentalizam como uma espécie de “bode expiatório”. Entendemos, como Sulpino na obra citada, que os estereótipos sociais são elementos sempre presentes nas relações maioria/minoria, articulados como instrumentos de auto-defesa das populações frente ao estranho, bem como um diferenciador cultural entre o que é tido como superior e como inferior.

³⁹ Dicionário da Língua Portuguesa. Silveira Bueno. FTD.

tinha como inferior e, essa inferioridade tendo relação com a falta de poder aquisitivo. Porém, como nos revelam seus relatos, eles constatam que a diferença não era tão grande assim, pois muitos dos que contestavam suas presenças nas proximidades de “suas casas”, não as possuíam de fato.

“Fiz uma barraquinha aqui, mas com sofrimento. Esse povo daí da frente, queria, Ave Maria, tinha uma mulher que tinha, uma mulher que morava aí nessa casa ... naquela casa de lá ... um dia, ela me chamou, mas essa mulher. Eu acho que ela não sabia que eu tava ... que eu tinha ficado aqui nesse terreno ... mas ela falou tanto! Disse que esses invasores eram maconheiros ... Mas quando ela disse isso, chega doeu no coração. Era maconheiro, era ladrão, era não sei o que mais, porque não comprava uma casa, do jeito que ela comprou ... comprou e saiu daí, muitos que não queriam foram despejados, viu? Aí eu disse: É isso mesmo, é isso mesmo, é bom a pessoa mudar, falar, falar é fácil ... aí eu disse ... é, falar é fácil. Aí ela disse, disse, eu disse, e quem não pode? E eu falei, e quem não pode comprar, como é que vai fazer heim, mulher? Olhe, foi abaixo assinado, daí da frente mesmo, aquela, aquela do cachorro, essa ... que tem um cachorro não ... A gente fazia barraca e eles vinham desmanchavam. Eu disse tem nada não ... Essa daí ... danou-se ... (...) e outra mais na frente, ali, que foi despejada, nem uma mobília tinha ... uma mulher que tinha ... uma mulher que ... tinha uma barraquinha ali, pedia um copo d'água, ela não deu, ela fechou o portão e não deu. Não tinha água prá dar a não sei o que, não sei o que ... (...) Quem fazia as barracas era a gente e mesmo, fazia barraca feinha mesmo ... É porque fazia vergonha, é um povo rico, viu? Que eu não vejo nenhum com nada, não tem nada na vida, não tem, né? Por certo envergonhava eles. Mas deixa que aqui era um mato ... Eu vejo já gente por aí dizendo: Ô beleza! Gente que não queria viu? A gente ... Foi a maior beleza! Foi uma beleza, uma bênção mesmo fazerem essas casas, que aqui era uma solidão tão grande ... E era mesmo, que eu passava por aqui ... (D. Maria José).

Um aspecto recorrente nas falas dos entrevistados é a questão da estética. Além da aparência de “acampamento cigano”, que apresenta na fase de ocupação propriamente dita, muitas das pessoas que se submetem à participação em um movimento deste tipo não têm condições de construir logo suas casas, deixando o local com aspecto de favela, pois continuam com seus barracos da fase de invasão, apenas fazendo algumas modificações necessárias à acomodação

de toda a família. Este fato, muitas vezes, deixa os moradores das imediações revoltados, pois passam a ter como ponto de referência para seus endereços “a invasão” ou “a favela”.

Este é um fato muito comum, que podemos perceber a partir de observações no nosso dia-a-dia, inclusive por também termos este fato compondo nossa vida particular, já que moramos próximos à “invasão do Broto Motel” na periferia do bairro do Catolé. Sendo assim, já ouvimos muitos comentários parecidos com os que aparecem nas falas dos entrevistados.

“Eu aqui fui um dos primeiros, sabe? Dessa invasão. Aqui a gente levou muito sufoco, necessidade, tudo ... correria. O pessoal desse conjunto querendo tomar os terrenos da gente, sabe? E a gente correndo atras e lutando ... passando fome, que a gente passou mesmo aqui, tá entendendo? E todo mundo querendo tomar o terreno, dizendo que a gente não tinha condições de construir casa aqui. Esse pessoal das casas da Caixa, dizendo que a gente não tinha condição. Mas deixe está que as casas que a gente fez aqui são melhores do que as casas da Caixa. Então pronto! Tô bem acentado aqui....”. (Sr. Pedro Félix)

Além desta briga com a vizinhança, muitas outras situações tiveram de ser enfrentadas pelo grupo até ser consolidada a ocupação.

(...) fazia num fogo de lenha mesmo, era uma situação, minha filha ... passou um bocado de tempo assim ... nem a minha casa tinha terminado ...botava plástico, colchão velho e dormia em cima. E banho era um aperreio, passou muito tempo assim ... Era mulher, era uma misturada medonha mulher ... era homem era mulher, era tudo. Esse tempo todinho, as madeiras tudo podres, ripa podre ... (...) Conseguimos fazer a casa arrumando um dinheirinho, né? Ali, e fazendo ...”. (D. Josefa Celina).

“As vezes eu vinha do roçado, ali, trazia milho, assava ali na barraca. Já Sr. Eduardo e D. Neném vinha pra aqui. Daquela rua de lá vinham pra aqui. A gente conversava era muito ... De barraca em barraca ... Era, era ... pronto ... não veio ninguém. As vezes eles falavam, porque eu demorei muito a construir, que pra construir não é assim, fácil, não é fácil. (D. Maria José).

A iminência de perder o terreno tornava a luta ainda mais difícil, porém, também servia de incentivo.

(...) Não é fácil que eu pagava aluguel, aí eles falavam, diziam ao povo que iam ficar com esse terreno meu. Eu disse, fica ... Olhe, cada um, olhe, que pensar em ficar com aquele terreno meu, pode tirar o cavalinho da chuva, que não fica não. Tá certo, se eu não ficar os outros também não ficam não. Agora, se o prefeito botar todos pra fora, pronto! Eu tô sossegada, porque nem eu nem ninguém. Mas prá eu sair, eu não saio, não saio não, só saio se ..." (D. Maria José).

Aqui, percebemos que uma outra pessoa sem casa se torna o adversário, o inimigo contra o qual devem lutar, enquanto a PMCG, é vista como legítima proprietária do terreno. Há relatos, no entanto, onde se faz notar a idéia de que, em sendo o terreno da prefeitura, eles enquanto cidadãos pudessem ter seu usufruto, bastando para isso se organizarem e reivindicarem.

2. Da Participação - "Lar Doce Lar"

Enfim, se dá a consolidação do movimento, fruto de lutas incansáveis como demonstram seus atores.

Mas, como não bastou o terreno, a luta se estendeu no sentido da construção das casas e reivindicação de saneamento básico e energia elétrica para o local. A construção das casas se deu de forma individual, cada qual que procurasse meios para conseguir realizá-la. Alguns pediram material de construção, outros venderam seus objetos para poder comprá-los, bem como

juntaram o dinheiro que podiam, com essa intenção. Algumas falas esclarecem neste sentido:

“Passou mais de ano eu levantando ... Ai vim prá cá. Eu, tem uns ... uns, agora isso na gestão de Félix, na gestão de Félix foi que eu saí, vim pra aqui...Que ele até me deu uma ajuda”. (D. Maria José).

“Eu acho que foi a cinco anos atrás, porque eu passei dois anos prá construir essa casa aqui ... porque não estava com condições, aí depois a gente veio fazer”. (D. Arlete).

“Eu cheguei aqui, não tinha dinheiro para pagar pedreiro ... nunca tinha pegado numa colher. Hoje eu venho aqui prá debaixo, mas era debaixo de uma hora. Essa menina que estava aqui agora, ela estava internada no hospital ... (Sr. Pedro).

Para os participantes, fica a certeza de que, através da luta, se alcançam os ideais. A noção de grupo se faz presente ao relatarem suas conquistas:

(...) Cada qual cuidava do seu chão, isso aqui era cheio de barraquinhas. Cada um tinha uma barraquinha e tinha um chão. (...) Sim, não topamos a invasão? Ai a gente topa também né? Tem que tá com o povo e ir lá com tudinho. E ir lá, não. A gente precisa de um esgoto, precisa de um calçamento, de uma coisa, de um meio fio, né? Porque quando foi prá gente botar água aqui, a gente foi tudinho prá CAGEPA. Juntou 40-50 pessoas e foi lá umas 4-5 vezes (...) Conseguimos assim, se não fosse isso ainda tava queimando gás. E foi a mesma coisa, se juntou 50-60 pessoas e fomos lá na CELB, foi mais de 4-5 viagens e ainda se juntou”. (Sr. José).

Há os que lastimam a falta de meios de terminarem a casa, por serem vítimas das dificuldades inerentes à condição de desempregados.

“Já faz cinco anos e olha a minha situação ... Não fiz nada mais, nem um banheiro pude fazer. A gente faz o negócio e despeja lá no mato. Banho toma aí mesmo. Minha filha agora tá desempregada, faz mais de três meses. Quando a gente pensava que ia fazer o banheiro, aí pronto...(D. Josefa).

Entretanto, em suas narrativas encontramos o balanço final das manifestações de satisfação de terem participado. Essa satisfação envolve vários aspectos, dentre os quais:

1) o fato de terem conseguido com seus próprios esforços a realização do sonho da casa própria:

(...) isso aí depende é do povo também, né? Porque quando nós chegamos aqui, só tinha o terreno. Prá você ver como é que tá. Isso aqui tudo foi a gente que fez, né? Aqui era matagal, não era nem mato, era matagal. (...) Prá mim o mais importante é a moradia. (...) Eu lutei. Se não tivesse lutado, não tinha mais nada ... tem que se lutar, passando mau, porque se precisa, né? (Sr. José).

2) O reconhecimento do local ocupado como sendo “bom, ou seja, a visão de progresso aparece quando da comparação com o local que moravam antes:

“Me chamo Pedro Paulino Félix, profissão: vigilante, moro aqui nesse conjunto, rua Antônio Cirino Gomes, 240, aquela, bem bonita ali! Que tem um pé de algaroba na frente, que tem o primeiro andar ... (...) Até hoje eu não vi um bairro tão bom como esse aqui prá morar ... (...) Fiquei satisfeito, porque o local onde a gente morava era ruim demais, né? E aqui não. Tem o colégio, as meninas tudo estudam aí. Tudo perto, farmácia, padaria, tudo perto ... (...) E fizemos a casa e estamos lá, é aquele primeiro andar lá. Debaixo é um bar, e a casa é em cima. (...) Hoje em dia, tá vendo, olhe, tudo desenvolvido, tudo casa boa. Ela diz: - eu não disse a você que a gente vinha morar aqui?”(Sr. Pedro).

3) A sensação de ter, enfim, encontrado um “porto seguro”.

(...) o que eu digo da invasão é ótimo, e fica sossegado, cada um no seu canto. (...) na época eu tava na casa do meu filho, pagando aluguel”. (D. Arlete).

Hoje tô satisfeita, Ave Maria! Posso morrer hoje que morro satisfeita. Eu digo assim, é porque eu tenho onde deixar meus filhos. Porque é brincadeira não, a pessoa viver pagando aluguel”. (D. Rita Félix).

Podemos sugerir, então, que a concretização do sonho da casa própria tem a condição de uma graça alcançada, da realização daquele desejo tão pedido à divindade, o qual acreditamos ser a realização de nossas vidas. Seria, então, um milagre?

Apesar desta palavra não ter sido pronunciada por nenhum dos entrevistados, a trazemos para nossa análise.

3. Santo de Casa Obra Milagres?

A todo instante somos, enquanto sujeitos sociais, incitados à participação, seja lá de qual for o evento. O certo é que a vida cotidiana sempre se encontra repleta deles e consta que uma das formas de ser considerado vivo se dá via participação. Juan E. Diaz Bordenave (1987)⁴⁰ interpreta este fato como reflexo de uma generalização do interesse de participar que vem acontecendo no Brasil e no mundo, propiciando o *“surgimento de associações as mais diversas: amigos de bairro, movimentos ecológicos, associações de moradores, comunidades eclesiais de base e outros. É como se a civilização moderna, com seus enormes complexos industriais e empresariais e com seus meios eletrônicos de comunicação massiva, tivesse levado os homens primeiro a um individualismo massificador e atomizador e, mais tarde, como reação defensiva frente à alienação crescente, os levasse cada vez mais à participação coletiva.”* (1987:07).

Percebemos, então, que, seja lá de qual for a forma, todo indivíduo participa de algum evento. Em casa, na rua, no trabalho, na escola, nas associações, nos movimentos sociais, enfim, na vida. No entanto, nem toda

⁴⁰ BORDENAVE, Juan E. Diaz. O que é Participação. Ed. Brasiliense. 5ª edição, 1987.

participação se dá de forma organizada, planejada, não perdendo por isso seu caráter de participação.

Neste sentido é que consideramos os “invasores do Cruzeiro” como participativos. O fato de suas participações não terem se dado de forma planejada não impede que possam ser consideradas como tal. Eles se utilizaram de um momento estratégico em que um “organizador de invasões” - como eles definem a figura do líder – levantou a bandeira, e, taticamente, se envolveram na história. História essa, que passou a ser construída passo a passo com suas interferências tornando-os co-autores, numa demonstração do que Michel Foucault (1990)⁴¹ chamou de aproveitamento das brechas de poder. Isto, tanto em relação ao poder instituído (P.M.C.G.), como em relação à liderança. Se infiltrando, foram dando forma ou formas ao movimento e, conseqüentemente, este passou a ter “suas caras”. E estas “caras” foram o alvo da nossa investigação.

Um fantasma pairava sobre a vida destas pessoas. Este fantasma tem nome: - Aluguel – Pelo menos foi o que a pesquisa apontou como principal motivo de adesão ao movimento. No momento em que ocorreu a ocupação, todos vivenciavam este problema. O desejo de conseguir um local para construir suas casas e fugir do famigerado aluguel, para que pudessem utilizar o montante despendido com ele em outras necessidades básicas, como alimentação e vestimentas, por exemplo, os fez se despojarem de orgulho e se apegarem a um esforço pessoal, que redundou num esforço coletivo por moradia.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

Ao detalharmos cada participação, surgiram formas diferenciadas. Os motivos, porém, basearam-se na falta de moradia, como já foi visto.

Esperamos com esse trabalho, dar alguma contribuição ao debate acerca dos mundos privado e público, bem como à idéia de superação destes mundos enquanto fechados em si mesmos. É fato que esses mundos simbólicos existem, mas o limiar entre um e outro é tênue, o que fragiliza a condição de imposição de apenas um deles. Nas relações, nada se dá de forma estanque, o constante movimento a elas intrínseco possibilita desvios, alternativas, que podem vir a ser motivo de superação dos modelos adotados de forma a se fazer crer numa natureza das coisas, das pessoas, do mundo.

Buscamos traçar um perfil dos atores, resgatando suas histórias de vida, buscando sempre ressaltar a importância de suas trajetórias na culminância da participação. Ou seja, considerando a influência da socialização que tiveram, no fato de se encontrarem na situação que se encontram: pessoas de baixa renda, oriundos da zona rural e “invasores” de terreno para construção de moradia.

Percebemos nas falas dos entrevistados que uma das representações que estes constroem de sua participação, incorpora, em certo aspecto, a visão que a sociedade, de forma geral, representada principalmente pela vizinhança do local “invadido”, tem da mesma. É comum as pessoas se referirem à participação de ocupações como “invasores”, e, é também como “invasores” que eles se auto denominam, como aparece nas falas já comentadas.

Portanto, apesar de reconhecermos a conotação que paira sobre a denominação “invasores”, não achamos interessante utilizar outra em seu lugar. Preferimos denominar os participantes do movimento de ocupação do Cruzeiro da mesma forma que se denominavam, daí, optarmos pelas aspas constantes. Esta é a representação que construíram de suas participações, enquanto pessoas que, ao enfrentarem a luta pela casa própria, o fazem na condição de adversário de alguns segmentos sociais, como já vimos.

Neste capítulo, tratamos do desejo enquanto impulsionador da participação no movimento de ocupação do Cruzeiro, tentando relacioná-lo à possibilidade de driblar as dificuldades impostas pela sociedade, tanto no que se refere às condições financeiras dos “invasores”, quanto às questões de gênero.

Falamos das estratégias montadas pelas pessoas que entrevistamos e percebemos que suas identidades de gênero só afloram em situações limites, como o caso da mulher que queria ocupar o terreno de D. Maria José, por exemplo. Nos demais momentos de enfrentamentos, a questão de gênero não veio à tona, mulheres e homens apenas se viam como “*invasores*” e suas lutas se deram visando continuar enquanto tal.

Considerações finais

Nos discursos políticos oficiais, bem como nos discursos dos seguimentos sociais organizados, é constante o interesse em melhorar as condições de vida da classe trabalhadora brasileira. Destaca-se como um dos pré-requisitos básicos a esta perspectiva, a fixação do homem na terra, a partir das condições imprescindíveis para tanto. A saber, uma reforma agrária satisfatória, que lhe permita viver condignamente como homem do campo.

Nas práticas políticas, estes discursos não se apresentam tão cheios de matizes assim e, enquanto isso, as cidades crescem de forma acelerada, sem planejamento capaz de evitar a desordem e, dentro desta, a escassez de moradia, agravada, inclusive, pelo êxodo rural.

Dentro do contexto social, político e econômico que ora vivenciamos, a nível nacional, afloram as crises, e, dentre tantas, a crise no setor habitacional salta aos olhos. Pode-se dizer que a crise generalizada inviabilizou a concretização de alguns movimentos sociais. No momento atual, negociação e renegociação são palavras de ordem, reflexo de uma situação que induz ao

“salve-se quem puder”⁴². Neste cenário de desarticulação e paralisação dos movimentos, vislumbra-se um tipo que, a despeito do desinteresse político das massas populares, a carência no sentido do “ter” impulsiona a participação, encaminhando no sentido do “ser”. São os movimentos de ocupação, as chamadas invasões.

Consta que a casa própria faz parte do sonho da maioria dos brasileiros da classe trabalhadora, desprovidos de condições para realizá-lo. Condições no sentido de poder aquisitivo, pois é fato que, os baixos salários, o desemprego e o subemprego fazem parte da realidade do nosso país.

Porém, entendemos que nem sempre as noções do “ter” e do “ser” caminham lado a lado. A falta de condições financeiras, por exemplo, pode impulsionar a um “ser” capaz de driblar os obstáculos e alcançar realizações, que percebemos, à luz da teoria de GUATTARI e ROLNIK, (1996) como intrínseco ao desejo.

Neste sentido, analisamos a participação de um grupo de pessoas envolvidas na ocupação do Cruzeiro, percebendo a carência de moradia como motivadora do engajamento neste evento. Evento que entendemos como político, sob a ótica de DALLARI o qual atenta para o fato de que “(...) *tratar de política é cuidar das decisões sobre problemas de interesse da coletividade (...)*” (1984:08). Desenvolvemos este trabalho objetivando perceber as representações que os “invasores” constroem de sua participação, bem como comparar a

⁴² Vide, por exemplo, os noticiários diários que relatam as negociações entre empresas e trabalhadores, propondo a diminuição de salários como forma de manter o trabalhador no emprego.

participação de homens e mulheres, analisando as relações de gênero que a envolvem.

Entendemos, pois, que a percepção que “os invasores” têm de sua participação não traz, em si, a visão negativa que a vizinhança e a sociedade, de forma geral, lhe atribuem, mesmo que tal percepção, parta também da noção de invasão.

Hoje eles se percebem enquanto donos das casas que construíram a partir de seus esforços, dentre eles, a ocupação da área⁴³. Em nenhum dos informantes percebemos a intenção de invadir por invadir⁴⁴. Ao contrário, esta atitude surge revestida de um caráter de participação. Eles não são hoje donos de terreno, por acaso, mas sim, por conquista. Houve empenho despendido, houve o desejo de resolver a carência de moradia impulsionando a participação na “invasão”.

A partir da análise, constatamos que a posse é legitimada pelos fatores acima citados, bem como pelo fato de que havia um direito latente, que tornou-se patente através de sua mobilização. Explicando melhor: tinham direito enquanto cidadãos, justificando com a carência de moradia, consequência de um baixo poder aquisitivo, bem como o fato do terreno pertencer a P.M.C.G. Enquanto a vizinhança os via como “(...) *um bocado de ladrão marginal*”, ... (Rinaldo).

⁴³ Poderia ocorrer, que eles, pelo fato do terreno ter sido invadido, nunca superassem o fato e esta situação, e não se sentissem proprietários da casa que construíram no local. Ao contrário disto, acontece que eles se sentem orgulhosos das casa. Alguns, como é o caso de Sr. Pedro, até se deslumbram, como algumas pessoas que constróem suas casas em terrenos que compram. “Moro aqui (...) aquela bem bonita ali, que tem um pé de algaroba na frente, que tem o primeiro andar.”

⁴⁴ Em pesquisa que realizamos no Jardim Borborema, esta era uma ocorrência constante. Muitos informantes citaram nomes de pessoas que haviam “invadido” e repassado o terreno. e de outras que pegaram dois terrenos, justificando ser para alguém da família, e depois venderam.

No que se refere às relações de gênero, as representações de mulheres e homens se diferenciam apenas em algum aspecto, ou seja, as mulheres se percebem como principais ativistas do movimento, por terem tomado a decisão de participar, com vistas a livrarem o orçamento doméstico do peso do aluguel, numa forma de proteção à família⁴⁵, enquanto os homens constroem suas representações se percebendo como coadjuvantes na conquista de tudo que foi idealizado pelas esposas, ou, em alguns casos, alguma parente. E mais, reconhecem as mulheres como sendo o eixo em torno do qual o movimento girou.

Entendemos, então, que a participação das mulheres se revestiu de um caráter incomum à participação política, porquanto foi imbuída de propósitos referentes ao universo feminino. Constatamos isto quando da análise dos espaços que elegemos enquanto locus de construção de identidades de gênero. Entretanto, não dá para desconsiderarmos o fato de que, em alguns momentos da ocupação, a questão de gênero não é relevante, pois, homens e mulheres se percebem apenas enquanto invasores, e sua luta se dá no sentido de assegurar-lhes o direito de continuarem como tal, na perspectiva de passarem a ser proprietários com a consolidação da ocupação. Daí, a nossa intenção de trabalhar estes aspectos, justamente na tentativa de contribuir para uma visão do mundo privado como transcendente, não fechado em si mesmo, capaz de propiciar outras atividades,

⁴⁵ Essa proteção aparece de forma mais explícita quando asseguram que suas maiores preocupações têm a ver com a noção de "porto seguro" para os filhos, o desejo de nunca vê-los sem ter onde morar.

outros olhares, outras formas de agir, mesmo tendo por base condicionamentos sociais naturalizadores dos gêneros.

Pensamos pois, que existem possibilidades diversas de se escapar das redes, das tramas sociais que nos enclausura, mesmo que se utilizando das próprias armadilhas que a vida em sociedade nos prepara, “fazendo do erro um caminho novo”, ou como diria Fernando Pessoa, “da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro”.

Os resultados da pesquisa ratificam a idéia de que não dá para entender a categoria gênero fora das relações, e de que, dentro destas, há infinitas possibilidades daquela se revelar. Portanto, em que pese a importância das socializações, dependendo das conjunturas, homens e mulheres podem ocupar quaisquer lugares no cenário social. Como mostramos nesta dissertação, os atores deste movimento foram socializados de forma a se tornarem homens e mulheres tal qual as expectativas sociais os forjaram, o que não lhes impediu de exercerem, em determinada circunstância, papéis não tão comuns às condições masculinas e femininas, ou seja, as mulheres extrapolaram as barreiras do mundo privado e os homens adentraram neste mundo. Mesmo se considerando o teor privado que norteou a participação das mulheres, e não obstante o fato de que, de certa forma, os homens também tenham entendido sua participação relacionada à sua função de provedor do lar.

“De tudo ficaram três coisas: A certeza de que estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido

antes de terminar” (Fernando Pessoa). É desta forma que consideramos este trabalho, como um dos momentos da caminhada, nunca um fim em si mesmo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Vanete. Ser Mulher num Mundo de Homens. Serra Talhada, SACTES/DED, 1995.

ALBUQUERQUE, Júnior Durval. Nordestino: Uma Invenção do “Falo” (Projeto de Pesquisa).

ALVARES, Maria Luzia Miranda e SANTOS, Eunice Ferreira (orgs.). Desafios de Identidades: Espaço – Tempo de Mulher. Belém – PA. Ed. CEJUP – REDOR, 1997.

BALBUS, Isaac D. Mulheres Disciplinantes: Michel Foucault e O Poder do Discurso Feminista. In: Feminismo Como Crítica da Modernidade, cap. 6. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BAUDRILLARD, Jean. Da Sedução. Campinas: Papirus, 1991.

BELLOTI, Elena Gianine. Educar Para Submissão. Rio de Janeiro: Vozes, 1979

BERGER, Peter e Luckmann, Tomas. A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes. 1973 (Coleção Antropologia, nº 5).

BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucylla. Além da Política de Gênero. In: Feminismo Como Crítica da Modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. pp 08-19.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. O Que é Participação?. São Paulo: Ed. Brasiliense. 5ª edição 1987.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 3^o edição. São Paulo, SP. Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Lisboa, DIFEL, 1989.

BUTLER, Judith. Variações Sobre o Sexo e Gênero: Beauvoir, Wittiz e Foucault. In: Feminismo Como Crítica da Modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. pp 155-174.

CERTEAU, Michel de, LUCE, Giard, PIERRE Mayol. A Invenção do Cotidiano 2. (morar, cozinhar). (tradução de Ephraim F. Alves Endlich Orth). Petrópolis: Vozes, 1996, pp 211-297.

COSTA, Jurandir Freire. A Face e o Verso. São Paulo: Ed. Escuta, 1995.

DA MATA, Roberto. A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. 4^a ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O Que é Participação Política?. São Paulo: Abril Cultural, ed. Brasiliense, 1984.

DONATO, Eronides Câmara. Identidade, Identidades: Um Estudo Sobre os Trabalhadores do Serrotão. Campina Grande/PB. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) UFPB (mimeo).

DURHAM, Eunice R. A. Cultura e Ideologia. In.: Dados. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Vol. 27, nº 1, 1984. pp. 71-89.

DURKHEIM, Émile. Representações Individuais e Representações Coletivas. In: Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro:Rio Forense, 1970. pp. 13-42

_____. As Formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema Tatêmico na Austrália. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os Pensadores).

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. História da Sexualidade I: (A Vontade de Saber). 11ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRASER, Nancy de. Que é Crítica na Teoria Crítica? O Argumento de Habermans e Gênero. In: Feminismo Como Crítica da Modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. Cap. 2. pp. 38-65.

GERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar (edição americana, 1973), 1978.

GIARD, Luce. Cozinhar. In: A Invenção do Cotidiano. Vol 2. Morar, Cozinhas.

GIDENS, Anthony. A Transformação da Intimidade. São Paulo: EDUNESP, 1993.

GODELIER, Maurice. As Relações Homem – Mulher: O Problema da Dominação Masculina. In: Mulher Hoje – Número Especial.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. Micro-política: Cartografia do Desejo. 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 1996.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Feminismo em Tempos Pós-Moderno. In: Tendências e Impasses. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil.. Rio de Janeiro: José Olympio, 20^a edição. 1994 pp. 41-100.
- KATZ, Jonathan Ned. A Invenção da Heterossexualidade. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: Tendências e Impasses. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp. 206-241.
- LETELIER, Lilian. O Gênero na Academia. In.: Desafios de Identidade. (org.) Maria Luzia Miranda Alvares e Eunice Ferreira Santos. pp. 03-09
- LINS, Regina Navarro. A Cama na Varanda: Arejando Nossas Idéias a Respeito de Amor e Sexo. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda. 6^a edição, 1999.
- LOBO, Elisabeth Souza. A Classe Operária Tem Dois Sexos. Trabalho, Dominação e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991. 285 p.
- MASSI, Marina. Vida de Mulheres: Cotidiano e Imaginário. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.
- MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Conceito de Representação Social Dentro da Sociologia Clássica. In.: Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovich (Orgs.). Textos em Representações Sociais (prefácio de Serge Moscovici), 2^a edição Petrópolis: Vozes, 1995.
- MURARO, Rose Marie. A Mulher no Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

_____. Os Seis Meses em que Fui Homem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: Integrado o Parentesco com o Econômico. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (Coordenadoras). Feminismo como Crítica da Modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

NIETZSCHE, Frederico. A Genealogia da Moral. Coleção Universidade de Bolso. Ed. Tecnoprint S. A. Coleção Os Pensadores. Vol I. Nova Cultural.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Elogio da Diferença – O Feminino Emergente. São Paulo: Ed. Brasiliense. 3ª edição. 1993.

NOLASCO, Sócrates. A Desconstrução do Feminino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In.: Projeto História – História e Cultura. 1993. pp. 07-28.

PERLONGUER, Nestor. O Negócio do Michê. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. O Fazer-se das Mulheres Rurais: A Construção da Memória e de Símbolos de Poder Feminino em Comunidades Rurais Negras do Tocantins. In: Desafios de Identidade. (org.) Maria Luzia Miranda Alvares e Eunice Ferreira Santos. pp. 11-23.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher Enquanto Sujeito Político. In: Uma Questão de Gênero. (org.) Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. Fundação Carlos Chagas. 1992.

PITANGUY, Jacqueline de Romani. Mulher: Natureza e Sociedade. In: MONTEIRO, Paula (et al.). O Lugar da Mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982. pp. 59-72.

PALMONARI, A. e DOISE, W. Características das Representações Sociais. (Traduzido por: Célia Maria Costa de Carvalho).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil. LCT/EDUSP. pp. 47-67.

_____. Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, (Col. Textos, 4), 1993. 2ª edição.

RAJCHMAN, John. A Política de Revolta. In: Foucault: A Liberdade da Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ROLNIK, Suely. Cartografias Sentimentais: Transformações Contemporâneas do Desejo. 4ª Edição. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SILVA, Vera Lúcia de Mendonça. Movimentos de Mulheres ou “Mulheres em Movimento”: O Percurso das Coordenações do Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano. Campina Grande, 1995. Dissertação (Mestr.) Sociologia Rural/UFPB. (mimeo).

SILVA, Hélio R. S. Travesti: A Invenção do Feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1995.

SIMSON, Olga de Moraes Von (org.) Experimentos com Histórias de Vida, (Itália – Brasil). São Paulo: Editora Vértice, 1988. pp.14-43.

SPINK, Mary Jane (Org.). O Conhecimento no Cotidiano: As Representações Sociais na Perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Desvendando as Teorias Implícitas: Uma Metodologia de Análise das Representações Sociais. In.: Pedrinho Guareschi, Sandra Jovchelovich. (Orgs.) Textos em Representações Sociais, 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

SULPINO, Maria Patrícia Lopes. Encontro de Iniciação Científica da U.F.P.B.(4:1996 – João Pessoa).

VAITSMAN, Jeni. Flexíveis e Plurais: Identidade, Casamento e Família em Circunstâncias Pós-Modernos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

YOUNG, Iris Marion. A Imparcialidade e o Público Cívico: Algumas Implicações das Críticas Feministas da Teoria Moral e Política. In: feminismo Como Crítica da Modernidade. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987 cap. 3. pp. 66-87.